

ESPECIAL 6

Abril de 1981
Fatos destacados
da imprensa

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1980



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

NOTA DO EDITOR

Certamente um dossiê incompleto

O trabalho que fizemos certamente não dá conta de todas as informações veiculadas pelos jornais brasileiros a respeito dos povos indígenas em 1980. Muitas notícias ficaram nos jornais locais aos quais tivemos acesso parcial. Baseamo-nos principalmente em jornais do eixo Rio/São Paulo, nos quais o espaço dedicado ao tema índios diminuiu sensivelmente, comparando-se com os anos imediatamente anteriores.

De qualquer modo solicitamos aos leitores deste ACONTECEU ESPECIAL que nos enviem por carta suas críticas, sugestões e especialmente recortes ou reproduções de notícias surgidas na imprensa local sobre o tema.

Aconteceu O que é?

É o boletim semanal do CEDI onde se encontram os fatos destacados da imprensa diária. Dirige-se aos trabalhadores do campo, aos operários, aos índios, às lideranças sindicais, aos agentes de pastoral visando informá-los o que se passa no Brasil, tocando, direta ou indiretamente, suas lutas e suas áreas de atuação.

Assinatura anual do Aconteceu

Cr\$ 300,00 pagáveis em cheque no Rio para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro RJ

Assinatura de apoio
Cr\$ 1.200,00

Preço deste Aconteceu Especial avulso Cr\$ 100,00

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Coordenador
Paulo Cezar Loureiro Botas

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

Este Aconteceu Especial

Editor
José Ricardo Ramalho

Participação especial na pesquisa, redação e edição
André Toral
Carlos Alberto Ricardo
Fanny Ricardo
Rubem F. Thomaz de Almeida

Mapas
Maurício Piza

Equipe de programação visual
Anita Slade
Marta Moraes Braga

Produção gráfica
Álvaro A. Ramos

Composição
Robertom
Av. Gomes Freire, 176/302
Tel.: 224-9453

Fotolito e Impressão
Clip - Prod. Graf. e Jom. Ltda.
Rua do Senado, 200
Tel.: 252-4610

INTRODUÇÃO

Como foi a caminhada dos povos indígenas no Brasil durante o ano de 1980? Dar subsídios para que o leitor possa, por si mesmo, responder esta pergunta é o objetivo deste ACONTECEU ESPECIAL.

De início alguns fatos devem ser ressaltados por terem significado para o destino das populações indígenas no Brasil.

O surgimento de uma consciência indígena e formas ainda embrionárias de organização a nível nacional devem ser enfatizadas. Esta consciência é atestada pela criação, em 1980, de entidades integradas por índios que não mais falam em nome da tribo ou de seu grupo local: falam dos direitos históricos das populações indígenas como um todo e exigem que parem de tratá-los como “massa de manobra”, como crianças ou como débeis mentais. Querem ser tratados como membros de nações soberanas.

Também surgiu, a partir de 1979, uma solidariedade aos povos indígenas por parte de organizações de apoio civis que se dedicavam às denúncias das irregularidades do órgão tutor — a FUNAI — em relação a seus tutelados.

Se por um lado surgiu e tomou corpo a consciência indígena a nível nacional e as organizações de apoio brancas passaram a uma atuação solidária com os destinos do índio, por outro lado, organizaram-se e articularam-se os interesses anti-índios. Esses interesses tomaram corpo e voz através de abaixo-assinados, acusações na imprensa, de estudos da FUNAI para a emancipação de lideranças incômodas, pronunciamentos de inúmeros deputados estaduais e federais e principalmente através da repressão e silenciamento das vozes das lideranças indígenas que reivindicavam seus direitos e suas terras.

Onde está o cacique Angelo Cretã dos Kaingang? Angelo Pereira dos Pankararé? Norberto Poty dos Guarani? Moacir e Mateus, Guajajaras assassinados unicamente porque eram índios? A família de Tikuna mortos a tiros por seringalistas? O líder Apurinã morto espancado unicamente porque se recusou a continuar vendendo a produção de borracha da tribo a preços irrisórios para os seringalistas?

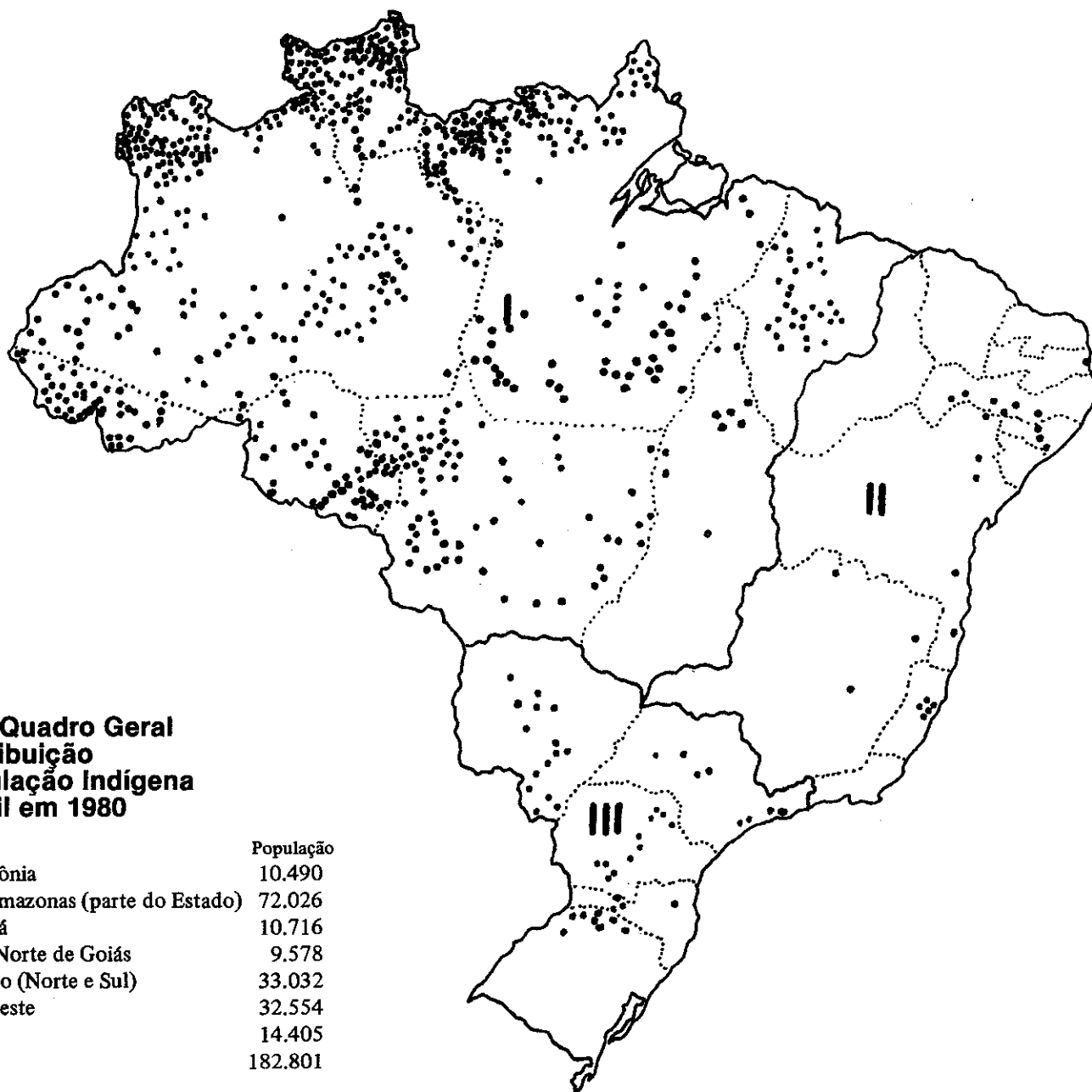
Se muitos povos indígenas só agora começam a procurar caminhos para a auto-determinação através da reivindicação de terras e de seus direitos históricos, muitos deles ainda sofrem o impacto do contato: epidemias, expropriação de suas terras, destruição do meio ambiente por desfolhantes ou por inundações para a construção de hidrelétricas, e sua inserção nos mercados regionais como mão-de-obra barata.

Os povos indígenas que vivem em território brasileiro eram 5 milhões na época do descobrimento. Hoje são aproximadamente 227 mil pessoas. Perfazem cerca de 150 povos falando mais de 100 línguas diferentes. Esta variedade não é totalmente coberta pelo ACONTECEU ESPECIAL.

Isto não se deve à existência de algum critério seletivo mas unicamente à inexistência de notícias de imprensa sobre a maioria desses povos. Assim, dos 150 povos temos notícias apenas de 50 deles.

Depois da leitura desse dossiê fica a pergunta: como pensar o futuro dos índios no Brasil?

Ao contrário do que muita gente pensa, e deseja, os índios não vão desaparecer. O exemplo histórico de alguns povos indígenas no Brasil (Xavante, Guarani, Terena, entre outros) indica que, passado o impacto inicial do contato, os grupos desenvolvem mecanismos de anti-defesa ativa que viabilizam sua convivência com a sociedade nacional. E mais: a população desses grupos está aumentando. Não vão desaparecer e não vão deixar de ser índios.



Mapa e Quadro Geral da Distribuição da População Indígena no Brasil em 1980

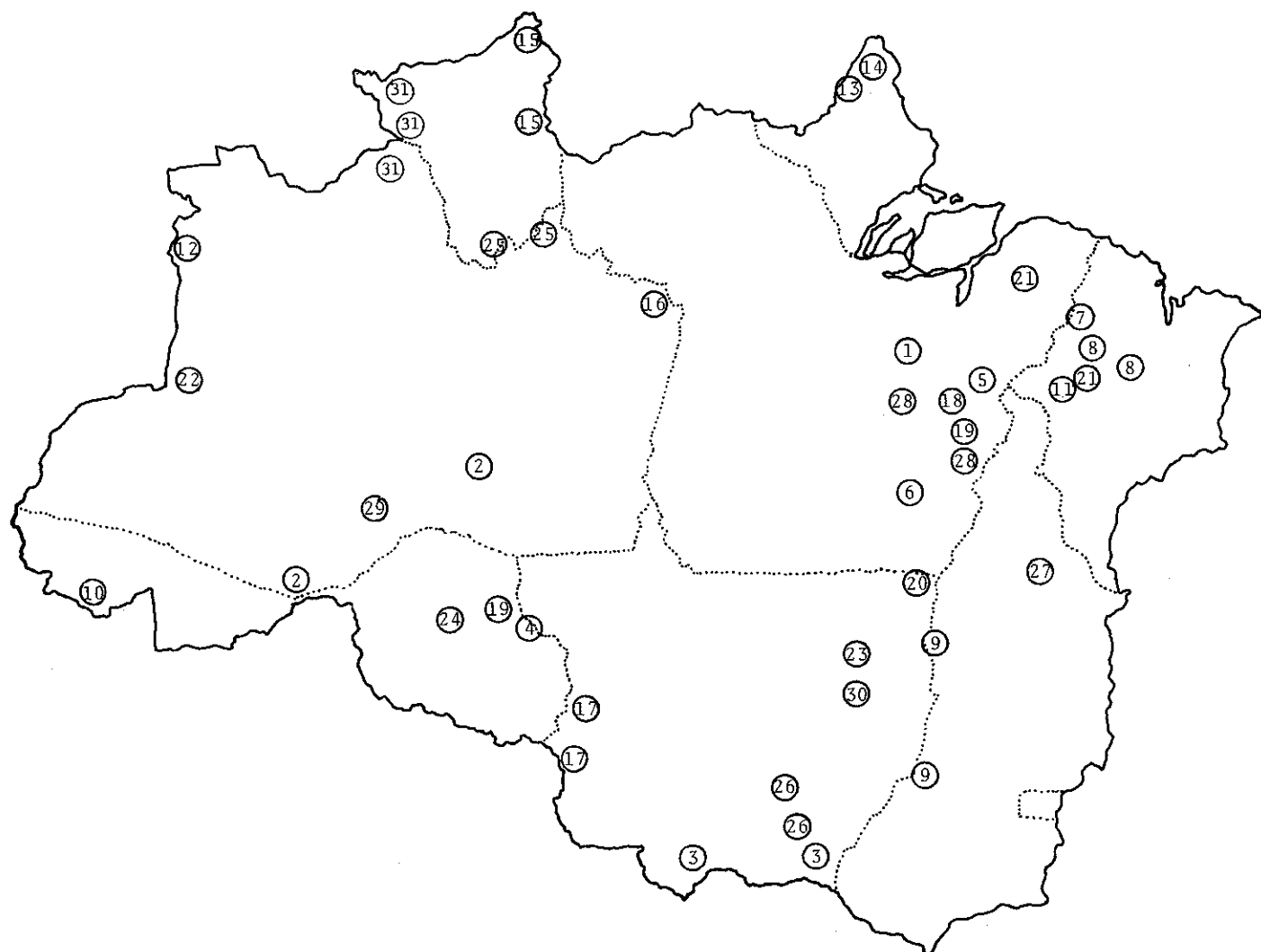
	População
Acre/Rondônia	10.490
Roraima/Amazonas (parte do Estado)	72.026
Pará/Amapá	10.716
Maranhão/Norte de Goiás	9.578
Mato Grosso (Norte e Sul)	33.032
Leste/Nordeste	32.554
Sul	14.405
Total	182.801

Grupos arredios	15.000
Destribalizados	30.000*
Total Geral	227.801

Fonte: Dados apresentados pelo Pe. Egidio Schwade. Atualizados em 1980.

* Segundo pesquisas da Universidade do Amazonas (1976) são estimados em Manaus 10.000 índios destribalizados.

POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO NORTE / ÁREA I



- | | |
|--------------------------|-----------------------------|
| 1 Arara | 17 Nambiquara |
| 2 Apurinã | 18 Parakanã |
| 3 Bororo | 19 Suruí |
| 4 Cinta Larga | 20 Tapirapé |
| 5 Gavião | 21 Tembé |
| 6 Gorotire | 22 Tikuna |
| 7 Guajá | 23 Txukahamãe |
| 8 Guajajara (Tenetehara) | 24 Uru-wau-wau-wau |
| 9 Karajá | 25 Waimiri-atroari |
| 10 Kaxinawá | 26 Xavante |
| 11 Krikati | 27 Xerente |
| 12 Maku | 28 Xikrin |
| 13 Palikur-galibí | 29 Coxodoá (Marimã) |
| 14 Karipuna | 30 Parque Nacional do Xingú |
| 15 Makuxi | 31 Yanomami |
| 16 Sataré-maué | |

A região abordada compreende a maior concentração de povos indígenas no Brasil. É um gigantesco mosaico de povos diferentes entre si tanto do ponto de vista cultural e lingüístico quanto na experiência de contato e convívio com as populações brasileiras.

Embora o processo de ocupação da Amazônia tenha se acentuado a partir dos anos 70 com o governo Médici ("Integrar para não entregar") vamos encontrar, nesta área, grupos que se acham engajados na economia regional e nacional há mais de 30 anos, como os grupos do Acre, e até 100 anos, como os Tikuna. Há também grupos praticamente virgens de contato com a nossa civilização, como os Yanomami de Roraima. Apesar das diferentes formas de contato pode-se dizer que é a partir deste momento que houve significativa aceleração do processo de ocupação da Amazônia. Isto significou para muitos povos indígenas da região, um aumento nas disputas e pressões sobre suas terras; para outros, significou a morte e o extermínio.

Esse programa desenvolvimentista visava basicamente a criação de infra-estrutura básica (transporte com a Transamazônica e

energia com a construção de barragens) que viabilizasse esta ocupação. Se traduzia também num extenso programa de incentivos (Pólo Amazônia, Pólo Noroeste, Banco da Amazônia, etc...) cujo objetivo era atrair e fixar o capital estrangeiro e de outras regiões do Brasil. Grandes projetos de colonização das novas fronteiras internas iniciaram atraindo populações do sul e do leste do país: o Território Federal de Rondônia teve sua população duplicada neste período.

Assim, a partir dos anos 70, as populações indígenas na Amazônia passam a enfrentar um processo colonizatório que se realiza com uma velocidade e ritmo nunca antes experimentado.

As experiências de contato com a Sociedade Brasileira provocaram também nestes grupos tribais, variações de ordem cultural. Na região são encontrados poucos grupos que já perderam elementos de sua cultura tradicional, como o caso dos Apiaká (MT) que já não falam a língua; grupos que não mantêm contatos com a sociedade nacional, como os Yanomami, Cinta Larga e outros; grupos que estão sendo atraídos atualmente pela FUNAI* ou Missões, como os Arara, Uru-weu-wau-wau e os índios de Coxodóá.

O grau de conscientização de seus direitos como índios também varia de grupo para grupo. A maioria deles não conseguiu equilibrar as violentas agressões que sofrem por parte da nossa sociedade (depopulação causada por epidemias, expropriação de suas terras, construção de hidrelétricas, projetos de mineração, etc...) com a criação de uma consciência de grupo que possibilite uma reação face às novas e desconhecidas modalidades da expropriação a que estão sujeitos.

Apurinã

JANEIRO

12

Seringalistas invadem terra indígena

Uma área onde residem 200 famílias de índios Palmarí e Apurinã vem sendo invadida pelos donos do seringal S. Clemente, José Falcão Filho e Joaquim Farias Neto e por esse motivo a FUNAI vai propor na Comarca de Lábrea (AM) uma ação de manutenção de posse contra estes dois fazendeiros. (ESP)

MARÇO

4/5

Índios Apurinã viajam a Brasília para denunciar invasão de suas terras

Quatro índios Apurinã embarcaram ontem para Brasília dispostos a exigir do presidente da FUNAI a retirada de várias famílias de colonos e do fazendeiro paulista João Sorbille de suas terras localizadas no km 45 da BR-317, município de Boca do Acre (AM). As terras foram griladas pelo empresário paulista que as loteou e vendeu a colonos paranaenses. Os índios avisaram também que esta será última vez que recorrerão à FUNAI: se não der resultado demarcarão suas terras por conta própria.

Os líderes indígenas acusaram o empresário paulista de fornecer armas aos colonos para criar um clima de guerra na área. Acusaram também funcionários da FUNAI de pressioná-los para que não reivindiquem as terras griladas. Disseram ainda que

os colonos que ocupam suas terras impedem-nos de caçar, pescar e colher castanha nas margens do rio Acre. (O Liberal — PA e ESP)

11

Líderes indígenas denunciam ameaças de funcionários da FUNAI

No encontro que tiveram com o indigenista Apoena Meireles, representando a FUNAI, os quatro líderes Apurinã que foram a Brasília na semana passada pediram o afastamento do chefe da Ajudância da FUNAI no Acre, Delson Vieira, e mais dois funcionários (José Humberto e Francisco dos Santos). Os referidos funcionários se posicionaram contra os interesses dos índios no conflito que estes tiveram com os colonos que invadiram suas terras no km 45 da BR-317, e chegaram inclusive a ameaçar os índios caso estes insistissem em recuperar as terras que lhes foram griladas. (ESP)

19

Colonos e fazendeiros de Boca do Acre não concordam com transferência

Cerca de 600 colonos e alguns fazendeiros ocupam desde segunda-feira a delegacia do INCRA em Boca do Acre (AM). Ameaçam não sair do local enquanto não chegar de Brasília uma comissão para definir a situação das terras do km 45 da BR-317. Há duas semanas o sertanista Apoena Meireles, delegado da FUNAI para Acre e Rondônia promoveu reunião entre índios e colonos, afirmou posteriormente que o conflito estava resolvido: os colonos seriam transferidos para outra área e as terras seriam devolvidas aos índios. Os colonos declaram não haver concordado com a proposta na ocasião em que foi apresentada. (ESP)

20

Colonos, insuflados por empresário ameaçam atacar índios Apurinã

A FUNAI acionou a Polícia Federal do Amazonas para intervir em Boca do Acre onde 300 colonos ameaçam atacar 82 índios Apurinã do P. I. Boca do Acre. Um representante da Assessoria de Segurança e Informação — A.S.I. — da FUNAI também será enviado para área uma vez que há indícios de que o empresário paulista João Sorbille tenha insuflado os colonos paranaenses. O referido empresário, segundo denúncia do Pe. Egidio Schwade do CIMI, recebe cobertura do deputado estadual Vivaldo Frota (PDS) e do governador do estado, José Lindoso. (FSP)

22

CONTAG pede punição para grileiros da área de Boca do Acre

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura pediu punição exemplar para os grileiros e especuladores que atuam na área de Boca do Acre (AM). Foi denunciada também a presença de grileiros em meio aos colonos. A CONTAG reivindica, em caráter de urgência, a criação de uma comissão mista formada por MINTER, FUNAI e Ministério da Agricultura para a resolução do problema. (ESP)

ABRIL

1

Líderes Apurinã são presos quando tentavam viajar para Brasília

Dois líderes dos índios Apurinã foram detidos no aeroporto de Rio Branco quando embarcavam para Brasília para entrevisar-se com o presidente da FUNAI. A detenção foi feita pela

(*) Ver relação de siglas, na pág. 56

Polícia Federal e pelo chefe da Ajudância da FUNAI em Rio Branco, Delson Vieira. (FSP)

9
Delegado da FUNAI volta atrás e discorda do aumento da área de reserva Apurinã

O sertanista Apoena Meireles, delegado FUNAI para Acre e Rondônia, discordou do aumento da área da reserva Apurinã e conseqüente remoção dos posseiros paranaenses da área indígena. Anteriormente o delegado da FUNAI havia proposto a remoção, e realocação dos posseiros, para que fosse possível a ampliação da reserva indígena. (Folha da Tarde — SP)

11
Índios Apurinã não concordam com comissão mista

Os dois líderes Apurinã que foram detidos e impedidos de viajar há uma semana atrás chegaram a Brasília. Afirmaram que não concordam com a composição da comissão mista formada pela FUNAI, INCRA, Batalhão de Fronteiras e Sindicato Rural local que irá para Boca do Acre resolver o problema fundiário local. Afirmaram que seus componentes são os mesmos que vem, há tempos, adiando a resolução de seus problemas. Disse-ram também que graças ao impasse criado a situação de conflito entre índios e posseiros tende a agravar-se. (ESP)

24
Apurinã dispostos a entrar em guerra com colonos

Os Apurinã do P. I. Boca do Acre começaram a se concentrar no km 45 da BR-317 para realizarem uma grande assembléia onde se discutirá a possibilidade de se declarar guerra aos 600 colonos armados que ocupam seu território. (A Crítica — Manaus)

25
Comitê acusa políticos e FUNAI de fomentarem ódio entre índios e colonos

O "Comitê de Diálogo Índio-Posseiro", criado em Rio Branco (AC), para ajudar na resolução do problema fundiário de Boca do Acre acusou o governador José Lindoso (AM) e o deputado estadual José Belo Ferreira e o deputado federal Vivaldo Frota (ambos do PDS) de fomentarem o ódio dos colonos aos índios e à FUNAI de atirar os índios. (Notícias Populares — SP)

26
Conselho de Segurança Nacional preocupado com o conflito de Boca do Acre

Uma Comissão do Conselho de Segurança Nacional foi deslocada para Boca do Acre para tentar junto com técnicos da FUNAI solucionar o problema de terra que envolve brancos e índios. (O Liberal — PA)

JUNHO

5
Assassinado líder Apurinã

O líder Apurinã José Ribeiro de 50 anos foi espancado até a morte pelo comprador de borracha Antonio Mariano e seus jagunços. O líder indígena se recusou a continuar realizando a comercialização de sua produção com o referido comerciante. O crime ocorreu em Jaburu de S. João, município de Tapauá (AM). (Notícias Populares — SP) (Ver em **Repressão às Lideranças Indígenas**)

JULHO

7
Policiais atacam índios Apurinã à bala

Na última terça-feira cinco policiais militares apoiados por rancheiros atacaram a bala um grupo de Apurinã no km 14 da BR-317, município de Boca do Acre (AM), na área indígena ocupada por 29 famílias de colonos paranaenses. Os índios — inclusive mulheres, crianças e velhos — estão escondidos na mata. (A Tribuna — Santos)

11
Apurinã reconquistam suas terras

Os índios Apurinã / de Boca do Acre (AM) estão recebendo de volta 341 mil hectares de terras, griladas pelo fazendeiro paulista João Sorbille e vendidas, em lotes, a colonos paranaenses. O loteamento das terras indígenas foi classificado de estelionato e o governo por intermédio do INCRA entrou com ação na Justiça. O juiz federal Orlando Rebouças anulou a transação imobiliária. (Jornal de Brasília)

SETEMBRO

Empresa ameaça índios de despejo

No lago do Meriti em Manacapuru (AM), 30 Apurinã estão sendo ameaçados pela BRASILJUTA de despejo do local onde vivem e tem seus roçados. (Porantim — Manaus)

Arara

FEVEREIRO

22
Expedição atrairá os Arara

O sertanista Sidney Possuelo inicia esta semana uma expedição para atrair os índios Arara, um grupo indígena ainda isolado e que vive cercado pela rodovia Transamazônica e pela Cooperativa COTRIJUI. Nos últimos anos estes índios mataram três funcionários da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e feriram colonos e funcionários da FUNAI instalados na área de perambulação do grupo. Os índios Arara sofreram sucessivos ataques desde 1943, quando extratores de óleo de copaíba mataram dois deles. Em 1969 um grupo de mateiros matou 12 índios Arara a tiros. Em 1973 eles foram atacados novamente por mateiros sofrendo baixas não precisadas. Em 1967 os Arara começaram a reagir matando um topógrafo que fazia levantamento para a construção do trecho da Transamazônica ligando Altamira a Santarém. Em 1977 mataram um colono assentado pelo INCRA nas imediações da Transamazônica e dentro do território destes índios. (ESP)

MAIO

17
Denunciada invasão na área dos Arara

A área de confinamento dos índios Arara, na Transamazônica, continua sendo invadida por mateiros, garimpeiros, caçadores e colonos, sendo motivo de preocupação para as equipes da FUNAI que tratam da atração do grupo. As invasões, que antes eram feitas a partir da estrada, agora estão sendo feitas a partir do rio Iriri para evitar a fiscalização que a frente de atração realiza no momento. (ESP)

JUNHO

15

Índios atacam posto da FUNAI e deixam dois feridos a flechadas

Dois funcionários da FUNAI foram feridos a flechadas em consequência de um ataque indígena ao Posto de Vigilância da frente de atração Arara, feito no sábado. O Posto está localizado próximo ao km 120 da rodovia Transamazônica. (O Globo – RJ)

17

Continua clima de tensão na área dos Arara

A FUNAI informou ontem que a equipe de atração que atua junto a um pequeno grupo de índios Arara, próximo ao rio Penetecal, próximo ao km 80 da Transamazônica, conseguiu esta semana visitar uma das aldeias daqueles índios. Já no outro posto de atração no km 120 da Transamazônica que tenta contatar o restante do grupo indígena, que foi dividido pela referida estrada, a situação é tranqüila mas permanece o clima de tensão na área, dada a possibilidade de um novo ataque por parte do grupo indígena. (O Dia – RJ)

Bororo

JANEIRO

25

Assassino de índio volta a julgamento

A procuradoria jurídica da FUNAI ganhou o recurso para a anulação do julgamento de João Mineiro, ocorrido em fevereiro de 1979. João Mineiro comandou um grupo que em julho de 1976 invadiu a missão salesiana de Meruri, em Barra do Garça (MT) matando Simão, índio bororo e o padre Rodolfo Lukenbein. O disparo do fazendeiro João Mineiro matou o índio, mas ele foi absolvido no julgamento feito em Barra do Garça. (ESP)

NOVEMBRO

29

Índios Bororo reintegrados na colônia "Teresa Cristina"

O Tribunal Federal de Recursos confirmou, ontem, sentença do juiz federal de Mato Grosso, Mario Figueiredo Ferreira Mendes, que reintegrou os índios Bororo em toda a extensão da Colônia "Teresa Cristina", localizada na região do rio São Lourenço e que abrange partes dos municípios de Rondonópolis e Santo Antonio do Leverger.

A ação foi movida apenas contra o fazendeiro José Pinto, que adquiriu sua área de 5.765 ha. diretamente do Estado de Mato Grosso, que a possuía na condição de terra devoluta. Mas essas terras, aproximadamente 60 mil ha, eram habitadas pelos Bororo desde o Império, segundo informações da FUNAI. Por isso, o governo de Mato Grosso resolveu doar toda a área ao antigo SPI sucedido pela FUNAI. No entanto, o Estado de Mato Grosso, não obstante essa doação da área, acabou vendendo parte dela a fazendeiros criando um problema que tentou resolver em 1966, através de um acordo, que acabou homologado pelo Governo Federal em 1969.

As terras habitadas pelos índios tornaram-se inalienáveis, por

força de norma adotada na Emenda Constitucional nº 1 de 1969. Assim o juiz e, ontem o Tribunal, deram a reintegração de posse aos Bororo. (Folha da Tarde – SP)

Índios de Coxodoá

JULHO

CIMI entra em contato com os índios de Coxodoá

Uma equipe de quatro indigenistas da Prelazia de Lábrea (AM), conseguiu entrar em contato, pela primeira vez, com um grupo de índios arredios e totalmente desconhecidos. Os índios habitam a região do Igarapé Pretão, um sub-afluente do Cananaú, no rio Purus. Desde outubro de 1978 a equipe vem tentando fazer contato com os índios, cuja integridade física, hoje, começa a ser ameaçada com a construção de um subtrecho da Transamazônica, ligando Lábrea a Benjamim Constant.

Por diversas vezes, segundo o Pe. Gunter, homens armados avançaram até perto das malocas a fim de explorar a região e extrair o látex da sorva. Diversas excursões de sorveiros foram desarmadas e em seguida expulsas do território pelos índios, principalmente no Igarapé Pretão. O CIMI pediu à FUNAI a interdição da área para a FUNAI em 17 de abril de 1980. Até a data da publicação da notícia não havia notícia sobre a concessão ou não da interdição.

O contato foi feito no dia 8 de maio de 1980 com uma visita de 40 guerreiros armados, mas muito bem-humorados, ao acampamento da expedição. (Porantim – Manaus – junho/julho de 1980)

(*) Os índios de Coxodoá, receberam provisoriamente a designação "Índios de Coxodoá" por não ter-se conseguido ainda o nome definitivo do grupo. Índícios, não confirmados, apontam a autodesignação do grupo como Marimã.

Cinta-larga

DEZEMBRO

6

Índios Cinta-larga morrem de sarampo

Cinco índios Cinta-larga morreram e quase a metade dos 96 membros da tribo está internada no Hospital São Francisco, em Cacoal (RO), em consequência de um surto de sarampo. Segundo o diretor do Parque Aripuanã Aymoré Cunha da Silva, a doença foi contraída de colonos residentes nas margens da estrada que liga Juína a Vilhena, onde os índios fazem constantes visitas. Por causa desse contato, os sertanistas vem pedindo recursos desde 1978, para abertura de um posto de saúde na região, mas não foram atendidos pela FUNAI. (ESP)

Galibi

Ver em Palikur

Gavião

JULHO

1 Índios Gavião não aceitam acordo com Eletronorte

A FUNAI e Eletronorte não conseguiram chegar a um acordo com os índios Gavião para que uma linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí, na direção de Marabá (PA) a Imperatriz (MA), atravessasse a reserva Mãe Maria. No encontro mantido na última sexta-feira na própria área com os presidentes da FUNAI e da Eletronorte, os índios reafirmaram sua disposição de só admitir a penetração da linha em suas terras se a Eletronorte pagar-lhes uma indenização no valor de Cr\$ 83 milhões. (ESP)

FUNAI ameaça desapropriar área Gavião

O Presidente da FUNAI, em reunião mantida com as lideranças Parakategê (Gavião) ameaçou desapropriar as terras indígenas, caso os Parakategê não aceitem a proposta da Eletronorte em pagar 30 milhões de cruzeiros pelo uso da terra indígena para instalação das linhas de transmissão da Hidrelétrica Tucuruí. O Presidente da FUNAI afirmou que o governo está cansado de esperar pela resposta dos índios e portanto deveria intervir na área desapropriando as terras. Ele afirmou também que os índios “não devem acreditar nos antropólogos paulistas” pois se houver desapropriações quem sai perdendo são os índios. (FSP)

3 Índios exigem indenização

Os índios Gavião, estão dispostos a impedir a passagem por suas terras da linha de transmissão de alta voltagem da hidrelétrica de Tucuruí se a Eletronorte não pagar a indenização condizente com suas perdas (derrubada de 1.150 castanheiras da reserva). Representantes da Eletronorte e da FUNAI terão hoje um novo encontro com os indígenas. O encontro é aguardado com tensão pelos indígenas e considerado decisivo pela Comissão Pró-Índio de São Paulo. A entidade denunciou ontem que a ação da FUNAI, que ameaçou na semana passada desapropriar as terras dos índios Gavião, “é uma manobra destinada a forçar os indígenas a concordarem com a proposta de indenização oferecida na semana passada pela Eletronorte e considerada “inaceitável” pelas lideranças daquela comunidade”. O antropólogo Carlos Alberto Ricardo, diretor da Comissão Pró-Índio, afirmou que o conflito se situa na intransigência da Eletronorte em pagar uma indenização de 30 milhões de cruzeiros em espécie, enquanto que os indígenas solicitam 83 milhões de cruzeiros em dinheiro. (FSP)

4 FUNAI cede e dá 40 milhões

A comunidade indígena Parakategê (Gavião) que vive no Posto Mãe Maria, no Pará, receberá 40 milhões de cruzeiros de indenização da Eletronorte, que vai instalar as linhas de transmissão da hidrelétrica de Tucuruí dentro da reserva indígena, desmatando 295 hectares. A notícia foi dada ontem pelo presidente da FUNAI. A negociação entre a Eletronorte e os índios chegou a um impasse na sexta-feira, porque enquanto a Eletronorte oferecia um máximo de 30, os índios exigiam 83 milhões, argumentando que a área a ser desmatada é uma das mais ricas em castanheiras, principal fonte de renda da comunidade. A Eletronorte se comprometeu, além da entrega do dinheiro, a ceder aos índios toda a madeira cortada, a submeter o trabalho à fiscalização dos próprios índios e a não permitir trabalhadores armados durante a construção das linhas de transmissão. (FSP)

OUTUBRO

15 Índios Gavião guardam dinheiro de indenização

Depois de conseguirem uma indenização de 40 milhões de cruzeiros, os Gavião depositaram 30 milhões em caderneta de poupança na Caixa Econômica de Marabá. Só houve consenso por enquanto, para o gasto de 6 milhões com a compra de 150 bois, um caminhão e o início das obras da nova aldeia, 36 casas de alvenaria. (Isto É)

NOVEMBRO

4 Índios Gavião não vão acatar FUNAI

Os índios Gavião anunciaram ontem que não vão acatar a determinação da FUNAI para que suspendam a construção de uma nova aldeia, que iniciaram a dois meses. Também poderão paralisar as obras da Eletronorte na área do posto indígena Mãe Maria, no Sul do Pará, “se esta empresa não entregar à comunidade as árvores derrubadas para a passagem de uma linha de transmissão de energia, como estava previsto”. Numa carta endereçada ao presidente da FUNAI, o “capitão” dos Gavião Kokrenum diz não ter gostado de um ofício que foi enviado ao arquiteto Reginaldo Viana de Sá, contratado pelos índios para construir a nova aldeia, mandando suspender as obras.

Na carta Kokrenum diz — que se o presidente da FUNAI quiser parar a obra “tem que vir a aldeia e falar na minha frente como homem”, argumenta que os índios conseguiram o dinheiro sozinhos, sem a ajuda da FUNAI. “Por que só a FUNAI pode morar bem, ver televisão, com o dinheiro do índio?” pergunta Kokrenum. “Os outros índios estão ruim passando mal, eu não quero isto não, quero melhorar, dormir bem, morar bem, bonito. Presidente pode vir aqui, mas obra continua, já mandei, ninguém me manda, eu faço.” (Jornal de Brasília e ESP)

Gorotire

JULHO

7 Índios Gorotire expulsaram garimpeiros de suas terras

A decisão de explorar ou não o ouro da reserva indígena Gorotire (PA) ficou nas mãos da própria comunidade indígena Gorotire. Foi o que declarou o presidente da FUNAI. Estes índios expulsaram na semana passada cerca de trezentos garimpeiros que trabalhavam na área sem permissão dos órgãos governamentais. (ESP)

SETEMBRO

3 Gorotire revoltados, atacam fazenda e matam 16 pessoas

Os índios Gorotire, da reserva indígena de mesmo nome mataram pelo menos 16 pessoas na sede de uma fazenda situada próxima à área indígena. Os índios estavam revoltados com a demora na demarcação de suas terras e com os desmatamentos promovidos dentro da reserva pelas fazendas vizinhas. (ESP)

5

Aumentou o número de mortos por índios Gorotire

O número de pessoas mortas pelos índios Gorotire subiu a 20 com a descoberta de mais 4 corpos de trabalhadores da fazenda Primavera (PA). Inicialmente pensava-se somente os trabalhadores da fazenda Espadilha, haviam sido mortos. O major Luchini, o major "Curió", representante do Conselho de Segurança Nacional confirmou a versão de que os índios foram agredidos quando advertiam o capataz da fazenda Espadilha, o que teria originado o massacre. (Jornal de Brasília)

Presidente da FUNAI acusa seus próprios funcionários

O presidente da FUNAI, atribuiu a culpa do massacre ocorrido na fazenda Espadilha a um grupo de trabalho do próprio órgão indigenista que teria insuflado os índios ao confirmar aos mesmos a justeza da reivindicação da área pleiteada pelo grupo indígena, na ampliação da reserva indígena. (Jornal de Brasília)

6

Boato de fazendeiro foi o que irritou índios Gorotire

O major Luchini, o "Major Curió", representante do Conselho de Segurança Nacional para apurar as causas do ataque dos Kayapó Gorotire à fazenda Espadilha informou que a irritação dos índios foi originada pelo "boato de má fé" do fazendeiro Sebastião Rodrigues, de que uma área contestada pelos índios seria desmatada. (JB)

16

SBI acusa delegado da FUNAI de insuflar índios

O presidente da Sociedade Brasileira de Indigenismo, José Porfírio Carvalho, acusou o titular da 2ª Delegacia Regional da FUNAI em Belém, Paulo Cesar de Abreu de haver prometido aos índios Gorotire armá-los para expulsar os invasores da reserva, caso não conseguisse reiniciar o processo de demarcação da terra. Os índios, prossegue o indigenista, apoiados nessa afirmação, poderiam agir contra os invasores, o que acabou ocorrendo. (O Globo - RJ)

OUTUBRO

30

Novo garimpo na reserva Gorotire pode ocasionar invasores

Um novo garimpo descoberto dentro da reserva indígena dos Gorotire poderá ser a causa de novas invasões de terras indígenas por garimpeiros o que poderia desencadear novas reações por parte dos índios. A Polícia Militar cercou a área próxima à fazenda Cumarú tentando evitar novos conflitos de índios com garimpeiros. (ESP)

NOVEMBRO

20

Garimpeiros invadem reserva

Cinco mil garimpeiros invadiram a reserva indígena Gorotire à procura de ouro criando um clima de tensão e provocando temores de que se repita a tragédia ocorrida neste ano, onde 20 empregados da fazenda Espadilha foram massacrados pelos índios. (O Popular - Goiânia)

24

Cacique quer Gorotire sabendo garimpar

O cacique Kanhonk dos Gorotire pediu a um funcionário do DGO da FUNAI que seja ensinado à tribo o ofício do garimpo para que os próprios índios explorem o ouro existente dentro da reserva indígena evitando desta maneira a presença de garimpeiros dentro da reserva, sem autorização da FUNAI, e a dilapidação do patrimônio indígena. (O Globo - RJ)

DEZEMBRO

9

Operação militar para retirar garimpeiros da reserva Gorotire

Contingentes da Polícia Militar com apoio de agentes da Polícia Federal sob o comando do Delegado da FUNAI no Pará, Paulo Cesar Abreu, designado pela Presidência da República, iniciaram ontem a "Operação Rio do Ponte". O objetivo da operação é a retirada dos garimpeiros que invadiram a reserva indígena dos índios Gorotire. (O Globo - RJ)

JANEIRO 81

7

FUNAI estuda permanência de garimpeiros em reserva

A FUNAI suspendeu a retirada de garimpeiros da reserva indígena Gorotire. A FUNAI está estudando agora uma maneira, com a DOCIGEO, de garantir a permanência dos garimpeiros em área indígena sem prejudicar a comunidade indígena Gorotire. (ESP)

Guajá

ABRIL

22

Vacina mata índios Guajá

Onze índios Guajá, entre eles dois recém-nascidos, morreram depois de terem sido vacinados contra tuberculose, sarampo e polio. O relatório com esta informação foi entregue ao delegado da FUNAI em São Luís do Maranhão. Estes índios faziam parte de um grupo de apenas 37 pessoas e foram contatados em 1978 pelo sertanista Sidnei Possuelo. (Folha da Tarde - SP)

MAIO

25

Antropólogo adverte FUNAI para extermínio de índios Guajá por fome, doenças e tiros

"Se os 27 índios Guajá do Igarapé Timbira, em Santa Luzia, e os pequenos grupos das regiões de Arame e Buriticupu não forem transferidos para a reserva Caru, no município de Bom Jardim (MA), onde terão melhores condições de vida, serão, em pouco tempo, exterminados por doenças, fome, expulsão de suas terras ou nas mãos de pistoleiros". A advertência, feita ontem, é do antropólogo Mércio Pereira Gomes, em relatório encaminhado ao Departamento Geral de Planejamento

Comunitário da FUNAI, em Brasília, à Delegacia Regional do Maranhão, e às Comissões Pró-Índio em vários Estados. O antropólogo, que integrou a equipe da FUNAI responsável pelo contato, em abril, desse grupo de 27 guajás, nas matas de Santa Luzia, diz que restam 40 índios de uma população de 300. (JB)

JUNHO

1 Extinção é o que parece restar à tribo dos Guajá

Se a situação da população indígena maranhense, calculada em pouco mais de oito mil pessoas, é considerada dramática por antropólogos e indigenistas, a dos Guajá constitui um caso especial. Embora vivam em permanente conflito com fazendeiros por questões de limites de terra, as demais tribos possuem o amparo formal do Direito às suas reservas. Com os Guajá isso não ocorre. Última nação exclusivamente caçadora-coletora do Brasil, esse grupo nômade vaga pelos vales dos rios Pindaré e Turiaçu, nos poucos lugares onde ainda não há fazendas instaladas, esquivando-se do contato com o branco que só lhe tem a oferecer doenças e balas de espingarda. Devido à inadaptação a vida sedentária e à perseguição constante por parte de fazendeiros, os Guajá foram obrigados a se dividir em pequenos grupos, isolados pelas matas do Maranhão. O fato de viverem exclusivamente da coleta e da caça não seria suficiente para que tivessem uma vida tranqüila numa região onde há abundância de riquezas naturais. Mas os acontecimentos dos últimos 30 anos, segundo relato do antropólogo Mércio Pereira Gomes, da Universidade de Campinas, resultaram na perda de grande parte do seu território tradicional, na divisão de grupos que terminaram perdendo o contato entre si, e na morte de pelo menos dois terços de sua população. (ESP)

Guajajara

MARÇO

2 Índios Guajajara entram em choque com fazendeiros

Comissão Pró-Índio do Maranhão, distribuiu nota, esclarecendo a questão do ataque dos índios Guajajara à fazenda Santa Luzia, ferindo a tiros várias pessoas e matando o filho do proprietário. Segundo a nota, baseada em informações prestadas pelos índios Adriano, que esteve em S. Luiz, o incidente teve origem em velha desavença entre índios e a fazenda Moreira Barros. A nota denuncia também o seqüestro e o provável assassinio dos índios Mateus e Moreira. (O Imparcial — S. Luiz)

20 Índios assassinados

O cacique Mateus e o índio Moreira, ambos da tribo dos Guajajara, foram assassinados no último dia 26 de fevereiro, em Barra do Corda (MA), pelo fazendeiro José Maria Moreira Barros, na presença do capitão da PM José Mateus da Silva e de uma patrulha do destacamento local. Essa foi a conclusão do inquérito policial feito pela Secretaria de Segurança do Maranhão. (ESP) (Ver em **Repressão às Lideranças Indígenas**)

ABRIL

19 Índio Guajajara acusa e adverte Polícia Federal

"A Polícia Federal já foi à aldeia Borges duas vezes e nas duas vezes nos humilharam como animais. Peço a Deus para que não voltem, pois se voltarem, não retornam. Vão morrer, mesmo que a gente morra junto com eles". Com essas palavras, o Guajajara Adriano Carvalho, da aldeia Baixão do Peixe, e que se encontra em São Luís participando das comemorações da Semana do Índio, levadas a efeito pela Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, disse da determinação dos índios Guajajara, que vivem nos municípios de Barra do Corda, Grajaú e Amarante do Maranhão. (FSP)

MAIO

3 Denunciado outro ataque contra os Guajajara no Maranhão

Claudina e seu filho Augustinho, de oito meses de idade, ambos da tribo dos Guajajara, foram feridos por tiros de rifles disparados do interior de uma camioneta que invadiu o posto indígena em Barra do Corda (MA). A denúncia foi feita, ontem, em Brasília pela Sociedade Brasileira de Indigenistas — SBI, que acusa os políticos locais de praticarem "ação exterminadora sistemática e impune". Este é o terceiro ataque sofrido pelo grupo em menos de um ano. Em agosto de 1979, oito Guajajara foram feridos por 21 homens armados que invadiram a reserva no distrito de São Pedro dos Cacetes. Em fevereiro deste ano, dois Guajajara foram presos, amarrados, torturados e depois de mortos jogados dentro do rio Mearim. Em nenhum dos casos os agressores foram punidos. (FSP)

SETEMBRO

11 Governo do Maranhão reconhece dificuldade para retirar posseiros de área indígena

O presidente da Companhia de Terras do Maranhão, admitiu ontem que o governo do Estado está encontrando sérias dificuldades para cumprir o convênio celebrado ano passado com a FUNAI, para transferência de 1.220 famílias de posseiros residentes na reserva Cana Brava, dos índios Guajajara. (O Globo — RJ)

Karajá

JUNHO

10 Criada Comissão Pró-Ilha do Bananal

Visando fazer chegar à nível nacional as reivindicações dos ocupantes da Ilha do Bananal — índios e posseiros — reuniu-se hoje em Brasília a "Comissão Pró-Ilha do Bananal", idealizada por D. Pedro Casaldáliga e integrada pelo CIMI, Prelazia de São Félix, jornalistas e antropólogos, parlamentares e religiosos, Movimento de Defesa da Amazônia e Sociedade Brasileira de Indigenismo.

Um dos objetivos da Comissão é denunciar a exploração que índios e sertanejos estão sofrendo por parte da FUNAI que, grilando a terra dos índios, a está arrendando a sertanejos. Durante a solenidade do lançamento, terroristas do Comando de Caça aos Comunistas – CCC – e do Movimento de Defesa da Família, Tradição e Propriedade – TFP – entupiram fechaduras, esvaziaram pneus e picharam os carros estacionados de frente ao local aonde se realizava o ato público, e espalharam panfletos. (Porantim – Manaus nº 19 e Folha de Goiás) (Ver em Entidades Cíveis de Apoio ao Índio)

JULHO

28

Constatadas irregularidades em aldeia Karajá

Em uma visita de surpresa ao P. I. Santa Isabel (GO) o presidente da FUNAI, constatou uma série de irregularidades, entre elas a presença de turistas estrangeiros na aldeia Karajá e o arrendamento da terras indígenas, a preços irrisórios, não para pequenos criadores de gado, mas para grandes fazendeiros de Goiás e do Mato Grosso. (O Globo – RJ)

CIMI denuncia utilização de parque indígena para turismo

O CIMI apresentou a denúncia de que o Parque Indígena do Araguaia está sendo utilizado, pelo pessoal da FAB e da FUNAI como estação turística de pesca. Acrescentou ainda que os “Safaris” de pesca são orientados pela revista “Safari Club” da FAB e que o adido militar da Embaixada da França esteve pescando no Parque na semana passada. Este é o primeiro indício de que o Hotel John Kennedy, construído por J. Kubitschek antes de 64, será reativado como base para a exploração turística da reserva indígena. (O Liberal – PA)

AGOSTO

29

Presidente da FUNAI recebe abaixo-assinado de moradores da Ilha do Bananal

Um abaixo-assinado de moradores da Ilha do Bananal pedindo o congelamento dos impostos referentes ao arrendamento das terras do Parque Indígena do Araguaia foi entregue ao Presidente da FUNAI. O representante da “Comissão Pró-Ilha do Bananal”, Pedro Terra, disse que o aumento do imposto equivale a uma expulsão dos pequenos criadores que não têm condições de pagar o aumento. Acrescentou ainda que tanto o imposto cobrado, como o aumento, são ilegais porque o Estatuto do Índio proíbe o aluguel das terras indígenas. (Diário da Manhã – SP)

OUTUBRO

14

Projeto Rondon quer fazer recenseamento de população indígena

Um Projeto Piloto para o recenseamento da população indígena e dos posseiros do Parque Indígena do Araguaia começará no próximo dia 20 e será feito com base num convênio firmado entre FUNAI e Fundação Projeto Rondon. A Associação Brasileira de Antropologia e Ordem dos Advogados do Brasil já se manifestaram contra a medida devido ao despreparo dos estudantes para um trabalho desta natureza. (Jornal da Bahia)

NOVEMBRO

15

FUNAI é paternalista com índios

“A política paternalista da Fundação Nacional do Índio é um dos principais problemas encontrados no Parque Indígena do Araguaia, especialmente no P. I. Santa Isabel do Morro, onde chega a provocar a prostituição e o alcoolismo, já que, em função da atitude da FUNAI, os índios se recusam a qualquer tipo de trabalho.” Essa foi a colocação dos estudantes da primeira expedição do Programa de levantamento de áreas indígenas, promovido através do Convênio firmado entre FUNAI e Fundação Projeto Rondon. (ESP)

DEZEMBRO

12

Estrada ameaça índios e posseiros na Ilha do Bananal

A expansão do Projeto Formoso (plantação de arroz irrigado) para dentro das terras do Parque Indígena do Araguaia, e as pressões exercidas pela SUDECO junto ao Ministério do Interior para que a estrada que atualmente chega até o Parque Indígena do Araguaia, na beira do rio Javaés, corte a Ilha do Bananal trazem consigo a ameaça de genocídio para a população dos índios Javaé e Karajá e o temor aos pequenos criadores que se vêm ameaçados de perder o arrendamento das terras indígenas aonde vivem. Estas são as ameaças que índios e posseiros que vivem na Ilha do Bananal enfrentam atualmente e que foram relatadas por D. Pedro Casaldáliga em Goiânia. (Diário da Manhã – SP)

Karipuna

Ver em Palikur

Kaxinawá

MARÇO

25

Índios formam sua cooperativa

A comercialização da borracha dos índios Kaxinawá será feita, a partir de agora, pelos próprios índios através de uma cooperativa. Convênio nesse sentido foi assinado ontem pela FUNAI e a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha – Suhevea, em Brasília. Para o antropólogo Terry Vale do Aquino, coordenador do projeto, dentro de cinco anos, os Kaxinawá terão condições de produzir 30 mil toneladas de borracha por ano, o que não vem acontecendo agora porque “são explorados pelos barracões dos grandes seringalistas”. Segundo o antropólogo, “a cooperativa é uma alternativa comercial própria dos índios, oposta aos barracões”. Uma das funções da cooperativa – explicou – “é fornecer aos índios as mercadorias necessárias para a exploração da borracha”. Até agora os índios Kaxinawá não vendiam a borracha explorada do látex, uma vez que o sistema de comercialização era feito à base da troca e, segundo Terry Aquino, os seringalistas, na revenda do produto, tinham lucro de até 400%. Com a cooperativa, os índios poderão vender a borracha a preço de mercado. Estes preços, no

momento, variam de 65 cruzeiros o quilo da borracha em estado bruto a 110 cruzeiros a beneficiada. Os Kaxinawá venderão borracha beneficiada nas miniusinas a serem instaladas pela Sudhevea. (ESP)

Krikati

MARÇO

31

Reserva dos Krikati foi invadida por fazendeiros, diz denúncia

A reserva dos Krikati, a 18 km de Montes Altos (MA), está completamente invadida com fazendas a menos de três km da aldeia. A denúncia foi feita na reunião do CIMI. De acordo com os missionários, que atuam junto aos Krikati, há 17 fazendas dentro da área que deve ser demarcada e os índios não têm condições de plantar para sobreviver. (Notícias Populares – SP)

OUTUBRO

29

Território Krikati começa a ser demarcado

A FUNAI está demarcando uma área com 136 mil ha. na cidade de Montes Altos (MA), para enquadrá-la como território dos índios Krikati, cuja aldeia, com cerca de 300 índios, está localizada a 18 km da sede do município. Se isto acontecer, Montes Altos será praticamente dos indígenas, uma vez que até o aeroporto da cidade faz parte da demarcação. A informação é do prefeito da cidade, Eurival Gomes de Abreu e do deputado Dorian Menezes (PDS), que estão em S. Luís para chamar a atenção das autoridades sobre o que chamam de impasse. (ESP)

31

FUNAI suspende demarcação da reserva Krikati

O delegado regional da FUNAI, major Alípio Levay, confirmou ontem a suspensão da demarcação da reserva dos índios Krikati, em Montes Altos. A medida foi determinada pelo DGPI da FUNAI, depois que a prefeitura e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, escreveram ao presidente da República, protestando contra as dimensões da reserva, que abrange uma área de 136 mil ha. (O Globo – RJ)

Maku

OUTUBRO

23

FUNAI implantará projetos contra produção de coca

A FUNAI implantará na região do rio Negro, no Amazonas, vários projetos agrícolas e de caráter social como forma de substituir as vantagens econômicas que os índios Maku e Tukano estão obtendo com a plantação em escala comercial de cocaína e sua comercialização com traficantes colombianos na região. A preocupação da FUNAI, segundo o delegado regional em

Manaus, é que os indígenas do Alto Rio Negro, induzidos por traficantes colombianos, estão abandonando suas roças, a agricultura rudimentar que exercem para plantarem o epadu, recebendo em troca mantimentos e implementos agrícolas. O epadu existe em estado natural ao longo da calha do rio Negro, mas os índios até então só usavam o pó da planta nas suas cerimônias religiosas, nos ritos e narrações dos grandes mitos. (O Liberal – PA)

Makuxi

MARÇO

7

Governador propõe hidrelétrica em região considerada habitat dos Makuxi

O governador de Roraima, brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, garantiu ontem, em Brasília, que “o projeto para a construção da hidrelétrica de Cotingo não está em área indígena”, apesar da região ser o habitat dos índios Makuxi. (ESP)

8

FUNAI intercede por posseiros que invadiram área indígena

A FUNAI intercedeu junto ao Banco do Brasil para permitir concessão de crédito agrícola às 92 famílias de posseiros e fazendeiros que invadiram a fazenda São Marcos, na área indígena dos Makuxi e Taurepang, Norte de Roraima.

A área da fazenda São Marcos foi demarcada nos tempos do marechal Rondon com 630 mil hectares, que tem sido invadidos permanentemente. A Assessoria da Presidência da FUNAI explicou que o pedido de concessão de crédito agrícola teve o objetivo de garantir a manutenção das 92 famílias, após sua retirada da área. (ESP)

SETEMBRO

3

Líder indígena denuncia demarcação errada de suas terras

O tuxaua Ponciano da Silva, que lidera 27 famílias Makuxi, na região de Sucubá, território federal de Roraima, distribuiu ontem Carta Aberta à FUNAI afirmando que os limites da demarcação que está sendo procedida em seu território estão errados e não podemos aceitá-los.

Em nome da comunidade que lidera, Ponciano da Silva afirma que “somos índios de paz, mas querendo guerra, estamos unidos e dispostos e não queremos nem cortes de terras e nem de gente”. (A Crítica – Manaus)

24

Invasão pode gerar luta

Em carta aberta dirigida ao presidente da FUNAI, os índios Wapixana, Makuxi e Yanomami, de Roraima, depois de vários dias reunidos em Surumu para decidirem que posição adotar em relação à suspensão da demarcação de suas terras, alertam o governo contra a invasão de suas reservas e ameaçam lutar por seus direitos. Os indígenas denunciam que políticos e o governo de Roraima estão impedindo que a FUNAI continue a demarcação de suas terras, procurando “tirar nossos direitos e dar para aqueles que tem dinheiro, não olhando sequer para nós, pobres índios que sofremos carência de alimentação e assistência”. (Diário do Grande ABC – SP)

Nambiquara

MAIO

30

Nova estrada é ameaça a tribo

O povo Nambiquara, da reserva do vale do rio Guaporé (MT) está ameaçado de extinção. Completando um quadro de expropriações de terras e inúmeras outras ações impostas aos Nambiquara, tanto pelo Estado como por grupos de empresas, contra sua sobrevivência, impõem-se agora o projeto de mudança no traçado da estrada que liga Cuiabá a Porto Velho, cortando dessa forma o território da reserva em cerca de 490 km.

Com essa denúncia, um grande número de entidades que trabalham em defesa do índio no Brasil — incluindo CIMI, Mov. de Defesa da Amazônia, Associação Brasileira de Antropologia, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e entidades de São Paulo, Goiás, Cuiabá, Amazonas e Brasília — divulgaram um documento endereçado ao presidente do Banco Mundial — Robert Mac Namara, onde relatam a situação do povo Nambiquara e sugerem a interferência do banco para que seja mantido o traçado original da estrada 364, nos projetos de pavimentação da rodovia. (Estado de Minas) (Ver em Tribunal Russel e a Questão Indígena e Entidades Cíveis de Apoio ao Índio)

ONU não recebe Comissão de apoio ao Nambiquara

Com o argumento de que a ONU não mantém no Brasil seu departamento de direitos humanos, apenas o departamento de desenvolvimento (PNUD) o representante da ONU em Brasília, Luiz Ramirez Boettner não recebeu ontem a comissão de apoio aos índios Nambiquara. A Comissão desejava encaminhar, através da ONU, um dossiê completo sobre a situação dos Nambiquara ao Banco Mundial. (Jornal de Brasília)

JUNHO

5

Traçado de rodovia não muda

O Ministério dos Transportes não mudará o traçado da rodovia Cuiabá-Porto Velho por causa do memorial enviado por indigenistas ao Banco Mundial denunciando que a BR-364 ameaça os índios Nambiquara, segundo informou o secretário interino do Ministério. Isso porque a rodovia não corta nenhuma reserva indígena demarcada ou aprovada. (ESP)

JULHO

4

Empresa invade área indígena sem autorização da FUNAI

A Sociedade Brasileira de Indigenistas denunciou ontem em Brasília que a empresa Euler Planejamento já está abrindo picadas para a construção de nova rota da Rodovia 364 — que cortará a área indígena dos Nambiquara sem qualquer autorização da FUNAI. (Jornal da Tarde — SP)

AGOSTO

21

Banco Mundial ouve denúncias sobre a situação dos Nambiquara

O governo brasileiro concordou com a condição imposta pelo Banco Mundial para financiar o asfaltamento da BR-364, de

enviar um antropólogo, em virtude de denúncias feitas por entidades nacionais. Esta condição foi imposta pelo Banco no final do ano passado e no início deste.

O antropólogo escolhido é David Price, que já trabalhou com os Nambiquara. Desde que foi anunciado o desvio da estrada, o Banco Mundial e Minter, vem recebendo inúmeras cartas de protestos de diferentes organizações. A última, encaminhada ao presidente do Banco Mundial Robert Mac Namara foi da Société des Américanistes de Paris dirigida pelo etnólogo Claude Lévi-Strauss.

Em todas estas manifestações, antropólogos, missionários e indigenistas afirmam que a BR-364 “é a estrada do extermínio”. (Jornal de Brasília)

SETEMBRO

2

Desvio de estrada só beneficia grupos econômicos

A denúncia que fez com que Mac Namara — presidente do Banco Mundial — decidisse enviar um antropólogo para observar a situação dos Nambiquara, foi a de que o desvio da BR-364 “iria beneficiar apenas grandes grupos econômicos”. Foram relacionados entre outros os grupos Itamarati (fazenda Guanabara), Cofap (fazenda Conguape) e Zilo Lorenzetti (fazenda Vale do Guaporé). (FSP)

25

Chega o antropólogo americano enviado pelo Banco Mundial

Chegará amanhã a Cuiabá (MT), o antropólogo norte-americano enviado pelo Banco Mundial, David Price, para analisar a situação dos índios Nambiquara. O antropólogo fez um pedido às entidades de apoio à causa indígena, para que evitem entrar em contato com ele, “pois isso iria colocar em dúvida a honestidade de meu relatório final e daria margem a contestações”. Esse apelo foi transmitido às entidades por um membro do CIMI. (ESP)

Palikur/Galibi/Karipuna

SETEMBRO

9

Tribos contra a via BR-156

As tribos Palikur, Galibi, Karipuna, Kumaruma e Uaça, que habitam o vale do Uaça, no município de Oiapoque, no Amapá, estão dispostas até a usar a força para impedir o prosseguimento da BR-156, que ligará Oiapoque a Macapá, e atravessará — em cerca de 20 quilômetros — a área indígena. A preocupação dos índios, comunicada ao prefeito de Oiapoque, e ao governador do Território, é que, com a chegada do branco às terras, a caça venha a desaparecer e as comunidades indígenas fiquem sem alimento. (ESP)

OUTUBRO

4

Índios podem receber indenização para ter estrada em seu território

Líderes das tribos Galibi, Karipuna, Palikur, Kumaruma e Urucaiaí, retornaram ontem para suas aldeias, depois de conversações que culminaram com a assinatura de um termo de con-

promisso entre o governo do Território do Amapá e a FUNAI, permitindo a continuidade da construção da BR-156 em seu novo traçado, cortando a área indígena no trecho Curupí-Uaçá-Oiapoque.

Em contrapartida, o Governo do Amapá indenizará os índios pelas terras por onde passará a rodovia e pela madeira que for extraída da reserva para os serviços de construção e manutenção das pontes da estrada. Dará também as tribos um caminho para facilitar o escoamento de seus produtos agrícolas e construirá dois postos de fiscalização na reserva. (O Globo — RJ)

15

CIMI condena estrada Macapá—Oiapoque

A estrada BR-156 (Macapá—Oiapoque) vai atravessar as únicas terras indígenas agricultáveis dos grupos Galibi, Karipuna e Palikur que vivem próximos ao rio Uaçá, no Amapá. Segundo denúncia do CIMI, a rodovia “violará a reserva indígena numa extensão de 27 quilômetros, com uma faixa de domínio de 80 metros”. O missionário Nelo Ruffaldi, que trabalha junto a esses índios, está sendo ameaçado de expulsão do País pelo procurador do Amapá. Padre Nelo se posicionou com os índios, que não aceitam a invasão territorial, diz o CIMI. (FSP)

Parakanã

ABRIL

19

Tribo Parakanã

ameaçada de extinção

A tribo dos Parakanã, situada na área a ser inundada pela Hidrelétrica de Tucuruí (PA), está ameaçada de extinção, com o seu contingente já tendo sofrido uma redução desde o início das obras, em 27,5%. A denúncia consta de um documento distribuído pelo CIMI e discutido por antropólogos, sociólogos, duante a Semana do Índio, que se desenvolve com debates no museu paraense Emilio Goeldi.

Segundo o documento, devido à falta de um estudo sobre a situação dos índios daquela área, os Parakanã foram despejados de suas terras e assentados em outro local, logo cortado por três rodovias, onde, entre outras coisas, registrou-se o desaparecimento da fauna deixando os indígenas dependentes do reabastecimento promovido pela FUNAI, desintegrando-se toda a organização social.

O documento informa que em 1977 o antropólogo Antonio Carlos Magalhães foi contratado para elaborar um projeto destinado a preparar e transferir as comunidades dos Parakanã para outra área, mas o local, interditado em 1973, já está ocupado por posseiros e fazendeiros. A FUNAI e o INCRA são os responsáveis por essa invasão, diz o CIMI. (Diário Popular — SP)

JUNHO

17

FUNAI forma frente de atração no Pará

A FUNAI vai formar uma frente de atração para tentar estabelecer contato com um novo grupo de índios Pakaranã que surgiu há alguns dias no Vale do Médio Xingu, no Pará. Eles apareceram subitamente em uma propriedade particular situada no igarapé São José, ao norte do município de São Félix do

Xingu, numa área que somente agora está sendo penetrada por colonos. O pequeno grupo indígena aproximou-se da casa de um fazendeiro e apenas levou alguns objetos que encontrou, desaparecendo novamente na mata. (ESP)

JULHO

Eletronorte continua

matando os Parakanã

Os Parakanã da região do Lontra continuam morrendo, porque a FUNAI e a Eletronorte, que haviam assinado um acordo em Brasília para indenizar os índios, não cumpriram tal acordo e a verba não foi liberada. O Projeto Parakanã está praticamente parado e os índios duramente atingidos pela construção da Transamazônica e pela Hidrelétrica de Tucuruí estão se acabando gradualmente. (Porantim — Manaus — nº 19)

Parque Nacional do Xingu

AGOSTO

13

Índios Kajabi denunciam

invasão do Xingu

A Comissão Pró-Índio de São Paulo recebeu carta, ontem, de índios Kajabi, denunciando a invasão do Parque Nacional do Xingu por seis fazendas e dando prazo até outubro próximo para “desativar aquelas fazendas por conta própria”. Em nota sobre o conflito com os Txucarramãe, “com peões pagando pela cobiça de fazendeiros”, a comissão considera “provável que incidentes lamentáveis como esse se repitam”, citando a carta dos índios Kajabi que denunciam a invasão do parque pelas fazendas Groplexim, Santa Rita, Santa Cruz e “mais três fazendas que não sabemos o nome”. Na carta, os índios afirmam que uma estrada da fazenda Santa Rita invade o parque em 3 quilômetros, e dizem que a FUNAI não tomou nenhuma providência, e que “já estamos pensando em desativar aquelas fazendas por conta própria”, dando prazo de dois meses. (JB)

NOVEMBRO

10

Presença da FAB e do Parasar

no Xingu é assunto de seminário

O DGPC da FUNAI inicia amanhã, em Brasília, um seminário de estudos sobre os problemas do PNX, entre os quais são destacados a presença de uma base da FAB e de um acampamento de treinamento de oficiais do Parasar localizados ao sul do parque que, segundo relatório enviado ao Conselho Indigenista da FUNAI, “é um contato danoso para os índios, pois cria necessidades inacessíveis e uma incompreensível falta de perspectiva do índio sobre o mundo do branco”. (FSP)

13

Realizado em Brasília I Encontro

do Parque Nacional do Xingu

As conclusões apresentadas pelas comissões que estudaram no I Encontro sobre o PNX, promovido pela FUNAI, em Brasília, os problemas do Xingu sugerem a criação de um conselho diretor para o Parque com a participação de um antropólogo, um médico, um lingüista, um ecólogo, um sertanista e funcionários da FUNAI, além do diretor do Parque. Além dessa conclusão,

a comissão de administração, na declaração de voto, sugere “a suspensão dos treinamentos militares no Parque, bem como a desativação do Destacamento Jacaré pertencente à FAB. Essa declaração foi assinada pelo antropólogo Olympio Serra, ex-diretor do Parque, e pelo dentista Hirata, da Escola Paulista de Medicina. (FSP)

Sataré-maué

ABRIL

12 Índios não aceitam traçado de estrada

Os índios Sataré-Maué não aceitam o traçado da rodovia Maués-Itaituba e que vai de encontro à rodovia Transamazônica. A estrada vai cortar a reserva dos Sataré-Maué, que é a única reserva demarcada no Amazonas, no sentido leste-oeste. (Folha da Tarde — SP)

18 Chefes indígenas denunciam roubo de madeira em suas terras

Cinco chefes indígenas dos Sataré-Maué denunciaram em Manaus o roubo de madeira de lei em suas terras praticado por empresários dos municípios da Amazonas. O chefe do Posto Indígena da FUNAI teria, inclusive, documentado o roubo através de fotografias. (ESP)

MAIO

20 Assembléia geral da comunidade Sataré-Maué para discutir seus problemas

Os líderes e grande parte da comunidade indígena Sataré-Maué, situada entre os municípios de Barreirinha e Maués, estão reunidos em assembléia geral para a discussão dos problemas que podem se originar com a construção da estrada Maués-Itaituba. Segundo os 21 líderes indígenas a construção da estrada implica no desaparecimento da cultura tradicional dos Maué e, com a destruição da mata, no desaparecimento dos meios de sobrevivência da comunidade indígena. (A Crítica — Manaus)

SETEMBRO

12 Líderes dos Sataré-Maué dão o nome dos invasores de suas terras

Representantes indígenas dos Sataré-Maué participaram ontem dos debates realizados por universitários. Os universitários e demais centros estudantis do Amazonas assumiram o compromisso de apoiar os índios na luta pela manutenção de suas terras. Além de denunciar o contrabando de madeira, o “tuchau”, chefe, Antonio Miquiles denunciou o nome dos invasores (Ivanildo Nobrega de Melo Azevedo, irmão do vereador Iranildo de Nobrega, PTB de Parintins) e disse que há muito que a Delegacia Regional da FUNAI está inteirada do fato, mas não toma nenhuma providência. (A Crítica — Manaus)

OUTUBRO

15 Sataré-Maué ganham primeira batalha contra invasores

Os índios Sataré-Maué ganharam a primeira batalha contra os invasores de suas terras. O traçado da futura estrada ligando o município de Maués a Itaituba — um ramal de 145 quilômetros da Transamazônica — acaba de ser modificado pelo Ministério dos Transportes e não mais cortará a reserva indígena, como previa o projeto inicial e que levou os índios a protestar e a realizar inúmeras assembléias, ameaçando inclusive enfrentar o invasor. (ESP)

Suruí

FEVEREIRO

15 Colonos deixarão reserva

Até o final do primeiro semestre o INCRA vai remover todas as famílias que estiverem residindo dentro da área indígena dos Suruí no Parque Indígena de Aripuanã (RO). Uma reunião entre FUNAI, governo do território, INCRA e Sindicato Rural local está marcada para os primeiros dias de março, quando o INCRA apresentará as propostas de deslocamento dos colonos. (ESP)

MARÇO

17 O INCRA retirará posseiros

O INCRA começará a retirar a partir de 19 de abril as 250 famílias de posseiros que se encontram na área do Posto Indígena 7 de Setembro, no Parque Aripuanã. Algumas das famílias estão instaladas na área há 4 anos e apenas 87 delas terão de ser indenizadas por benfeitorias que fizeram na área. As famílias de colonos serão reassentadas no projeto de colonização Espigão d'Oeste. (ESP)

30 Igreja luterana quer saber porque seus missionários foram expulsos da área dos Suruí

O presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — IECLB — Augusto Ernesto Kunert e o secretário geral, Rodolfo Jacob Schneider regressaram de Brasília onde mantiveram encontro com o diretor do Departamento Geral de Projetos Comunitários da FUNAI, Patrício Ribeiro. Durante o encontro os representantes da IECLB foram informados de que a FUNAI pretende fazer, o mais cedo possível, a sindicância pedida pela IECLB para apurar as causas e responsabilidades da expulsão de dois missionários da Igreja referida que trabalhavam na área dos Suruí (RO). Após a sindicância será mantido um encontro de alto nível entre a FUNAI e a IECLB para decidir a manutenção ou não do convênio entre as duas entidades. Os missionários expulsos são Roberto Zwetsch e Lori Altmann. (Correio do Povo — Porto Alegre — RS)

AGOSTO

16

Advogado acusa FUNAI de violência

O advogado Agenor Martins de Carvalho afirmou que a FUNAI, através da Polícia Militar, está usando métodos violentos e arbitrários na tentativa de retirar 156 famílias de posseiros que há seis anos estão instalados em terras demarcadas como área indígena desde 1974. Os posseiros, por intermédio do advogado, aforaram ação possessória contra a FUNAI, na qual discutem, não a desocupação, mas o modo pelo qual ela se verifica. (JB)

21

FUNAI entra na Justiça contra posseiros

O delegado regional da FUNAI em Rondônia, o sertanista Apoena Meireles, autorizou anteontem o advogado do órgão no território a entrar com uma ação requerendo a reintegração de posse da área Suruí ocupada por colonos. O pedido de reintegração de posse foi feito depois que o grupo de posseiros entrou com uma ação de manutenção de posse, alegando que a FUNAI nunca havia se pronunciado a respeito e agora usa da força para expulsar os posseiros. Os pedidos de manutenção de posse e de reintegração de posse foram feitos na comarca da capital do território de RO. (O Liberal – PA)

22

Sertanista desmente a agressão aos posseiros

O delegado regional da FUNAI em Rondônia, sertanista Apoena Meireles, negou que o órgão tenha usado de violência contra posseiros localizados dentro da reserva indígena dos índios Suruí, no Parque do Aripuanã. (ESP)

27

Índios querem expulsar posseiros

O sertanista Apoena Meireles teme que aconteça um novo massacre no Parque Indígena de Aripuanã onde cerca de 200 famílias de posseiros se recusam a abandonar a área dos índios Suruí. Segundo Apoena a situação na área é de tensão principalmente depois que os posseiros instalaram uma serraria a menos de 500 metros do Posto Indígena. Apoena foi advertido pelas lideranças do grupo indígena que principalmente os jovens guerreiros estão impacientes com a demora dos colonos para abandonar a reserva e querem partir para tirar os posseiros da reserva. (Diário da Manhã – SP)

SETEMBRO

18

Fracassa tentativa de acordo com posseiros

Fracassou a tentativa de acordo entre a FUNAI e os posseiros invasores da reserva indígena dos Suruí, no município de Cacoal, RO. Ontem no fórum em Porto Velho os posseiros recusaram-se a aceitar a proposta de que desocupassem a área no prazo de três meses, recebendo um lote do INCRA e o direito de retornarem à reserva para fazer a colheita próxima. (ESP)

19

Juiz concede liminar a posseiros

O juiz da comarca de Porto Velho concedeu liminar aos posseiros que invadiram a reserva dos Suruí para que permaneçam na reserva indígena até que seja julgado o pedido de manutenção de posse feito pelo advogado dos posseiros. (O Liberal – PA)

27

Índios expulsam posseiros em Rondônia

Quarenta posseiros, que na última semana invadiram a reserva dos Suruí foram expulsos debaixo de surras de cipó e pauladas, no primeiro choque violento entre índios e posseiros que disputam a área da reserva indígena. Segundo o delegado regional da FUNAI, o conflito se deu porque foi concedida uma liminar permitindo a permanência dos posseiros dentro da área dos Suruí. (ESP)

OUTUBRO

8

Posseiros saem da área Suruí

Com a decisão do Tribunal Federal de Recursos de não acolher a liminar de manutenção de posse concedida pelo juiz de Rondônia aos colonos que invadiram a reserva indígena dos Suruí vários posseiros já começaram a abandonar a área espontaneamente, restando agora 87 famílias que serão reassentadas em projetos de colonização pelo INCRA. (ESP)

Tapirapé

AGOSTO

5

Fazendeiros estão demarcando área dos Tapirapé

A fazenda Tapiraguaia está demarcando uma nova área para os índios Tapirapé. A denúncia foi feita pelas Irmãzinhas de Jesus, freiras que trabalham com os índios desde 1956. A denúncia esclarece ainda que os índios Karajá estão ajudando nos trabalhos de demarcação e redução do território pretendido pelos Tapirapé, graças a um suborno pago pela Tapiraguaia S.A.

No ano passado, prossegue a denúncia, a FUNAI assegurou a Tapiraguaia que renegociaria a área da reserva Tapirapé se os Tapirapé assim o desejassem, prometendo enviar um topógrafo para a área, para confirmar e concluir a demarcação. Como a FUNAI não enviou nenhum representante, a Tapiraguaia resolveu negociar diretamente com os índios.

As irmãzinhas de Jesus afirmam que os proprietários da fazenda tentam subornar os índios com presentes, mas que os Tapirapé não aceitam os presentes e dizem que estes devem ser entregues aos Karajá.

Além da Tapiraguaia, a André Safari e Tours Ltda. também tem interesse em que os índios aceitem a redução da reserva, que é a proposta da Tapiraguaia.

A referida empresa é a única das fazendas vizinhas que ainda reivindica terras que grilou aos índios em épocas anteriores à da demarcação das terras dos Tapirapé. A empresa ficou sem os pastos que utiliza, e que atualmente estão dentro da reserva, e quer, ainda, uma faixa de floresta que chegue até o rio. (Jornal de Brasília) (Ver em Entidades Cíveis de Apoio ao Índio)

Tembé

MAIO

8

Índios Tembé e posseiros a beira de um conflito

Os índios Tembé estão ficando sem terra e um conflito é eminente. O clima de tensão entre os Tembé é crescente, no alto rio Guamá, pois estes têm seu território sistematicamente invadido por posseiros, num impasse que envolve o fazendeiro Megger Kabacznik, acusado, por ambas as partes, de alimentar a crise em benefício próprio, de modo a aumentar seus domínios. Reunindo um total de 350 índios e experimentando um elevado estágio de aculturação, os Tembé ocupam um território de aproximadamente 3 mil ha. Como decorrência de uma falha na última demarcação os Tembé enfrentam a invasão de seu território, feita por colonos estabelecidos na colônia de Pau de Remo, sob a proteção da Polícia Militar — teoricamente encarregados de impedir a retirada do quer que seja da reserva, mas que servem de cúmplices do saque. (Província do Pará)

SETEMBRO

7

Índios Tembé atacam posto da PM no Pará

Ao final de uma semana de conflitos com posseiros no município de Ourém, os índios Tembé, do Alto Rio Guamá, incendiaram o alojamento dos soldados da Polícia Militar que haviam sido enviados para a área de tensão e que se instalaram fora da reserva indígena, na localidade de Pau do Remo. Inconformados com a invasão de suas terras, que abrigam mais de 500 posseiros, os 387 índios da reserva estão em pé de guerra e ameaçam “dar uma lição nos posseiros”, caso os órgãos do Governo não os tirem de lá imediatamente. (JB)

12

Destruição de ponte diminui tensão com os Tembé

A causa imediata do conflito entre os índios Tembé, dois mil posseiros e o fazendeiro Megger Kabacznik, que quase leva a um choque armado na semana passada, foi eliminada, pelo delegado regional da FUNAI, Paulo Cezar da Silva Abreu: ele próprio destruiu a ponte construída pelo fazendeiro dentro da reserva indígena do alto Guajá, através da qual vinha sendo feita a invasão do território indígena. (ESP)

Tikuna

MAIO

10

FUNAI confirma assassinato de 5 índios Tikuna

O superintendente da FUNAI, Octávio Lima, confirmou ontem o assassinato de cinco índios Tikuna, ocorrida no início da semana na aldeia Vendaval em São Paulo de Olivença (AM). A primeira notícia foi dada pelo CIMI e pelo Bispo do Alto Solimões, D. Alberto Marzi. De acordo com as informações dos missionários os índios Tikuna foram assassinados pela família de seringalistas Quincino Mafra. Em 1974, segundo a mesma fonte, um grupo de três índios sofreu um atentado e nenhuma

providência foi tomada. O fato se repetiu em 1975 e os “criminosos estão impunes”. O CIMI finaliza sua nota pedindo a retirada dos “patrões”, seringalistas, que exploram o índio. Igualmente urgente é a demarcação das terras dos índios para que a comunidade possa viver em paz. (Folha da Tarde — SP) (Ver em Tribunal Russel e a Questão Indígena)

OUTUBRO

10

Índios Tikuna trabalhando em regime de escravidão

Setenta e oito índios Tikuna foram aliciados para trabalhar na fazenda Agro-industrial Fazendas Unidas, arrendada há algum tempo pela CAPEMI. Os índios foram trazidos de barco de suas aldeias e trabalhavam em regime de escravidão, tempo integral, e sem nenhuma garantia trabalhista. A denúncia foi feita pelo CIMI e pelo Bispo da Prelazia do Alto Solimões, D. Alberto Marzi, sendo posteriormente confirmado pela FUNAI, através de investigação realizada pela Polícia Federal. Os índios, que eram das aldeias de Feijoal e Belém do Solimões, ambas no Alto Solimões, deverão retornar às aldeias de origem e o aliciador dos índios está sendo procurado pela Polícia Federal, a pedido da Delegacia Regional da FUNAI em Manaus. (JB)

DEZEMBRO

16

FAB derruba plantações

O pessoal da FAB está derrubando as plantações de café dos índios Tikuna, de Benjamim Constant, para aumentar o campo de pouso. A denúncia foi feita pelo CIMI Regional Norte I, através de nota distribuída à imprensa após encerramento de uma assembléia indígena havida na aldeia Simão, rio Andirá. (JB)

Txukahamãe

AGOSTO

12

Índios emboscam peões e matam 10 no Xingu

Índios da tribo Txukahamãe, do Parque Nacional do Xingu, mataram a golpes de borduna, na sexta-feira passada, 10 peões que estavam desmatando uma área de 15 quilômetros, situada à margem direita da rodovia BR-080, que liga Xavantina a Cachimbo, no Mato Grosso. Segundo as informações divulgadas pela FUNAI, 17 peões foram contratados para fazer o desmatamento da área na margem do rio Xingu, situada próximo à fazenda Agro-Pexin, que foi desativada depois de também ter sido atacada pelos Txukahamãe. (ESP)

14

Txukahamãe fecham tráfego na Brasília-Manaus

Os índios Txukahamãe, que mataram 11 peões no Parque Xingu, no fim de semana, fecharam ao tráfego a Rodovia Brasília-Manaus, enquanto agentes da Polícia Federal interditavam a área onde ocorreu o massacre, para ouvir os sobreviventes.

Em Brasília, o cacique Raoni entregou a borduna ao presidente da FUNAI e o líder indígena Megaron previu novos conflitos. (JB)

Índio atribui matança à FUNAI e a fazendeiros

A FUNAI e os fazendeiros da região do Xingu foram responsabilizados, ontem, pelo índio Megaron (Txukahamãe), pelo massacre ocorrido na semana passada em São José do Bang-Bang, em Mato Grosso, e que vitimou 11 peões que trabalhavam no desmatamento daquela área. Megaron, o cacique Raoni e mais três representantes de nações indígenas estiveram reunidos mais de duas horas com o presidente da FUNAI, e ao final da reunião garantiram que “não determinaram a morte de ninguém, pois só queríamos meter medo e susto nos fazendeiros”. (FSP)

15

Índios e fazendeiros estão em pé de guerra

“É iminente” um conflito armado entre cerca de 30 fazendeiros e seus peões e cinco nações indígenas do Norte do Parque Nacional do Xingu. A previsão foi comunicada, por ambas as partes, ontem, ao presidente da FUNAI, cuja visita não conseguiu superar o impasse pela posse de terras naquela região. Ele esteve reunido com os fazendeiros da localidade de São José do Xingu — conhecida pelos habitantes da região como São José do Bang-Bang — levando a proposta de criar, entre os 40 quilômetros pleiteados pelos índios Txukahamãe, uma reserva florestal do IBDF na margem esquerda do rio Xingu e deixar o restante com os fazendeiros. Mas estes não concordaram e, durante uma acalorada reunião, pediram a reativação da BR-80, rejeitaram proposta para contornar a rodovia em 300 quilômetros, propuseram-se a construir sede para um comando militar e defenderam a emancipação dos índios como única forma de convivência pacífica. (JB)

18

Bispo quer que índios resolvam seus problemas

“A solução para os problemas dos índios tem de partir deles mesmos. É se unir e expulsar os invasores de suas terras. Foi pena que na chacina ocorrida, no início da semana passada, no Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso, tenham morrido as pessoas erradas. Em lugar dos peões — ao todo 11 — quem deveria ter morrido era o fazendeiro invasor”. Esta opinião do Bispo D. Tomas Balduino, da Prelazia de Goiás Velho, sobre o massacre recente, foi emitida ontem de manhã, durante a palestra que fez no Centro de Formação de Líderes, da Diocese de Nova Iguaçu, quando abordou os problemas do índio em nosso país. “A chacina” — disse ele — foi um ato de defesa e os índios atuaram até onde puderam”. (JB)

23

Cacique Raoni não teme vingança e confia na retirada dos fazendeiros

O cacique Txukahamãe Raoni afirmou que não teme vingança dos fazendeiros por causa da morte de 11 peões, semana passada, no norte do parque indígena do Xingu e disse que confia na promessa do presidente da FUNAI, de retirar, em dois meses, os fazendeiros da área. O cacique Raoni disse que, em consequência do desmatamento em fazenda limítrofe ao parque (a fumaça é tanta que os aviões não pousam após as 15h) está havendo falta de caça, particularmente neste mês de agosto. “Desmataram tudo. Não se vê mais jaboti, paca, tatu. Até peixe está acabando”. Raoni contou: “Em determinado momento

da reunião com o presidente da FUNAI, falei que era melhor acabar com índio de uma vez, acabar com tudo. Índio nunca veio matar criação de branco e fazendeiro não respeita nada”. (JB)

Raoni desmente FUNAI e diz que BR-080 não será desativada

A estrada BR-080 (Brasília—Manaus) não será desativada. A notícia foi dada pelo cacique Raoni que desmentiu, desta maneira, a informação dada pela assessoria de imprensa da FUNAI que afirmava ter havido um acordo entre os índios do norte do Parque do Xingu e o órgão tutor quanto à desativação da BR-080. Segundo as informações do líder dos Txukahamãe os acordos firmados para a resolução do problema das terras dos Txukahamãe foram os seguintes: a estrada continuará e contará com dois postos de vigilância nas margens esquerda e direita do rio Xingu e serão controlados pela PM. Segundo o cacique, os índios tiveram que aceitar a proposta da FUNAI de não alterar a rota da estrada porque um novo traçado poderia atingir terras de outros índios Kayapó, os Menkragnotire, que são “parentes” dos Txukahamãe. (Jornal de Brasília)

Uru-weu-wau-wau

JANEIRO

5

FUNAI vai enviar sertanistas para atrair Wau-Wau

A FUNAI começa a deslocar uma equipe de atração para contactar os índios Uru-Weu-Wau-Wau. A expedição vai se sediar na fazenda Alta Lúcia, município de Ariquemes em Rondônia. Os Uru-Weu tiveram o primeiro contato com os brancos em 1914, mas na época a tribo foi quase totalmente exterminada pela gripe espanhola de 1918. Em seguida a tribo desapareceu na mata para retornar matando e ferindo a partir de 1977, quando suas terras foram seguidamente invadidas por colonos, garimpeiros, fazendeiros e mineradoras. Além destas invasões a reserva dos índios está sendo atravessada por duas estradas em fase de construção. (ESP)

FEVEREIRO

26

Colonos impedidos pela FUNAI

Aproximadamente 100 famílias de colonos estabelecidos entre as linhas C-0 e C-15 no Projeto Burareiro, em Ariquemes, RO, estão proibidas pela coordenação regional do INCRA de se dirigirem para seus lotes. A medida foi tomada atendendo a solicitação do delegado da FUNAI, Apoena Meireles, tendo em vista a zona ser vizinha à área de perambulação dos Uru-Weu, índios com quem a FUNAI tenta, desde o princípio deste mês, fazer contato. A proibição objetiva a que os índios parem de atacar como vem fazendo desde 1974. Segundo o coordenador do INCRA, o órgão pretende assentar mais 200 famílias na zona agora interdita. (O Liberal — PA)

MARÇO

1

Morre o menino ferido em outubro pela tribo Wau-Wau

O garoto Dimis Peres, ferido pelos Wau-Wau durante um ataque em outubro do ano passado, morreu esta semana no Hospital em que estava internado em Manaus. O irmão mais novo do garoto, Fábio, foi raptado pelos índios e presume-se que esteja vivendo entre eles. Segundo o delegado da FUNAI em Rondônia a frente de atração está encontrando dificuldades no seu trabalho porque a tribo já conviveu com o branco e está sendo perseguida por seringueiros e colonos. (ESP)

ABRIL

6

Denúncia: atração acaba com índios

O antropólogo norte-americano Denny Moore, que já trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, denunciou esta semana, através de documento, a atração "criminosa e desnecessária" que o sertanista e delegado da FUNAI em Rondônia, Apoena Meireles está fazendo para contatar os índios Uru-Weu-Wau-Wau. Segundo Moore o sertanista está contatando estas tribos para que o inglês Adrian Cowell possa fazer um documentário "que mostra um falso quadro da situação indígena local e falseia ainda a ação indigenista oficial". (Diário do Povo – Campinas – SP)

Apoena desmente acusação

O sertanista Apoena Meireles desmentiu ontem as acusações feitas pelo antropólogo Denny Moore segundo as quais estaria processando uma atração "desnecessária e criminosa" dos índios Uru-Weu-Wau-Wau. Segundo Apoena "o trabalho que vem sendo desenvolvido é fruto de um convênio assinado entre FUNAI e Universidade Católica de Goiás. E a atração está sendo realizada pela necessidade de serem evitados mais ataques contra seringueiros e colonos e, também, para estabelecer uma área para os índios". (ESP)

AGOSTO

8

Falha contato com os Wau-Wau

Falhou a primeira tentativa de contato da FUNAI com os índios Uru-Weu na região do rio Jamari, município de Ariquemes, em Rondônia: os índios quebraram todos os presentes deixados pelos funcionários da FUNAI nas proximidades do posto de atração. Além deste contratempo a FUNAI denunciou ontem outra questão difícil na região interdita da zona de atração dos Uru-Weu: dezenas de famílias de colonos invadiram quatro quilômetros além do marco colocado pela FUNAI e pelo INCRA em fevereiro e que demarcava a zona de atração. (A Crítica – Manaus)

NOVEMBRO

13

Atacada a expedição da FUNAI

A expedição de atração dos índios Uru-Weu-Wau-Wau foi atacada no último fim de semana, mas os funcionários da FUNAI e da Universidade Católica de Goiás que participam da frente

de atração não chegaram a ficar feridos. Apoena Meireles, delegado regional da FUNAI interpretou o fato como sendo significativo de que os Uru-Weu já estão aceitando a presença da expedição pois, em caso contrário, os índios teriam morto o índio-intérprete que foi alvo das flechadas. (ESP)

DEZEMBRO

3

Wau-Wau aceitam contato

Pela terceira vez nos últimos quatro anos os índios Uru-Weu-Wau-Wau atacaram a flechadas a expedição de atração da FUNAI, nas proximidades do Posto Alta Lídia. Desta vez, no entanto, embora tenham atirado as flechas contra o Suruí Nema e o sertanista José Bel, ninguém ficou ferido, o que foi interpretado pelo indigenista Apoena Meireles como um sinal de que o grupo já aceita a presença da expedição e indicando que poderá ocorrer o contato em pouco tempo. (ESP)

Xavante

JANEIRO

6

Indigenistas acham que Governo só resolve problemas indígenas quando pressionado

O decreto de demarcação da reserva indígena Parabubure, em Couto Magalhães (MT), assinado pelo presidente da República (no dia 21 de dezembro passado), após os Xavantes terem anunciado que invadiriam a fazenda Xavantina, comprova, mais uma vez na opinião de indigenistas que o Governo só resolve questões de terra e problemas indígenas em momentos de tensão e ameaça de conflito armado. (JB)

FEVEREIRO

10

Fazendeiros contra ato presidencial

Um grupo de fazendeiros impetraram dois mandatos de segurança, que pretendem anular o decreto de demarcação de Parabubure. Pedem ao Supremo Tribunal Federal que suspenda os efeitos do decreto que incluem, na reserva indígena de Parabubure, terras pertencentes a particulares, sem qualquer ato anterior de desapropriação. (FSP)

Xavantes prometem um novo ataque

Depois de dois ataques sucessivos dos Xavante, de Pimental Barbosa (MT), nas últimas três semanas, a propriedades de fazendeiros e fundiarias, há promessas de nova incursão ainda este mês. A denúncia dos ataques indígenas, foi feita esta semana em Barra do Garças pelo fazendeiro João da Nobrega. Ele revelou que os Xavante de Pimental Barbosa pretendem ampliar os limites, a oeste, de sua reserva, até a BR-158. Essa mudança alcançaria cerca de 30 fazendas, terrenos de 21 fundiarias e o povoado de Matinha, onde residem aproximadamente 200 famílias de trabalhadores rurais e posseiros. (FSP)

MARÇO

6

STF assegura terra a índios Xavante

O Supremo Tribunal Federal negou ontem dois mandatos de segurança requeridos por 13 fazendeiros do município de Barra do Garças (MT) que não demonstraram “direito líquido e certo de proprietários” ao promoverem a anulação do ato presidencial, que incluiu suas propriedades na reserva indígena de Parabubure. (Correio Brasiliense)

Xavante ameaçados por fazendeiros

Funcionários da FUNAI que atuam em Barra do Garça, junto aos Xavante, encaminham documento ao presidente da FUNAI e ao ministro do Interior, denunciando os conflitos entre os Xavante e fazendeiros. O documento diz que a situação está gritante e desesperadora e pede medidas urgentes que garantam a ordem e a segurança necessária para a continuidade dos trabalhos na área de conflito. Ressalta também que está havendo em Barra do Garças uma campanha contra os índios através da imprensa local, mobilizando a opinião pública contra a FUNAI. (Diário Popular – SP)

13

Caciques acusam fazendeiros

O cacique Aniceto, da reserva Xavante de São Marcos, entregou um documento ao ministro do Interior, acusando os fazendeiros de Barra do Garças, no Mato Grosso, de apoiados pelo prefeito local, tentarem deturpar a imagem dos índios “que de forma alguma têm roubado gado ou invadido suas terras”, desmentindo assim a denúncia feita recentemente pelos fazendeiros. O documento assinado por 15 caciques afirma que o prefeito quer aumentar a inimizade entre fazendeiros e índios: “No lugar de dar apoio, arrumar as estradas e fazer asfalto nas ruas da cidade, ele está fazendo tudo contra o índio”. Os Xavante garantem ao ministro que “querem viver em paz”, progredindo na roça, com criação de gado bovino e limpeza do pasto. Os fazendeiros é que estão fazendo grande escândalo contra nós”. (ESP) (Ver em Tribunal Russel e a Questão Indígena)

30

Líder Xavante adverte invasores de terras

“O governo brasileiro não vai nos exterminar como pretende através da FUNAI. Eu venho a São Paulo, como chefe dos Xavante da reserva de São Marcos no Mato Grosso, para denunciar que os fazendeiros da região estão realizando intrigas e invasões de nossas terras, matando nossos animais para tomar outra vez nossa reserva. Eles querem briga, nós queremos a paz. Mas não vamos deixar que nos matem. Nós vamos reagir, se for preciso”. Incisivo, claro em suas palavras, o chefe dos Xavante da reserva de São Marcos, próximo a Barra do Garças – Aniceto Tsuohaweré – veio solicitar ajuda “das pessoas de bem” para que pressionem o governo e a FUNAI no sentido de que tanto os fazendeiros da região quanto as autoridades de Barra do Garças “parem de molestar e ameaçar os índios e nossa cultura”. (FSP)

ABRIL

29

Xavante iniciam demarcação sem a presença da FUNAI

A reserva indígena de Pimentel Barbosa (MT) começou a ser demarcada ontem pelos índios Xavante, que não querem mais

esperar pela demarcação da FUNAI. Essa reserva foi criada no início do ano passado e até hoje os índios esperavam a delimitação da gleba. (FSP)

Luta com Xavante é iminente

Os fazendeiros que vivem na reserva Xavante de Pimentel Barbosa estão se armando novamente para enfrentar os índios que iniciaram por conta própria, a demarcação da área indígena. A FUNAI anunciou, em Brasília, a criação de uma comissão especial que será deslocada para a região, onde já se encontra o indigenista Odenir Pinto. (ESP)

30

FUNAI não aceitará limites dos Xavante

Em nota oficial, o presidente da FUNAI, disse que sua entidade não permitirá que os Xavante alterem os limites da reserva de Pimentel Barbosa. Ele entende que da mesma maneira que o órgão luta para evitar invasões em áreas indígenas, não pode permitir que os índios alterem os limites de suas terras. (ESP)

MAIO

1

Polícia Federal enviada para desarmar Xavante

FUNAI envia agentes da Polícia Federal para desarmar os Xavante de Pimentel Barbosa que estão demarcando suas terras sem a presença da FUNAI. (FSP)

3

Caciques Xavante exigem a presença do presidente da FUNAI

Reunidos em assembléia os caciques Xavante decidiram exigir a presença do presidente da FUNAI em Pimentel Barbosa, para que ele diga qual é a posição do órgão em relação à demarcação da reserva. Os caciques decidiram ainda apoiar o chefe da ajudância da FUNAI em Barra do Garça, Odenir Pinto de Oliveira, ameaçando romper com o órgão tutor, caso Odenir seja preso pela Polícia Federal, que já tentou duas vezes prendê-lo sob a acusação de estar incitando os indígenas. (FSP)

6

Índios tomam à força sede da FUNAI em Brasília para exigir demarcação de terra

“Se o senhor não mandar a tropa embora, os Xavante não se responsabilizam pelo sangue que correr lá embaixo”, disse o cacique Aniceto Tsuohaweré, da reserva de Pimentel Barbosa (MT), ao presidente da FUNAI, após ter ocupado, à força, com 40 outros líderes e guerreiros Xavante, todos armados, o 7º andar do antigo prédio do Ministério do Interior em Brasília. A comitiva Xavante partiu anteontem de Barra do Garças (MT) disposta a ocupar a sede da FUNAI e só sair com a certeza de que a reserva será demarcada em 360 mil hectares, ao invés dos 306 mil hectares estipulados por decreto assinado em 1979. (JB)

FUNAI aceita ampliação da reserva dos Xavante

O presidente da FUNAI, comprometeu-se a encaminhar um projeto ao ministro do Interior, aumentando em 60 mil hectares a reserva indígena de Pimentel Barbosa. E também foi assegurado que não haverá represálias contra técnicos indigenistas – principalmente Odenir, acusados pela própria FUNAI de incitar os Xavante. (ESP)

8

Xavante querem Nobre da Veiga fora da FUNAI

A demissão do presidente da FUNAI, foi solicitada pelos 31 Xavante, que se encontram em Brasília, em dois documentos entregues ao ministro do Interior. Nos documentos manifestam-se contra a estadualização da FUNAI e o novo Estatuto do Índio, argumentando que “isto vai prejudicar a gente e até mesmo acabar com todos os índios no Brasil”. (Correio Brasiliense)

9

Xavante rompe com a FUNAI

“Nunca mais queremos ser da FUNAI e dela não receberemos nem um vidro de remédio”. Com estas palavras, o cacique Warodi da reserva de Pimentel Barbosa, oficializou o rompimento da tribo Xavante com a FUNAI.

Sobre o anúncio da liberação de 30 milhões de cruzeiros como parte de uma ajuda da FUNAI aos Xavante, o cacique disse que “pessoalmente recusa todo e qualquer tipo de ajuda pois receber dinheiro agora é mesmo que aceitar ser subornado”. Sabe-se que a comunidade dos Xavante está dividida quanto aos recursos liberados pela FUNAI. Um forte grupo aceita a verba para sanar algumas necessidades, contrariando assim a posição de Warodi, filho de Apoena. (Folha de Goiás)

10

Indigenistas apoiam os Xavante

A Sociedade Brasileira de Indigenistas, o Conselho Indigenista Missionário, o Centro de Trabalho Indigenista, a Associação Nacional de Apoio ao Índio e a Comissão Pró-Índio distribuíram nota conjunta criticando a atuação da FUNAI na questão da demarcação das terras dos índios Xavante, em Mato Grosso. A nota decorre dos incidentes desta semana em Brasília, com os Xavante ocupando a FUNAI e exigindo solução para o problema das terras. A nota das entidades diz que “a FUNAI apresentou aos índios mapas da reserva em escalas diferentes, confundindo-os”. (JB)

24

Líderes Xavante ocupam novamente sede da FUNAI em Brasília

Pintados de preto e vermelho e vestidos de calção, dez líderes Xavante ocuparam ontem a sede da FUNAI, em Brasília, exigindo a expulsão dos fazendeiros da reserva indígena de Parabubure, e o retorno do sertanista Odenir Pinto de Oliveira à chefia de Ajudância da FUNAI em Barra do Garças. (Folha da Tarde — SP)

JUNHO

7

Índios presos após incidente

Dois índios Xavante foram presos ontem pela PM da cidade de Barra do Garça, no Mato Grosso, após um incidente ocorrido na sede da Ajudância local da FUNAI com o novo titular do cargo, coronel Anael Gonçalves, segundo se informou em Brasília. Em consequência das prisões, os Xavante que estavam sediados em Barra do Garça se dividiram, um grupo ficou no local, tentando libertar os índios presos, enquanto os demais irão a Brasília, onde deverão chegar na segunda-feira, para exigir a demarcação da reserva de Couto Magalhães e também a liberdade dos dois índios. (ESP)

10

Coronel tenta dividir Xavante

Warodi denunciou que o interventor da Ajudância de Barra do Garça, Coronel Anael Gonçalves, vem tentando dividir os Xavante das aldeias de São Marcos e Sangradouro e os de Pimentel Barbosa, Areões, Kuluene e Couto Magalhães. Essa denúncia foi feita depois que Evangelista Figueiredo Araujo elevou para 10 o número de indigenistas demissionários da FUNAI, em protesto contra a exoneração de três colegas, pela política “antiindigenista da FUNAI”. (Correio Brasiliense)

JULHO

14

Comunidade Xavante comemora boa safra

Amenizando os problemas ocorridos nas últimas semanas entre as comunidades Xavante e a FUNAI, os 370 índios da aldeia de Areões comemoraram ontem a safra de 7 mil sacas de arroz, colhidas com maquinária fornecida pela FUNAI.

Segundo o cacique Adão — que é solidário com as demais comunidades — torna-se necessário retirar da área, a fazenda Dois Corações e constituir a reserva em seus limites naturais, ou seja, entre a BR-080 e os rios das Mortes e Água Suja. (JB)

27

Posseiros e fazendeiros não podem mais plantar em reserva Xavante

Os posseiros e fazendeiros que vivem nas áreas indígenas de Pimentel Barbosa e Parabubure, não podem mais plantar dentro das reservas dos Xavante por determinação da FUNAI. Também deverão ser retirados das reservas nos próximos meses. (FSP)

AGOSTO

13

Decreto amplia limite de reserva indígena de Pimentel Barbosa

O presidente da República assinou decreto ontem ampliando o limite Oeste da reserva indígena de Pimentel Barbosa. Segundo a exposição de motivos do ministro do Interior, a FUNAI, quando fazia as demarcações da reserva, não conseguiu estabelecer os limites a Oeste da área, pois os índios reivindicavam uma área maior na interligação dos pontos um e oito, compreendendo cerca de 28.650 ha. O ministro disse que a FUNAI concluiu pela procedência da reivindicação, considerando a área pretendida como de ocupação imemorial dos índios. (Folha da Tarde — SP)

OUTUBRO

10

Denunciada nova ameaça a índios

Os Xavante estão ameaçados de prisão caso saiam de suas aldeias, ataquem os fazendeiros, ataquem a FUNAI ou lutem entre si. A ameaça foi feita pelo coronel Anael Gonçalves, assessor especial da presidência da FUNAI, durante reunião com os líderes Xavante na aldeia de Pimentel Barbosa. A denúncia é do cacique Aniceto, em carta dirigida ao presidente da FUNAI. (FSP)

28

Morrem envenenadas

6 crianças índias

Seis crianças Xavante morreram envenenadas com as águas do córrego Parabubure. A morte ocorreu na primeira quinzena de outubro e a Polícia Federal não conseguiu identificar qual o veneno. A denúncia foi feita em Brasília pelos caciques Celestino, da reserva de Couto Magalhães, João, da de Dom Bosco e Cipriano, da de Auxiliadora, reservas que pertencem à área indígena de Parabubure, em Barra do Garças (MT). Os caciques culpam o diretor comercial da fazenda Xavantina, Mário Muralha, como responsável pelo envenenamento do rio. Ele estaria assustado com a chegada dos índios que, desde julho, estão mudando a aldeia para as proximidades do rio Parabubure. A fazenda Xavantina está encravada dentro da reserva indígena e embora o decreto de criação da reserva tenha sido assinado em dezembro de 1979, até hoje a Xavantina não foi retirada da área. (FSP)

30

FUNAI tenta

desmentir envenenamento

Segundo nota oficial distribuída pela FUNAI “ainda não está confirmada a suspeita de que as águas do córrego de Parabubure, que atravessa a reserva do mesmo nome, esteja contaminada por produtos químicos”. A nota diz que amostras da água do córrego foram examinadas pelo Instituto Nacional de Criminalística do DPF, com resultado negativo. Ainda de acordo com a FUNAI não há fundamento nas notícias de que cinco crianças Xavante daquela reserva tenham morrido envenenadas com a água do rio.

Apesar da nota da FUNAI, informou-se ontem que 30 Xavante estão internados em Barra do Garças, devido ao problema da contaminação das águas. (Folha da Tarde – SP)

NOVEMBRO

7

Xavante brigam por liderança

A cisão da liderança Xavante tornou-se pública, na tarde de ontem, quando o índio Warodi, cacique geral, disse que Mário Juruna não representa de maneira nenhuma, a sua comunidade, não é chefe, só vive arranjando dinheiro em proveito pessoal, viajando pela cidade toda a vida, e não olha e não cuida de seu povo”. “O Mário Juruna não pode viver sem trabalhar, só arranjando dinheiro para ele, sem respeitar os chefes. Além de Adão, o cacique Gabriel, da reserva de Kuluene apoiou as palavras de Warodi. (Correio Brasiliense)

10

Cacique diz que foi

impedido de viajar

O cacique Aniceto, da reserva de São Marcos, afirmou, em Brasília, que a FUNAI e a Missão Salesiana que atende os Xavante firmaram um acordo com o objetivo de impedir a saída de índios das reservas. Segundo ele vários chefes indígenas encontram-se em Barra do Garças impedidos de embarcar para a capital federal, onde pretendiam protestar junto à FUNAI contra as ameaças feitas por representantes do órgão, na área dos Xavante. (ESP)

Xerente

DEZEMBRO

2

FUNAI desmnte

estado de tensão

“Não existe nenhum conflito nem tensão por parte dos índios Xerente na região de Tocantínia”. A afirmação é do delegado da FUNAI em Goiás, Ivan Baiocchi, falando a respeito da notícia de que estaria havendo um início de tensão no norte do estado, devido à presença de brancos nas terras dos índios. (Folha de Goiás – Goiânia)

Índios Xerente lutam

por uma área maior

A área demarcada para os índios Xerente não é contínua, sendo 52 mil alqueires entre os rios Negro, Piabanha e Tocantins e mais 550 alqueires num local próximo à sede do município e denominado Funil. A referida área, valorizada pela proximidade do centro urbano e pela qualidade das terras, sempre foi uma fonte de disputas e hostilidades, separando índios e moradores.

No entanto, os Xerente nunca se conformaram com a extensão da reserva de Funil definida em 1971, achando que a posse imemorial da tribo atinge a uma área bem maior. As autoridades municipais acusam a FUNAI de incentivar os índios à reivindicação de um território maior que o atual e acusam os índios de uma ambição desmesurada na pretensão de ampliação da reserva. (O Popular – Goiânia)

Xikrin

JULHO

17

Fazendeiros invadem terras

da reserva Xikrin

As terras da reserva Xikrin, nas imediações do rio Cateté, estão sendo invadidas por fazendeiros, principalmente na parte sul, cujo limite legal é a rodovia PA-279. Os fazendeiros alegam que não estavam invadindo área indígena, alegação esta feita com base num mapa falso da reserva e que há anos foi cassado pela Polícia Federal. O referido mapa corta praticamente um terço da reserva indígena. Os fazendeiros pretendem negociar com os índios uma nova demarcação das terras da reserva onde as fazendas já estão instaladas, mediante indenização paga à comunidade indígena. (A Província do Pará)

AGOSTO

19

FUNAI tenta

retirar invasores

A FUNAI vai iniciar na próxima semana, com o apoio do IBDF, INCRA e Polícia Federal a retirada de todos os invasores da reserva indígena dos índios Xikrin. A invasão, feita por três fazendas, várias serrarias e numerosos peões. A invasão, que vem se ampliando há vários meses está irritando os 240 índios que vivem na reserva. Duas vezes, neste ano, os índios entraram em conflito com os invasores de suas terras: na primeira vez aprisionaram o proprietário de duas fazendas instaladas na

área, mantendo-o amarrado por várias horas. Na segunda vez, há dez dias, prenderam oito peões, cortaram seus cabelos e pintaram-nos. Como no primeiro caso os brancos invasores foram libertados pela chegada do delegado regional da FUNAI. Em Brasília, os invasores da reserva indígena dos Xikrin, tentaram estabelecer um acordo com a FUNAI para se manterem na área, mas os técnicos da FUNAI consideraram extremamente perigoso abrir um precedente capaz de consolidar uma invasão. Por isso a FUNAI decidiu retirar os invasores, principalmente porque os próprios índios já estão tomando a iniciativa de patrulhar a área e prender todos os brancos que encontrem em seu território. (Jornal de Brasília e ESP)

SETEMBRO

9

Caiapó atacam para protestar contra invasão

Aconteceu mais um ataque dos índios da nação Caiapó. Desta vez foram os Xikrin, do Posto Indígena Cateté, que invadiram a fazenda Japonesa, no município de Marabá (PA). O grupo protesta contra a invasão de suas terras, até hoje não demarcadas, e contra a derrubada de madeira de lei, principalmente mogno. (FSP)

17

Confirmada a denúncia do uso de desfolhante na reserva indígena

A denúncia da índia Xikrin Eleides Iredian, de que a fazenda Gran Reata está utilizando desfolhantes no desmatamento de áreas da reserva indígena de Conceição do Araguaia (PA), foi confirmada pela chefe da ajudância da FUNAI em Marabá, segundo quem, uma grande área foi desmatada dentro da reserva, onde derrubaram mais de 20 mil árvores de mogno. A Sra. Mara Leal, que esteve na reserva Xikrin após a invasão dos índios à fazenda Japonesa, revelou que o uso indiscriminado do desfolhante está provocando, além de cegueira nos macacos e jabotis, problemas de ordem genética nos índios, que há algum tempo apresentam infartação de gânglios. Acrescentou que os Xikrin temem ficar cegos. (JB)

DEZEMBRO

5

Mandato de segurança garante posse da terra aos índios Xikrin

O Tribunal Federal de Recursos suspendeu medida liminar deferida pelo juiz federal do Pará nos autos do interdito proibitório suscitado pelos fazendeiros que se encontram indevidamente na área indígena Xikrin-Cateté, município de Marabá (PA). Além do mandato de segurança impetrado pela FUNAI contra o ato do juiz federal do Pará, o ministro H. Galant do Tribunal Federal de Recursos, solicitou a presença da Polícia Federal na área, visando garantir a posse das terras pelos índios e para evitar-se os conflitos dos índios com a população branca invasora de sua reserva.

Segundo o presidente da FUNAI, o mandato de segurança impetrado pela FUNAI garante a posse da terra aos índios Xikrin. (Jornal de Brasília)

Waimiri-atroari

ABRIL

2

Waimiri Atroari são os índios mais ameaçados da Amazônia, diz denúncia

Os índios Waimiri Atroari estão entre os povos indígenas mais ameaçados da Amazônia, segundo denúncia feita pelos seguintes grupos ligados à causa indígena: CIMI, grupo Kukuro e Pastoral Jovem de Manaus. O território destes índios segundo as denúncias está sendo invadido ao norte pela empresa de mineração Paranapanema, ao sul pelos colonos do INCRA e a oeste estão ameaçados de inundação pela hidrelétrica de Balbina. (A Crítica – Manaus)

DEZEMBRO

23

Transferência de índios Waimiri tem por trás projeto de mineração e colonização

A FUNAI está tentando a transferência de uma aldeia de 118 índios Waimiri, do baixo rio Camanaú, com o objetivo de “limpar” a área para a implantação de um projeto de colonização e de mineração, segundo denunciou ontem o CIMI – Regional Norte I através de nota à imprensa. Ainda segundo a nota a comunidade Mundurulu-Sateré-Maué do rio Camanaú também está sendo transferida pela FUNAI pelos mesmos propósitos. Segundo a nota, a decisão da transferência foi tomada após descobertas, feitas pelo DNPM (Departamento Nacional de Pesquisas Minerais), de importantes jazidas minerais em território indígena. A situação dos índios se agrava, acusa o CIMI, devido ao acordo assinado entre os governos estadual, federal e francês para a construção de Balbina (hidrelétrica que atingirá o habitat daqueles índios, depredando-lhes os recursos naturais necessários à sua subsistência. (A Crítica – Manaus)

Yanomami

JANEIRO

11

Parque Yanomami preocupa franceses

A Sociedade dos Americanistas, do Museu do Homem, de Paris, enviou ontem carta ao ministro do Interior, manifestando profunda “preocupação com a forma como está sendo conduzida a criação do Parque Indígena Yanomami”, na fronteira entre o Território de Roraima e a Venezuela. Os antropólogos franceses se mostram “chocados” com a possibilidade de que o parque não seja criado, a partir de afirmações contrárias do governador de Roraima. (JB) (Ver em Entidades Cíveis de Apoio aos Índios e Tribunal Russel e a Questão Indígena)

FEVEREIRO

2

Bispos em favor do parque Yanomami

Os 300 bispos brasileiros que estiveram reunidos na 18ª Assembleia Nacional da CNBB para discutir questão da terra, enviaram telegrama ao general Figueiredo exigindo a criação do Parque Indígena Yanomami. Os bispos repudiaram também o anteprojeto de lei do deputado Hélio Campos, que se propõe a alterar o Estatuto do Índio, proibindo a criação de Parques ou reservas indígenas em áreas de fronteira. (JB)

MAIO

20

Pró-Índio quer já a criação do parque Yanomami

A Comissão Pró-Índio de São Paulo e a Comissão pela Criação do Parque Yanomami encaminharam carta aberta ao ministro do Interior, solicitando “a criação urgente do Parque Yanomami, nos moldes do recente projeto da FUNAI, em área de extensão suficiente e contínua”. Na carta, a Comissão mostra-se “extremamente preocupada com o difícil andamento que tem tido a questão de criação do Parque, entregue recentemente ao seu Ministério”, lembrando ainda ao ministro que este, por ocasião da entrega do projeto original, em junho do ano passado, “manifestou-se solidário”. O novo projeto de criação do Parque encontra-se há mais de um mês na Secretaria-Geral do Ministério do Interior, devendo ser encaminhado, depois dos estudos, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Para a Comissão Pró-Índio, “não há mais motivos nem tempo que justifiquem a protelação de uma decisão favorável à criação do Parque. A opinião pública está sensibilizada pela questão indígena. Parlamentares, reconhecendo a importância da defesa de nossos índios, comprometeram-se recente e expressamente com a causa indígena”. Diante destes fatos, a Comissão solicita que o Ministério se pronuncie imediatamente sobre o Parque para evitar “o genocídio do povo Yanomami, que se seguirá inevitavelmente à falta de sua proteção”. (FSP)

JULHO

17

Indigenista denuncia exploração de minérios na reserva Yanomami

O ministro das Minas e Energia, assinou na semana passada alvará de concessão para exploração de minérios em 12 mil 118 hectares nas Serras das Surucucus em Roraima, onde habitam os índios Yanomami, como se fossem terras devolutas. A denúncia é da indigenista Cláudia Andujar, da Comissão de Criação do Parque Yanomami. As empresas beneficiadas são a Mineração Guariba e Tapajós, subsidiárias da Andrade Gutierrez e Parapanema. O mineral a ser pesquisado é o titânio, sendo que a Mineração Guariba atuará numa área de 2 mil 248 hectares, e a Tapajós em 9 mil 970 hectares. O vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. Tomás Balduino, protestou e a FUNAI disse que desconhece as concessões. A liberação desta área para exploração mineral, na opinião de D. Tomás é “genocida” porque os Yanomami são arredios e não estão preparados para contato, além de não terem suas terras ainda definidas porque não foi assinado decreto para a criação do Parque Yanomami. “O Governo sabe de tudo isso” — disse. O Bispo reclama da falta de consultas aos responsáveis pelos

Yanomami, pois suas ponderações não permitiram a exploração mineral na área. “Espero — concluiu o representante do CIMI — que o presidente Figueiredo, antes de terminar seu mandato, leia todos os relatórios já feitos para saber em que situação se encontram os Yanomami”. (FSP)

SETEMBRO

4

Mineração pode gerar conflito com Yanomami

Se a FUNAI não impedir que seja iniciada a exploração de minérios na serra do Surucuru, área dos índios Yanomami, entre Roraima e Amazonas, poderão ocorrer sérios conflitos na região. Existem ali 10 a 12 mil índios, mas em 1978 a FUNAI, quando era seu presidente o general Ismarth de Oliveira, concedeu 10 alvarás para três subsidiárias da Docegeo, empresa ligada à Companhia Vale do Rio Doce, exatamente para aproveitamento das áreas mais povoadas. Ao prestar essas informações ontem, em Porto Alegre, a coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, a fotógrafa Cláudia Andujar, em palestra que fez à noite na Assembleia Legislativa, disse que o parque precisará ser um “bloco único de terras” e não um arquipélago de pequenas áreas. Cláudia lembrou que os alvarás foram concedidos de maneira ilegal pelo antigo presidente da FUNAI, já que somente o presidente da República, de acordo com a Constituição, pode conceder esse tipo de documento para áreas indígenas. (ESP) (Ver em Entidades Cíveis de Apoio ao Índio)

NOVEMBRO

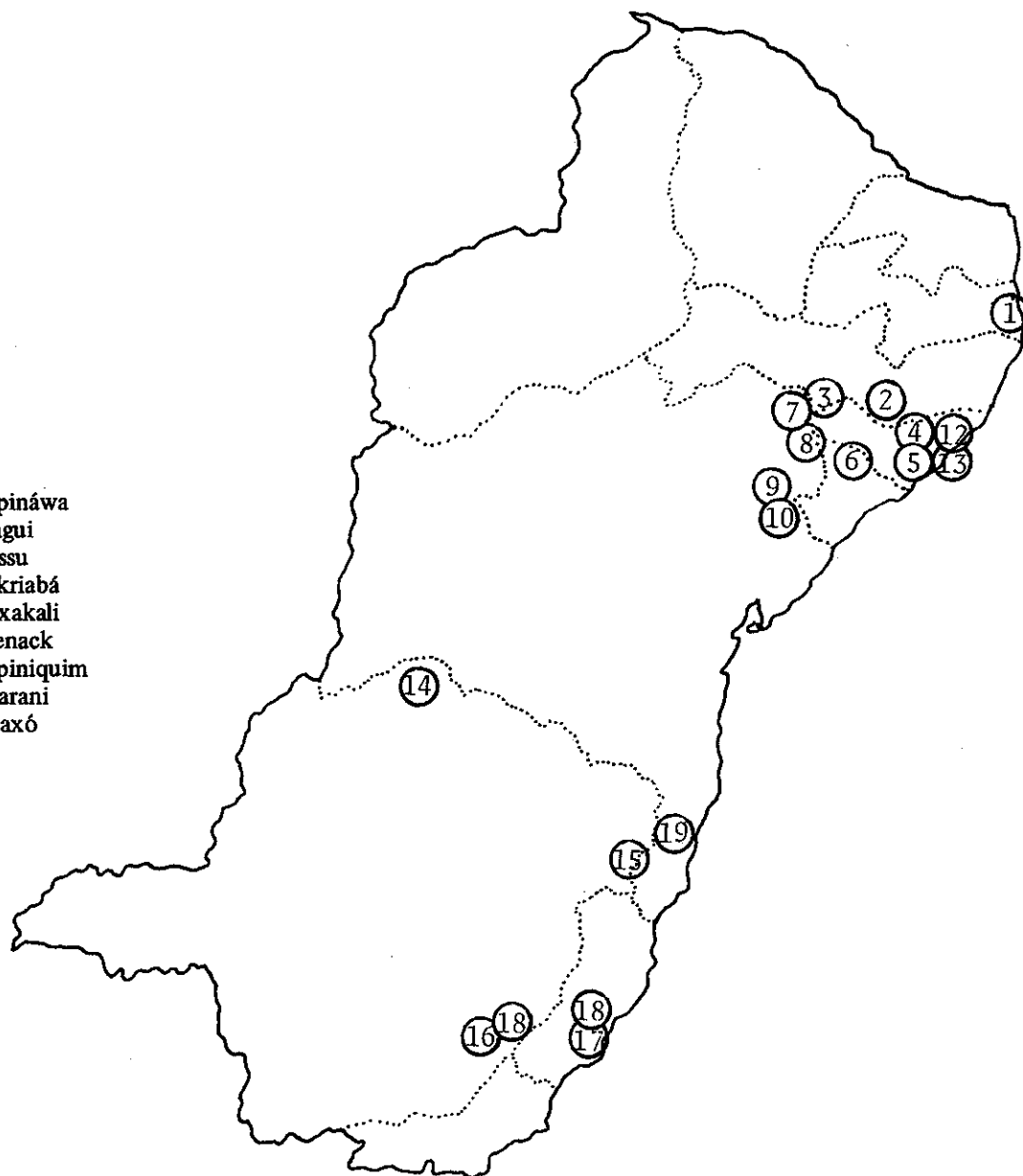
20

Garimpeiros ameaçam invadir terra indígena

Ontem, em São Paulo, a Comissão Pró-Índio e a Comissão pela Criação do Parque Yanomami denunciaram a iminente invasão, por mais de 7 mil garimpeiros, de “outras áreas dos índios Yanomami na região do garimpo Santa Rosa em Roraima”. Na busca de uma “veia de ouro”, os garimpeiros tentam invadir várias outras áreas indígenas, além do fato de que “muitos invasores pretendem apenas ocupar a região indígena em nome de multinacionais a pretexto do garimpo”, segundo afirmou a presidente da Comissão para a Criação do Parque Yanomami. (FSP)

POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO LESTE / ÁREA II

- | | |
|-----------------|---------------|
| 1 Potiguara | 11 Kapináwa |
| 2 Fulniô | 12 Tingui |
| 3 Pankararu | 13 Wassu |
| 4 Xukuru-kariri | 14 Xakriabá |
| 5 Xokó-kariri | 15 Maxakali |
| 6 Xokó | 16 Krenack |
| 7 Tuxá | 17 Tupiniquim |
| 8 Pankararé | 18 Guaraní |
| 9 Kaimbé | 19 Pataxó |
| 10 Kiriri | |



Esta área agrupa as tribos indígenas de mais antigo contato com a sociedade brasileira. Não há nenhum grupo com menos de um século de intenso convívio e intercâmbio cultural e econômico com a nossa sociedade.

Em quase todos eles, o alto nível de fusão racial com a população envolvente e a perda de muitos elementos da cultura original (poucos mantêm o uso da língua indígena apesar de que praticam seus ritos e festas tradicionais) não implicou na perda de sua identidade étnica nem no sentimento de pertencer a um grupo de referência muito definido: a comunidade indígena.

Esta identidade indígena está sendo recuperada e valorizada por estes grupos — algumas tribos estão reaprendendo a língua. Este sentimento significa não só o cimento que une politicamente a comunidade indígena nas suas lutas pelos direitos históricos que têm como índios, mas significa ainda a definitiva consciência adquirida através de 4 séculos de um processo de expropriação contínua e a reivindicação de um lugar na sociedade nacional.

Fulniô

AGOSTO

18

Índios danificam o asfalto da BR-423 em protesto ao DNER

Depois de terem danificado com picaretas um trecho da BR-423 — que liga a cidade pernambucana de Garanhuns, a Paulo Afonso, na Bahia, os índios Fulniô resolveram suspender o ato de protesto, tão logo obtiveram do DNER a promessa de que a repartição construirá uma passagem para pedestres na rodovia que corta a cidade sertaneja de Águas Belas, onde fica a tribo, com cerca de 2.300 pessoas.

O movimento foi promovido por cerca de 100 índios, revoltados com o risco de vida que correm ao atravessarem a rodovia. A movimentação e o aumento de passagens pela estrada começaram este mês, porque os Fulniô estão realizando o ritual do Ouricuri, que é uma manifestação místico-religiosa, desenvolvida de forma secreta, que não permite a presença de brancos. (A Tribuna — Santos)

19

Os índios avisam: vão invadir a companhia

Revoltados com o pouco caso que os órgãos oficiais teriam demonstrado por seus problemas de falta de água, os índios Fulniô ameaçaram ontem invadir a Companhia Pernambucana de Abastecimentos — Compesa. Os técnicos da Compesa não esconderam seu temor ao apresentar o caso à polícia local. (Jornal da Tarde — SP)

21

Passa fome a tribo Fulniô

Os índios da tribo Fulniô, de Águas Belas, denunciaram ontem as péssimas condições de sobrevivência, agravadas após a última estiagem, que dizimou a agricultura da região deixando os índios em completa penúria material. Os índios afirmam que somente o ministro do Interior poderia tomar uma atitude no sentido de garantir condições mínimas de sobrevivência para a tribo, pois os responsáveis pelo posto da FUNAI não tomam qualquer atitude para resolver o caso, argumentando que as decisões são centralizadas em Brasília. (Diário de Pernambuco)

NOVEMBRO

A FUNAI arrenda as terras dos Fulniô

A miséria está se alastrando no município de Águas Belas, onde vivem os Fulniô. Sem caça e sem roça, em consequência das permanentes invasões de suas terras, esses indígenas são obrigados a fazer o arrendamento de pequenos lotes para poderem sobreviver. Mesmo assim são mínimas as condições, pois a própria FUNAI, através do Posto Indígena local, além de servir de intermediária nas negociações, apossa-se de 30% da renda, estando o próprio prefeito e o vigário na lista dos arrendatários. No dia 17 de janeiro, alguns líderes encaminharam um abaixo-assinado ao presidente da FUNAI, para que tomasse a iniciativa de retirar a taxa de 30%. (Porantim — Manaus — nº 24)

Kaimbé

JULHO

14

CIMI revela tensão entre índios e grileiros na Bahia

O coordenador do CIMI da Região Nordeste, Fábio Alves dos Santos, declarou que a FUNAI está desenvolvendo uma política indigenista de convivência com os grupos econômicos que procuram ocupar as terras indígenas e denunciou o clima de insegurança na aldeia Kaimbé, no município de Euclides da Cunha, sertão da Bahia, cujas terras estão sendo griladas pela empresa Otemapes. Segundo o coordenador do CIMI, a empresa está contratando jagunços para levantar cercas nas terras indígenas e ameaçar de morte os Kaimbé. (JB)

Kapinawa

ABRIL

1

Índios são ameaçados de expulsão

Uma comissão da Diocese de Pesqueira (PE) denunciou ontem na Assembléia Legislativa, ao Senador Marcos Freire (PMDB) e ao líder da bancada oposicionista José Queiroz, que os índios Kapinawa, a 18 km do município de Buique — a 280 km da capital — estão ameaçados de expulsão pelo fazendeiro conhecido como Zuza Tavares. O fazendeiro pretende invadir as terras dos índios hoje, levantando cercas para demarcar sua propriedade. Segundo os membros da comissão, os indígenas estão dispostos a reagir e “vão postar-se desarmados nos locais que o fazendeiro pretende construir a cerca”. Mais de 50 famílias estão ameaçadas de expulsão. (JB)

Kiriri

ABRIL

24

Índios Kiriri dizem que fazendeiros querem matar seu cacique Lázaro

Os índios Kiriri Carlos Cristóvão e Agripino Gregório dos Santos reafirmaram ontem, para a coordenadora do convênio Universidade Federal da Bahia — FUNAI, antropóloga Maria do Rosário, que o cacique Lázaro Gonçalves de Souza vem sendo ameaçado de morte por fazendeiros que invadiram as terras da tribo no município de Ribeira do Pombal (BA). Entre os invasores estariam o prefeito e o vice-prefeito da cidade, Edval Calazans Macedo e João Bitencourt. O cacique se encontra, atualmente em Brasília tratando do problema de demarcação de terras da tribo. (JB) (Ver em Repressão às Lideranças Indígenas)

DEZEMBRO

22

Iniciada a demarcação das terras dos índios Kiriri

A coordenadora de pesquisas e estudos da população indígena da Bahia, Prof. Maria do Rosário, anunciou nesta capital que foi iniciada a demarcação da reserva dos índios Kiriri, distrito de Mirandela, município de Ribeira do Pombal, nordeste baiano com uma área de pouco mais de 13 mil hectares.

Em setembro do ano passado quase houve um conflito armado entre os índios Kiriri e os fazendeiros da região. Depois de insistentes pedidos feitos à FUNAI para a demarcação da reserva, os Kiriri resolveram fazer a demarcação por conta própria. Para a Profa. Maria do Rosário o reconhecimento da reserva e o início de sua demarcação foi conseguido graças a um convênio recentemente firmado entre FUNAI e o Exército que visa assegurar "o direito, que foi duramente conquistado pelos índios". (O Liberal — PA)

Krenack

FEVEREIRO

20

Índios Krenack denunciam FUNAI

Os membros de uma comissão de índios Krenack, afirmaram ontem em Belo Horizonte, que o presidente da FUNAI não atendeu à reivindicação da tribo, que pretende voltar para a antiga reserva em Krenque, de onde foram expulsos em 1972. Os índios vivem hoje na fazenda Guarani, no município de Carmésia, no norte de Minas. São 40 índios, e a tribo ainda tem ramificações em São Paulo e Mato Grosso. (FSP)

MAIO

13

Índios retomam terras roubadas em Minas Gerais

Vinte e seis remanescentes da tribo dos Krenack retomaram domingo, parte das terras que lhes pertenciam no município de Resplendor (MG), e das quais eles haviam sido transferidos em 1972, quando foram levados para a fazenda Guarani, pela FUNAI. A área é disputada por 65 fazendeiros. Os índios fugiram dessa fazenda na madrugada de domingo, tomaram um trem em Itabira e desembarcaram no povoado de Crenaque, às 14 horas, alojando-se no prédio em ruínas da antiga administração do Posto Indígena e na casa de um banqueiro, as duas únicas habitações do local.

Desde que foram transferidos para a fazenda Guarani, os Krenack vinham manifestando intenção de voltar à terra de origem, alegando que não tinham condições de sobreviver no novo local cujas terras já não são boas para a agricultura e nem oferecem condições de pesca. (A Tribuna da Imprensa — RJ)

15

Entidades defendem Krenack

O grupo de estudos sobre a questão indígena — GREQUI — e a Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA), cujos membros acompanharam, no domingo, o retorno de 26 índios Krenack às terras em Resplendor, divulgaram documento ontem em Belo Horizonte pedindo ajuda para o grupo, que está

mal alojado e só tem alimentos para esta semana. Segundo as duas entidades, os índios querem garantia de que permanecerão no local e a posse de uma nascente, além de apoio "para não serem impunemente transferidos pela FUNAI, como da primeira vez". (ESP)

18

CIMI critica FUNAI e defende os Krenack

O CIMI divulgou nota ontem, protestando contra a atuação da FUNAI no caso dos índios Krenack, quando "mais uma vez, a FUNAI atendeu aos interesses de latifundiários da região". Segundo a nota, ante as afirmações da Delegacia Regional de Governador Valadares "fica clara toda a trama do órgão mediante a qual vinha e vem enganando os Krenack e a opinião pública". O CIMI salienta que a comissão enviada pela FUNAI para a área em 1979, chefiada pelos antropólogos Marco Antonio e Rafael Bastos, "apresentou como solução a volta dos índios à fazenda Resplendor", que agora foi ocupada por 26 membros da tribo. Para o CIMI, o deslocamento dos Krenack para a fazenda Guarani foi imposto pelo órgão tutelar, uma vez que "os índios viviam num isolamento imposto pela FUNAI". Os Krenack viviam na fazenda Guarani desde 1972 e a regional da FUNAI não conseguiu convencê-los a regressar. (ESP)

30

Os Krenack já pescam no Iatu. Como antigamente

Agora, só resta posição oficial do governo, através da FUNAI. As três famílias Krenack, 26 pessoas que fugiram há duas semanas da fazenda Guarani, receberam alimentos que garantirão sua sobrevivência por mais tempo, no antigo posto Resplendor, onde viveram seus antepassados. Os fazendeiros já deixaram de molestá-los. Oito anos depois de permanecerem na reserva de Carmésia, onde não há rio, os Krenack já pescam no Iatu ou Rio Doce, como faziam antigamente. Estas informações foram dadas, pelo Grupo de Estudos da Questão Indígena e pela Associação Mineira de Defesa Ambiental, que enviaram roupas e alimentos aos índios, arrecadados na cidade. (Estado de Minas)

JUNHO

27

Mineiros enviam documento ao MINTER

Um manifesto foi encaminhado ontem ao ministro do Interior pela Associação de Defesa Ambiental e pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Belo Horizonte. O manifesto é assinado por duas mil pessoas e tem o seguinte teor: Senhor ministro: Nós, abaixo assinados participantes do Seminário da Terra Indígena, patrocinado pela UFMG, vimos expressar nosso integral apoio ao povo Krenack pelo retorno às suas terras no Vale do Rio Doce, município de Resplendor, Minas Gerais. Certos de que Vossa Excelência honrará o compromisso histórico assumido perante a Nação ao declarar que a terra é do índio e para o índio terá que ser devolvida, esperamos medidas concretas que garantam aos índios Krenack a integridade de seu território. (Correio Brasiliense)

Maxakali

MARÇO

11

Fazendeiros, interessados nas terras indígenas, pedem ajuda em Brasília

O CIMI informou que 40 fazendeiros que vivem na região dos índios Maxakali, em Minas Gerais, deverão chegar à capital federal, nos próximos dias. Segundo o CIMI, os fazendeiros querem pedir reforço para evitar que suas terras sejam invadidas pelos índios, mas, de acordo com a versão apresentada por missionários, estes proprietários estariam mais interessados realmente, é nas terras indígenas, que estão bastante valorizadas. (ESP)

19

Índios invadem fazendas em Minas

A FUNAI confirmou ontem a denúncia feita por fazendeiros que ocupam a região dos índios Maxakali, de que os índios estão invadindo as fazendas e matando o gado. Os fazendeiros pedem, através do deputado José Santana do PDS de Minas, a intervenção do MINTER e da FUNAI para a reativação do posto de fiscalização da FUNAI, já que os índios estão abandonados pelo poder público e entregues à própria sorte.

A situação, segundo os dirigentes da FUNAI, é muito grave, pois praticamente todos os índios sofrem uma grave dependência do álcool, o que os tem levado a praticar atos de violência. (ESP e Estado de Minas)

OUTUBRO

13

Doença de pele desconhecida ataca índios Maxakali

Os índios Maxakali das aldeias de Água Boa, Micael e Pradinhos — no Vale do Mucuri — estão sofrendo de uma doença de pele não identificada, e há casos também de pneumonia, desidratação, desnutrição e alcoolismo, segundo informaram representantes da Pastoral Indígena da Arquidiocese de Teófilo Otoni (MG).

O médico Péricles Ribeiro dos Santos, de Águas Formosas, cidade próxima às aldeias confirmou a informação e denunciou também que devido a omissão da FUNAI, cerca de 30 índios Maxakali estão há vários dias na cidade trocando arcos e flechas por bebidas alcoólicas. Disse também que, nos últimos dias, mais de 10 índios passaram por tratamento intensivo no hospital local. (O Globo — RJ)

Pankararé

JANEIRO

3

Missa pelo cacique Angelo Pereira Xavier assassinado

Com a presença de índios Carajá e de um dos líderes do grupo Trumai Aruiawi, celebrou-se ontem a missa de sétimo dia pelo cacique Angelo Pereira Xavier, dos Pankararé. Em sua homília, o secretário do CIMI, Pe. Paulo Suess, destacou que a morte de Angelo “não se explica como rixas de parentes, como a

FUNAI procurou insinuar. Ela é a expressão de uma injustiça estrutural, do capitalismo no campo, cuja mola mestra é a acumulação: mais terras nas mãos de poucos, para obter mais lucros, para obter mais poder”. (FSP) (Ver em **Repressão às Lideranças Indígenas**)

4

Pankararé vão a Brasília comunicar assassinato de seu líder

Com recursos arrecadados entre os membros da tribo, um grupo de líderes Pankararé partirá da cidade de Paulo Afonso, com destino a Brasília, para comunicar formalmente ao presidente da FUNAI, o assassinato do cacique Angelo Pereira Xavier, morto a tiros disparados de tocaia, e reivindicar a demarcação de suas terras cuja posse vem sendo ameaçada por fazendeiros do Médio São Francisco. (A Crítica — Manaus)

MARÇO

3

FUNAI inicia demarcação de terras dos índios Pankararé

Dois meses depois do assassinio do cacique da tribo Pankararé Angelo Pereira Xavier, devido a conflitos de terras, chegaram ontem a Salvador um antropólogo e um agrimensor da FUNAI, que seguem hoje para Brejo do Burgo, no município de Glória, onde iniciam os trabalhos de campo para definir a área que será reservada ao grupo indígena. Coordenadora aqui no convênio FUNAI-Universidade Federal da Bahia, a antropóloga Maria Rosário de Carvalho ressaltou ontem que a preocupação maior da comissão encarregada do caso dos Pankararé é a de “chegar a uma solução que resolva o problema dos índios e, ao mesmo tempo, não prejudique os pequenos produtores não índios na área, para que não se criem novos conflitos”. Segundo a Sra. Maria Rosário de Carvalho, “foi o empenho da seção baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio que levou a FUNAI a entender a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para resolver a situação do grupo Pankararé — mais de 1 mil 500 índios — pois acreditamos que Angelo Pereira Xavier foi vítima do conflito pela posse da terra, pela qual lutou toda a sua existência, e que acabou lhe custando a vida”. (JB)

Pankararu

MARÇO

6

Grileiros invadem terras de índios em Petrolândia (PE)

Duzentos homens armados invadiram ontem, as terras dos índios Pankararu, nas proximidades deste município, e quebraram todos os marcos de concreto que delimitavam a área. Os dois mil índios da aldeia estão agora armados e dispostos a reagir à invasão dos “brancos”. (Diário de Pernambuco)

8

CHESF acusada de instigar posseiros contra índios

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) acusou, ontem, a CHESF de instigar, com o apoio da FUNAI, o conflito armado entre os índios Pankararu (da aldeia de Brejo dos Padres) e os posseiros de Bem Querer e Cal-

deirão, em Petrolândia, com a finalidade de construir um aeroporto na área em que vivem há 40 anos os agricultores. (Diário de Pernambuco)

Índios prontos para reagir ao ataque dos posseiros

Os índios Pankararu estão concentrados na sede da tribo, em Brejo dos Padres, à espera de novo ataque dos posseiros, que deram um prazo até ontem para que se retirassem das terras, ameaçando-os de destruição e expulsão com o uso da violência. Várias plantações indígenas já foram destruídas. Dentro de 15 dias, deve ser julgada a ação de reintegração de posse das terras invadidas pelos índios, quando o juiz federal Orlando Neves, titular da 2ª Vara da Justiça Federal, poderá solicitar de forma jurídica a questão. (JB)

14

Pankararu acusam invasão de terras

O acordo de paz firmado, há dez dias perante delegados da Polícia Federal, entre posseiros e os índios Pankararu em Petrolândia (PE) — uma disputa que se estende há 40 anos — foi quebrado ontem pelos posseiros, segundo o cacique João Monteiro da Luz, que chegou ao Recife acompanhado de João Gomes da Silva, subpajé, na esperança de encontrar uma solução para a crise. “A dor do índio Pankararu não é somente a do índio Pankararu, mas é a doença da fome de terra que invade o território indígena em todo o País”, desabafou o cacique João Monteiro. “Não temos mais caça, não temos mais pesca. O rio tá sujo como lama e o peixe tá envenenado. Somos agora só do feijão, da farinha de mandioca, da pinha. Nosso idioma se perdeu nos bancos escolares do governo”. (FSP)

MAIO

11

Juiz não reconhece área indígena Pankararu

A sentença do juiz federal Petrucio Ferreira da Silva, julgando ação de reintegração de posse intentada pela FUNAI, representando os índios, contra os posseiros, julgou improcedente tal ação, já que os indígenas alegando esbulho, não fizeram prova de propriedade das áreas que eles acusam os posseiros de ocupar ilegalmente dentro de suas terras. Há ainda a possibilidade de uma reforma da decisão já que o juiz de ofício, enviou os autos do Tribunal Federal de Recursos. (Folha da Tarde — SP)

JULHO

30

Fazendeiro e jagunços invadem armadas terras de índios

O fazendeiro Coriolano Marques, acompanhado de jagunços e soldados da PM, invadiu anteontem à noite uma área de índios Pankararu, em Bom Jesus da Lapa (BA), agrediu os índios e prendeu dois deles. Tudo para que se retirem da área que diz ser sua, embora os índios estejam lá desde 1956. (JB)

Pataxó

AGOSTO

14

Índios ganham a posse de terras no Monte Pascoal (BA)

A comunidade indígena Pataxó-Barra Velha ganhou a posse permanente de área de 8 mil ha. em terras de Monte Pascoal, no município de Porto Seguro, na Bahia. A determinação está contida em acordo firmado recentemente entre a FUNAI e o IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — cuja assinatura foi presidida pelos ministros do Interior e da Agricultura. O ministro do Interior presidiu também a assinatura de ajuste celebrado entre a FUNAI e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — Ceplac, para elaboração e execução de programas agrícolas em áreas indígenas do sul do Estado da Bahia. (FSP)

NOVEMBRO

11

O IBDF grilou as terras dos Pataxó

No dia 30 de agosto o presidente da FUNAI e o presidente do IBDF assinaram acordo entregando apenas 8 mil dos 25.000 ha. do Parque Nacional do Monte Pascoal, aos Pataxó, da aldeia da Barra Velha (BA).

Este acordo repentino foi apresentado à opinião pública como uma demonstração da “efetiva ação da FUNAI no equacionamento da solução das terras indígenas”. No entanto a quantia de terra destinada a sobrevivência dos 1.800 índios Pataxó representa menos de 1/3 do que eles têm direito, além de serem áridas e de pouca utilização agrícola. O acordo favoreceu nitidamente o grileiro da área: o IBDF. (Porantim)

DEZEMBRO

11

Na Bahia, índios ficam separados

A Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) acusou ontem a FUNAI de dividir os índios Pataxó, no sul da Bahia, entre ricos e pobres, em consequência do processo de demarcação de suas terras, quatro vezes paralisado, que propiciou a alguns somas relativamente altas em indenização enquanto outros continuam isolados em uma área de apenas 8 mil ha. dos 23 mil que inicialmente compunham a reserva. “Há índios recebendo até Cr\$ 50.000,00 mensais de juros em cadernetas de poupança abertas com as indenizações recebidas” denunciou a AMDA, que vê no procedimento da FUNAI a tentativa de promover “uma emancipação despistada” na área. Isto porque as famílias que receberam indenização estão fora da área delimitada e não são aceitas pelos demais indígenas. Impossibilitados de conviverem com sua tribo, esses indígenas poderiam ser levados a trabalhar em fazendas como bóias-frias. (FSP)

Potiguara

FEVEREIRO

15

Latifundiário faz parar demarcação

Os Potiguara, da aldeia de São Francisco, no município de Baía da Traição, Estado da Paraíba, denunciaram a paralisação dos trabalhos de demarcação dos 57.600 hectares da reserva que sempre ocuparam e que vinha sendo invadida por fazendeiros e empresas rurais da área. Explicam os Potiguara que a demarcação estava sendo feita normalmente até ser impedida pelo latifundiário Paulo Francisco Amaral, detentor por decisão judicial de um título de “manutenção de posse provisória”. (A Crítica – Manaus)

ABRIL

Pró-Álcool, usineiro e FUNAI tomam terra Potiguara para plantar cana

Autodeterminação, substituição e escolha do chefe de Posto Indígena e demarcação de suas terras, estas são as questões mais graves que os Potiguara, do município do Rio Tinto, Estado da Paraíba, enfrentam no momento. São ao todo 3.500 pessoas vivendo em 29 aldeias. Para eles a luta já começou. Atualmente, destilarias apertam o cerco, a AGICAM (Agro-Industrial Camaratuba), a família Melo que possui um canal de TV-Jornal do Comércio e mais 40.000 ha. nos arredores de Recife também de “olho” nas terras dos Potiguara; e ainda os capitalistas interessados no Pró-Álcool tentam convencer os Potiguara de que o melhor negócio é plantar cana em suas terras. O mais grave é que o próprio chefe do Posto Indígena, com apoio aberto da 3ª Delegacia da FUNAI, está servindo de intermediário. (Porantim – Manaus – nº 17)

SETEMBRO

25

Potiguara invadem terras

Armados de foices, facas e facões, 50 remanescentes indígenas Potiguara de Baía da Traição invadiram terras de posseiros na localidade de Grupiúna, no município paraibano de Rio Tinto, a 26 quilômetros da reserva, ordenando que fosse paralisada toda a atividade agrícola que ali se desenvolvia. A denúncia foi feita ontem diretamente ao secretário de Segurança Pública, por um grupo de nove proprietários, acrescentando que os invasores prometeram voltar e incendiar plantações de cana. (ESP)

OUTUBRO

8

Policiais seqüestram dois índios Potiguara na Paraíba

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba denunciou através de nota à imprensa que no último dia 29 de setembro, policiais militares invadiram a reserva da Baía da Traição e seqüestraram os índios Daniel dos Santos (cacique) e Ednaldo Alves. (FSP)

NOVEMBRO

6

Exército marcará reserva Potiguara

Até o final deste ano será iniciada a demarcação da reserva indígena Potiguara na Baía da Traição (PB), atualmente ocupada por 3.500 índios, numa área entre 56 a 75 mil hec. A informação foi dada ontem pelo delegado regional da FUNAI no Nordeste, Leonordo Reis, em João Pessoa. Disse que essa demarcação será feita pelo Exército, desde que haja tranquilidade na área. (ESP)

Tingui

OUTUBRO

15

Antropólogo descobre tribo em Alagoas

O professor de Antropologia da Universidade Federal de Alagoas, Clovis Antunes, fez nova descoberta no interior alagoano, no lugar denominado Olho D'Água do Meio que fica situado em Feira Grande, a 197 km de Maceió, onde encontrou um grupo étnico de remanescentes indígenas, que se autodenomina de índio da trigo Tingui, oriundos e emigrados há mais de 80 anos. Segundo pesquisa de Clovis Antunes, esses índios pertencem ao grupo Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, município alagoano que fica às margens do rio São Francisco, a 180 km da capital.

O professor Antunes comunicou aos dirigentes da FUNAI sobre a descoberta que considera de muita importância. Disse ele, que são “100 famílias, cujo total de indivíduos chega a 800 ou mil pessoas”.

Explicou ainda que os Tingui vivem exclusivamente da agricultura como assalariados rurícolas, tendo como única herança do seu antigo patrimônio territorial apenas 72 km de terra, reservadas exclusivamente para a realização de suas reuniões sagradas do Ouricuri, onde dançam o toré com seus trajes e vestimentas típicas, dando continuidade às antigas tradições culturais”. (Folha da Tarde – SP)

Tupiniquim

FEVEREIRO

6

Chefe Tupiniquim pede garantia de vida à polícia

O chefe da tribo dos Tupiniquim, José Sizenanda, pediu garantia de vida à Polícia Federal e enviou carta ao presidente da FUNAI informando que vem sendo ameaçado de morte pelos colonos brancos que habitam a aldeia de Caieiras Velhas, a 80 km de Vitória (ES). O líder da comunidade acusa também o representante da FUNAI de incompatibilizar os índios com os brancos que terão de deixar a área dos Tupiniquim, transformada em reserva indígena no ano passado. (ESP) (Ver em Repressão às Lideranças Indígenas)

12

Exonerado chefe de posto indígena que atendia índios Tupi

A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar as denúncias de ameaça à vida de José Sizenanda, líder dos Tupi de Caieiras Velhas (ES). A FUNAI exonerou, a pedido do chefe da comunidade, o chefe do Posto Indígena que atendia aos Tupi, acusando que foi de fomentar o ódio entre colonos brancos e índios. (ESP)

ABRIL

12

Índios invadem escola e expulsam colonos

Os índios Tupi de Caieiras Velhas, em Aracruz (ES) invadiram ontem os prédios de uma escola, uma creche e posto de saúde da reserva expulsando os colonos brancos que se beneficiavam com os serviços. Com a expulsão aumentou a tensão entre brancos e índios na reserva. A invasão, segundo o líder do grupo, José Sizenanda, foi motivada pela discriminação que sofrem por parte dos brancos que ocupam a área, uma vez que tanto a creche, o posto de saúde e a escola vinham sendo utilizados quase que exclusivamente pela população branca. (A Gazeta — ES)

MAIO

17

Denunciado acordo entre FUNAI e empresa no Espírito Santo

O CIMI denunciou ontem em Goiânia a realização de um acordo entre a FUNAI e a multinacional Aracruz Celulose S.A. para que a empresa seja beneficiada com a nova demarcação das terras dos índios Guarani e Tupi. Os Tupi, em carta recentemente enviada à FUNAI denunciaram que a Aracruz os impede de caçar, pescar e trabalhar na área. Na carta os índios se dizem cansados de esperar a demarcação de suas terras por parte da FUNAI e agora vão fazer a demarcação por sua conta. (O Popular — Goiânia)

27

Índios pedem demarcação urgente de suas terras

O ministro do Interior recebeu através de um grupo de seis Tupi e um Guarani, acompanhados de um advogado da Comissão de Justiça e Paz de Vitória (ES) a reivindicação da demarcação de suas terras num total de 6.500 hectares (2.700 ha. na reserva de Caieiras, 1.500 ha. na de Pau-Brasil e 2.300 na de Comboios) que a FUNAI vem adiando, por pressões da Aracruz Celulose, segundo o líder dos Tupi, José Sizenanda. (Diário do Grande ABC — SP)

JUNHO

19

Índios Tupi fazem demarcação por conta própria

Os índios Tupi e Guarani começaram ontem a fazer, por conta própria, a demarcação de suas terras. A área dos Tupi e Guarani foi ocupada pela empresa Aracruz Celulose S.A. cuja diretoria se reuniu, acompanhada de representantes da Vale do Rio Doce, com o presidente da FUNAI para discutir a ques-

ção. Para a diretoria da Aracruz "o ministro do Interior é pessoa que muito poderá ajudar a Aracruz neste sentido" (da demarcação das terras). (ESP)

21

Índios ocupam posto da FUNAI

Um grupo de Tupi, que há três dias iniciaram os trabalhos de abertura da picada demarcatória de suas terras ocupou ontem o Posto da FUNAI na aldeia, esvaziaram os pneus do jipe da FUNAI e levaram o rádio com o qual o chefe do Posto se comunicava com a Delegacia da FUNAI. O líder do grupo disse que toda a comunidade está insatisfeita com o chefe do posto. O rádio do Posto foi devolvido após intervenção do delegado da Polícia Federal, que também convenceu o cacique a suspender a demarcação das terras até o próximo dia 25, prometendo que até esta data a FUNAI tomaria providências no sentido da demarcação das terras dos índios. (ESP)

28

Terminado prazo de espera, índios Tupi e Guarani reiniciam demarcação

Os Tupi e Guarani de Caieiras Velhas reiniciaram a demarcação de suas terras após o término do prazo de uma semana dado por um delegado da Polícia Federal que havia solicitado a interrupção dos trabalhos de demarcação para o cumprimento, por parte da FUNAI da portaria nº 909 do Minter que criou, no ano passado as reservas reivindicadas pelos índios e até hoje não demarcadas oficialmente. (ESP)

JULHO

24

Índios pedem reconhecimento de demarcação que fizeram

Um grupo de índios Tupi esteve ontem na sede da FUNAI em Brasília, reivindicando o reconhecimento, pela FUNAI, da demarcação terminada pelos índios, das reservas indígenas de Comboios, Pau Brasil e Caieiras. O decreto para demarcação das terras foi assinado em novembro de 1979, e até hoje a FUNAI não demarcou oficialmente seus limites. (ESP)

SETEMBRO

13

Área da reserva Tupiniquim ameaçada de conflito

Seis famílias de posseiros brancos deixaram ontem as terras da reserva dos Tupiniquim no município de Aracruz (ES) alegando que a situação está insustentável, sendo latente a ameaça de conflito entre índios e brancos. Nesta semana o delegado de polícia de Aracruz invadiu a área com alguns soldados armados para prender alguns índios e desarmar o encarregado do posto da FUNAI. A questão da reserva afeta os interesses de quase 200 posseiros e da multinacional Aracruz Celulose S.A. que invadiram a reserva já demarcada pelos próprios índios. (JB)

NOVEMBRO

1 FUNAI impedida de demarcar reserva

Os índios Tupi impediram ontem que a FUNAI prosseguisse com os trabalhos de demarcação de seu território. Os índios alegam que a demarcação da FUNAI estava fugindo a própria portaria do órgão que estabeleceu em 6.500 hectares o tamanho da reserva. Segundo os índios foi deixada fora dos limites da reserva uma mata, desejada pelos índios e que fazia parte da proposta original do órgão, segundo acordo firmado entre a Aracruz S.A. e a FUNAI. (A Tribuna – Santos)

11 Índios perdem terra para multinacional

Os índios Tupiniquim perderam, na demarcação da reserva de Pau Brasil cerca de 1.300 ha. de terras para a empresa Aracruz S.A. A denúncia foi feita pelo CIMI ontem. Ainda segundo a nota do CIMI os índios da reserva Pau Brasil terão 200 hectares, quando reivindicavam 1.500 ha. A terra que já fora demarcada pelos índios neste ano foi demarcada baseada em pressões sobre os índios e falsificação de documentos. Ainda segundo o CIMI os limites estabelecidos não foram aqueles decretados pela portaria ministerial 609/N de novembro de 1979, sendo conseguidos, os atuais limites, através da convivência da FUNAI com os interesses da Aracruz S.A. em detrimento dos direitos inalienáveis da comunidade indígena. (Jornal de Brasília)

DEZEMBRO

9 Tupiniquim denunciam envenenamento

Somente no início do próximo mês o Departamento Médico terá condições de realizar o exame toxicológico a fim de constatar se o índio Antonio Pereira dos Santos foi envenenado conforme denúncias da tribo Tupiniquim de Caieiras Velhas. (A Gazeta – ES)

Tuxá (Truka)

MARÇO

3 Polícia de Pernambuco contra o povo Truka

Representantes do povo Truka, residente na Ilha Fluvial de Assunção, rio São Francisco, município pernambucano de Cabrobó, a 650 km da Recife, denunciaram à delegacia regional da FUNAI, em Pernambuco, a destruição de suas plantações de milho, feijão e cebola por um trator da Secretaria de Agricultura, contando com a proteção de oito soldados da Polícia Militar do Estado armados de revólveres. (A Crítica – Manaus)

5 FUNAI tenta superar litígio

A solução do litígio dos índios Truka com a Companhia de Sementes e Mudanças de Pernambuco – Semempe, surgirá com a chegada hoje, de um antropólogo na aldeia dos Truka para comprovar a população já existente. A partir dessa informa-

SETEMBRO

17 Polícia de Petrolina ameaça expulsar índios

A Polícia Militar de Petrolina (PE) vai despejar os índios Truka, da Ilha de Assunção. A ameaça foi feita quando três carros da polícia militar (dia 13.9) transportando soldados armados chegaram à ilha atirando e com ordens para que os índios parassem os trabalhos da lavoura. Depois do ataque, os índios foram levados ao quartel da PM em Petrolina e o delegado ameaçou os Truka dizendo que eles deviam deixar a ilha até o dia 17 (hoje) pois caso contrário cinco mil homens da polícia iriam expulsá-los. A denúncia foi feita ontem pelo CIMI em Brasília. (Jornal de Brasília)

D. José teme conflito com os índios Truka

Após levantamento da situação realizada pela Diocese de Juazeiro (BA) a pedido do Conselho Indigenista Missionário, o Bispo D. José Rodrigues denunciou a iminência de um conflito entre os índios Truka e os funcionários do Departamento de Provisão Vegetal, acusado de invadir as terras e arar o cemitério da tribo. Em janeiro, segundo denúncia da tribo ao CIMI, a roça comunitária dos Truka foi invadida pelo Departamento que cercou e terreno onde está a igreja dos índios. (JB)

Xakriabá

SETEMBRO

2 Prefeito reclama de demarcação

A demarcação das terras dos Xakriabá, feitas pela FUNAI, no município de Itacarambi (MG) está trazendo muitos problemas para o desenvolvimento sócio-econômico da região, segundo o prefeito Vicente de Paula Corrêa, que revelou sua posição: "Não sou contra a presença da FUNAI mas não seria necessário que se demarcasse uma área tão grande". (Diário da Tarde – Belo Horizonte)

Xocó

JANEIRO

3 Doação aos Xocó não depende da FUNAI

Em resposta a uma carta encaminhada à presidência da FUNAI pelos índios Xocó, manifestando sua preocupação pela expropriação da Ilha de S. Pedro em Sergipe, por eles ocupada, o superintendente administrativo da FUNAI, Pedro Paulo Fatorelli, explicou ontem, em Brasília, que para haver uma doação das terras em favor dos Xocó, será preciso, antes, que a Assembleia Legislativa aprove.

“Estamos preocupados — dizem os índios no documento — porque o decreto de desapropriação da Ilha de S. Pedro não fala que somos índios, nem fala nada sobre a FUNAI; fala que as nossas terras desapropriadas agora são do Estado de Sergipe e a Sudepe é que vai tomar conta.”

Os Xocó não concordam com isso, porque terra de índio não pode ser do Estado e se o governo do Estado entrar aqui, nós não vamos aceitar. Pedro Paulo admitiu ter sido feito “muito rapidamente” o decreto de desapropriação, em hipótese nenhuma as terras serão doadas ao Estado. “No máximo serão doadas à União”. (ESP)

FEVEREIRO

28

Crianças Xocó morrem de fome

Duas crianças — uma menina de um ano e meio e um menino de seis meses — filhos de família Xocó morreram de desnutrição na Ilha de São Pedro, localizada no baixo São Francisco. A denúncia foi feita pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto da Folha, Manoel Rodrigues de Oliveira em companhia de alguns líderes indígenas Xocó. (ESP)

MAIO

20

Os Xocó vão ter sua reserva

O governador de Sergipe, encaminhou ontem à Assembléia Legislativa projeto de lei em que pede autorização para o Governo do Estado doar as terras da ilha de S. Pedro à União. A ilha que tem 250 ha, de área e fica localizada no rio S. Francisco, pertencia aos índios Xocó que dela foram expulsos a cem anos. Agora deverá ser transformada pela FUNAI em reserva indígena. O governo sergipano desapropriou as terras no ano passado, depois que 34 famílias de Xocó ocuparam a área, passando a disputar a posse dela com a família do prefeito de Propriá, Antonio Brito. Para resolver o litígio, o governo resolveu desapropriar as terras, pagando 2 milhões e 400 mil à família. (ESP)

27

Aprovada reserva para os Xocó

A Assembléia Legislativa de Sergipe aprovou ontem, em primeira votação o projeto do governador de Sergipe, que pede autorização para o governo do Estado doar à União as terras da Ilha de S. Pedro. (ESP)

JULHO

8

Índios Xocó dizem quem são seus inimigos

O senador biônico Lorival Baptista, de Sergipe, os prefeitos dos municípios de Porto da Folha e Propriá, dois juízes sergipanos, dois delegados e outras pessoas, num total de 59 foram declaradas “inimigas” pelos Xocó e não podem entrar na ilha de S. Pedro. Os índios tomaram essa decisão em reunião realizada há pouco dias, quando resolveram também enviar cartas de agradecimentos às pessoas que as ajudaram na disputa que mantiveram com a família do prefeito de Propriá, pela posse de S. Pedro. (O Liberal — PA)

Xocó-kariri

MARÇO

12

Índios substituem seus líderes

Os índios da tribo Kariri-Xocó da cidade alagoana de Porto Real do Colégio, a 180 km de Maceió, estão sob regime de intervenção. Depois de sérios desentendimentos entre os chefes dos 1.000 índios da tribo, em reunião extraordinária no Limpo — local onde eles se reúnem para tomar decisões importantes — o cacique Queiroz Juira foi deposto, assumindo em seu lugar o filho Julio Queiroz Juira.

O cargo de pagé está vago após a saída de Paulo Santiago. Por isso uma nova reunião será marcada para a escolha do novo pagé da tribo, nos próximos dias. Segundo o vereador índio Antonio Tore, do PDS, a FUNAI já tomou conhecimento da reviravolta entre os membros do grupo, e enviou um de seus representantes a Porto Real do Colégio para conversar com os índios. (ESP)

DEZEMBRO

20

Índios da tribo Xocó-Kariri reivindicam terra para trabalhar

Cerca de 200 índios da tribo Xocó-Kariri, residentes no município de Porto Real do Colégio, ameaçaram ontem invadir o Projeto Itiuba, coordenado pela Codevasf. Segundo o chefe da empresa em Propriá, eles reivindicam mais lotes de terra para trabalhar ou sua integração no projeto, que ocupa uma área de 1.100 ha., onde é desenvolvida a rizicultura e uma estação experimental de piscicultura, já tendo a Codevasf empregado 41 famílias da tribo. A direção da empresa comunicou o fato à FUNAI, e pediu a intervenção da Polícia Federal. (O Globo — RJ)

22

Índios armados tomam em Alagoas área da Codevasf

Os Xocó-Kariri, em grupo de aproximadamente 200 pessoas, tomaram de assalto, ontem, o Projeto Itiuba, apossando-se de uma área mantida pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). (O Globo — RJ)

24

Cacique dá ultimato para reaver terras indígenas

Se em dez dias a Codevasf não devolver, como prometeu, a parte da fazenda Itiuba demarcada pelos índios Xocó-Kariri, eles voltarão a se armar e a invadirão definitivamente. A ameaça foi feita ontem pelo líder Francisco Sampaio da Silva.

— A FUNAI prometeu que as terras nos seriam devolvidas até 1978. Estamos quase em 81 e não recebemos nada, nem mesmo a fazenda Modelo, que hoje é da tribo porque a ocupamos com armas há um ano — disse Francisco Sampaio. — Trabalhávamos com a cooperativa de Propriá em Sergipe, mas só recebíamos o que sobrava dos parceiros de lá. Chegamos a um extremo que não dava mais. Pedimos o desmembramento da cooperativa e eles nos deram a documentação para fazermos uma cooperativa aqui no Projeto Itiuba. Mas aí apareceu o diretor da Codevasf, e disse que os índios não gostavam de trabalhar, só queriam enrolar. E diante da ameaça do diretor de expulsar alguns índios da fazenda Itiuba, os índios a invadiram. A FUNAI em nota oficial, disse ontem que a propalada invasão dos

Xocó-Kariri ao projeto Itiuba, não teve caráter de violência ou tumulto. Segundo a FUNAI tratou-se apenas de um deslocamento dos índios, que, em número de 42 participam daquele projeto e que desejavam obter sua definição sobre a destinação dos lotes que lhes caberiam como parceleiros, de acordo com a promessa que lhes fora feita quando do início das atividades agrícolas. (FSP e O Globo – RJ)

Xucuru-kariri

JULHO

20

FUNAI paga por território ocupado por índios

A FUNAI vai liberar os recursos necessários para indenizar as terras da Cafurna, pertencentes à municipalidade de Palmeiras dos Índios e que foram ocupadas pelos índios Xucuru-Kariri no fim do ano passado.

A indenização será usada para a constituição do patrimônio do Centro de Estudos Superiores de Palmeiras dos Índios. (Gazeta de Alagoas)

AGOSTO

3

Índias são violentadas em Alagoas

O cacique dos Xucuru-Kariri, Manoel Celestino, acusou o chefe do posto da FUNAI na cidade de Palmeira dos Índios de corrupção e violência sexual com as índias e pediu seu afastamento em carta aberta ao ministro do Interior. Disse que a presença do funcionário na reserva indígena está estimulando a re-

volta da tribo. Denunciou ainda o cacique que os 800 índios que ocuparam, em dezembro passado, as terras da fazenda Cafurna, para impedir que a Prefeitura de Palmeira dos Índios vendesse a propriedade, passam fome e que a FUNAI em Recife suspendeu a ajuda de Cr\$ 15 mil, sem nenhuma explicação. A fazenda tem 400 tarefas e os Xukuru invocam um direito adquirido em 1822 para impedir sua venda pela Prefeitura, por Cr\$ 3,5 milhões. (JB)

Wassu

ABRIL

18

Tribo Wassu descoberta em Alagoas

A FUNAI descobriu um aldeamento com 425 índios, em Alagoas, e já autorizou a demarcação de uma área para a tribo com 1 mil ha. O primeiro contato com os índios foi feito pelo professor de Antropologia da Universidade Federal, Clovis Antunes, que pediu à FUNAI para mandar levantar a situação da tribo, localizada no município de Joaquim Gomes, a 80 km de Maceió.

Logo no primeiro contato, o chefe dos Wassu, como estão sendo chamados pela FUNAI, denunciou estar sendo ameaçado de morte por grileiros e fazendeiros que tomaram suas terras, e pediu proteção.

A história dos índios Wassu está sendo levantada, a partir dos relatos que datam da participação da tribo na Guerra do Paraguai. Contam que na época do Império, o chefe deles, Salazar, comandou uma tropa indígena na guerra, e recebeu como recompensa de D. Pedro II, uma área de terras com quatro léguas quadradas. (JB) (Ver em **Repressão às Lideranças Indígenas**)

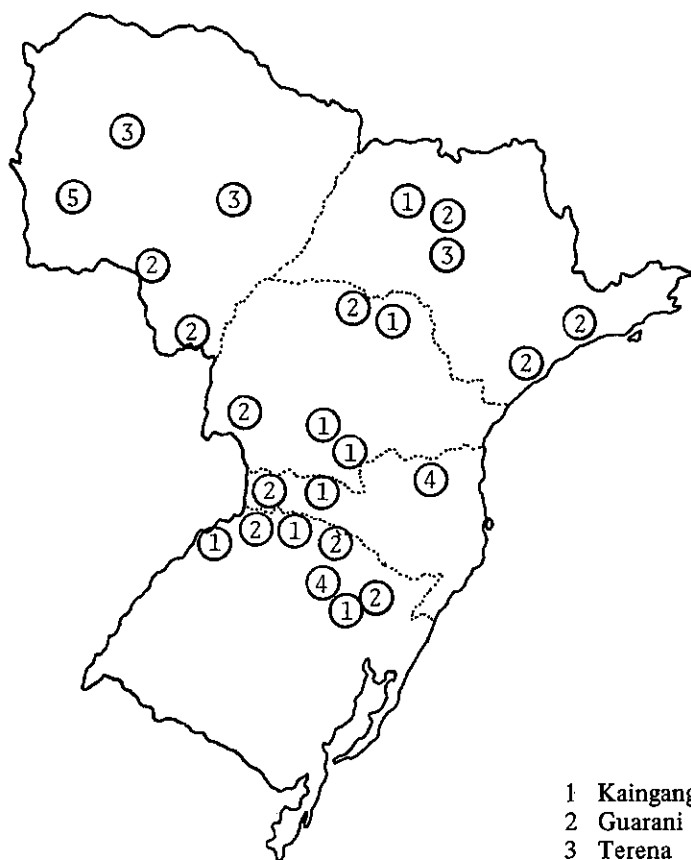
POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO SUL / ÁREA III

Esta área, em relação aos avanços das frentes de expansão da nossa sociedade, pode ser dividida em duas regiões relativamente homogêneas.

A primeira, que compreenderia os estados de SP, PR, SC e RS é uma região de colonização consolidada, iniciada no princípio do século com a emigração estrangeira e posteriormente com a construção da estrada de ferro Noroeste (em SP), dentre outras. Desta maneira, os grupos Kaingang e Xokleng tiveram um contato com a população brasileira no início do século. Neste período diversos grupos da região foram exterminados – a tiros ou por doenças – como os Otí Xavante, Ofaié Xavante e Xetá. Outros conseguiram se recuperar do contato e do convívio com a população brasileira e desenvolveram mecanismos de auto-defesa ativa contra as agressões e em defesa da manutenção de suas terras e direitos.

A segunda (MS) é uma região de colonização relativamente recente (principalmente a partir das três últimas décadas) e em vias de consolidação. Embora o contato dos Terena, Kadiweu e Guarani com a sociedade nacional remonte há pelo menos dois séculos foi recentemente que os problemas relativos à manutenção das terras e de seus direitos como índios se agudizaram.

Do ponto de vista cultural, todos os grupos da área Sul, apresentam relativa uniformidade: os elementos constitutivos de sua cultura, como a língua e rituais, continuam a ser praticados. Em alguns casos, como os dos Kaingang e Xokleng, há um movimento de revitalização da cultura, inclusive com a prática de rituais não praticados já há alguns anos. Nestes casos o reavivamento da cultura indígena se deu paralelamente, e em íntima relação, com um movimento de maior coesão política do grupo para a retomada de suas terras e seus direitos.



- 1 Kaingang
- 2 Guarani
- 3 Terena
- 4 Xokleng
- 5 Kadiwéu

Guarani

FEVEREIRO

12 FUNAI não reconhece área dos índios Kaiowá

O presidente da FUNAI, decidiu não reconhecer a área dos índios Kaiowá, em Dourados (MS) como área de ocupação indígena, segundo proposta apresentada pelo DGPI da FUNAI. As terras estão em litígio por causa da existência de uma fazenda de nome Paraguassú, dentro da reserva reivindicada pelos índios. (ESP)

14 Denúncia contra jagunços que ameaçam índios Guarani

“O presidente da FUNAI, está indiretamente endossando as violentas tentativas de expulsão de uma comunidade de índios Kaiowá-Guarani, pelos jagunços do proprietário da fazenda Paraguassú, no município de Amambá, próximo a Dourados, MS.”

A denúncia faz parte de uma nota distribuída pela Comissão Pró-Índio de São Paulo à imprensa. Com a manifestação do

presidente da FUNAI os mandantes de jagunços estão praticamente sendo estimulados a cumprir as ameaças de morte contra os líderes indígenas Pancho Romero, Rafael Duarte e Marcelo. (FSP)

MARÇO

12 Índios vão partir para a guerra

Os índios Kaiowá-Guarani que estão em Brasília anunciaram ontem que já estão fabricando armas para expulsar de suas terras os proprietários da fazenda Paraguassú. Os índios decidiram “partir para a guerra” depois de verem frustradas todas as tentativas de resolução do conflito através da mediação da FUNAI, segundo afirmou o cacique Argemiro, líder do grupo indígena. (ESP)

AGOSTO

7

Gerente de fazenda assassina índio Guarani

Um índio Kaiowá-Guarani foi assassinado com quatro tiros nas costas em Amambá (MS). O corpo do índio foi enterrado na fazenda Paraguassú, limítrofe das terras Kaiowá. O assassinato ocorreu há 20 dias mas a FUNAI só tornou público o fato depois de confirmar as denúncias que recebeu. O possível assassino é o capataz da fazenda Lomapora, também no município de Amambá, Paulo Arantes. (ESP)

SETEMBRO

8

Reserva Guarani invadida por empresa madeireira

A pedido da 4ª Delegacia Regional da FUNAI, a Polícia Federal do Paraná começou ontem a investigar a invasão da reserva Rio das Cobras, no sudoeste do Estado, praticada pela Comércio e Indústria de Madeira Barriga Verde. A empresa, de propriedade do prefeito de Dois Vizinhos, vinha retirando pinheiros daquela área pertencente aos índios Guarani. A venda ilegal de madeiras foi descoberta pelos índios na quinta-feira passada. (ESP)

13

Guarani acidentado na rodovia onde morreu o Kaingang Cretã

O índio Guarani Norberto de Paula Gabriel, conhecido por Paraguaio encontra-se em estado de coma na Policlínica de Pato Branco (PR). O líder indígena sofreu um acidente automobilístico, ocorrido na mesma rodovia em que morreu outro líder indígena, Angelo Cretã também da reserva indígena de Mangueirinha, no início do ano. (ESP) (Ver em **Repressão às Lideranças Indígenas**)

15

Líder Guarani em coma recebeu ameaças de morte

O líder Guarani Norberto de Paula permanece em estado de coma desde que o automóvel em que viajava acidentou-se na quarta-feira passada. O líder indígena havia recebido ameaças de morte na segunda-feira, segundo denúncias feitas pela sua esposa. O líder indígena lutava, junto com o resto da comunidade indígena da reserva de Mangueirinha pela retomada de 3.700 alqueires de terras que apesar de titulados foram vendidos durante o governo de Moisés Lupion, há 20 anos atrás. As terras hoje se encontram em poder do grupo Slaviero. (A Gazeta – ES)

27

FUNAI continua retirando os Guarani

A FUNAI está retirando cem índios Kaiowá-Guarani de suas terras em Caarapó (MS) e transferindo-os para as aldeias já lotadas de Ramada e Amambá — denunciou ontem o secretário executivo do CIMI, Paulo Suess. Os índios habitavam, originalmente, as terras onde se instalou a fazenda Laranjal, que obrigou os índios a saírem do local em julho de 1976. Em seguida os índios foram morar na fazenda Paraguassú até dezembro do ano passado, quando obtiveram do presidente da FUNAI a promessa de demarcação de seu território. O atual presidente da FUNAI, declarou que os índios são “nômades” e deu ganho de causa para a fazenda, negando-se a demarcar a reserva dos

índios. O presidente do INCRA colocou uma área de 1.400 ha. à disposição, próxima à fazenda Paraguassú, para que os índios lá vivessem mas a presidência da FUNAI preferiu transferir os índios. (FSP)

Kadiweu

FEVEREIRO

7

Índios de Bodoquena são vítimas dos “brancos”

Os conflitos na Serra do Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, voltam à Imprensa, envolvendo fazendeiros, colonos, posseiros, FUNAI e os índios, no momento em que a FUNAI, pela terceira vez tenta demarcar as terras da reserva indígena da Bodoquena, dos índios Kadiweu.

Diversos fazendeiros bem como representantes destes e dos colonos, procuram membros da Comissão, denunciando a FUNAI. Os primeiros, porque suas propriedades estão sendo cortadas pela demarcação; outros representando os colonos da Colônia Bodoquena, que tem 31 lotes atingidos.

Continuam intocáveis cerca de cem arrendatários que ocupam em torno de 90% da área da reserva. Pelos índios ninguém fala, a não ser que estão abandonados pela FUNAI, vivendo miseravelmente. (O São Paulo – SP)

ABRIL

23

Arrendamento de terras indígenas

A FUNAI, segundo informações da Delegacia Regional do órgão em Campo Grande (MS), não abrirá mão dos arrendamentos nas terras indígenas, adotando, desde já, o princípio de renovar os contratos na reserva dos Kadiweu, localizada na Serra do Bodoquena, mesmo contrariando a posição dos índios e do delegado anterior, índio Terena Joel de Oliveira, que tinha firmado posição no sentido de não renovar os acordos à medida que estes fossem vencendo. Este posicionamento inflexível custou-lhe a demissão do cargo, em fins de fevereiro deste ano. Oficialmente, são 98 os contratos de arrendamento, a maioria dos quais deverá vencer em 1982. (Folha da Tarde – SP)

MAIO

28

Cacique denuncia à FUNAI a invasão de suas terras

O cacique João Príncipe da Silva, da tribo Kadiweu, em contato mantido ontem com a Delegacia Regional da FUNAI, denunciou que proprietários de terras da região da Serra do Bodoquena, estão invadindo e demarcando suas terras. Segundo a denúncia de João Príncipe esses fazendeiros estenderam os limites de suas terras até as plantações dos índios, aos quais proibiram continuar o plantio, sob ameaça de chamarem contingentes da Polícia Militar e agentes da Polícia Federal. (O Globo – RJ)

JULHO

22

Deputado denuncia situação de tensão na Serra da Bodoquena

Em carta ao presidente da FUNAI, o deputado Antonio Carlos de Oliveira (PT-MS), disse que é de tensão e animosidade o clima entre os colonos e funcionários do posto da FUNAI na Serra da Bodoquena.

Na Serra da Bodoquena vivem, atualmente, mais de 12.000 famílias que de acordo com as denúncias de Antonio Carlos, não podem receber atendimento médico e nem usar o barraco escolar que construíram para seus filhos, devido a proibições dos funcionários da FUNAI. Os índios tendo suas terras ocupadas pelos ricos (latifundiários) e pelos pobres (os colonos), estão, e com razão se sentindo ultrajados em seus direitos e, sempre que lhes é possível, fazem represálias que, naturalmente, só atingem os colonos, por serem mais vulneráveis.

O deputado sugeriu à FUNAI que não sejam renovados contratos antigos e que não se realizem novos contratos de arrendamento de terras indígenas com proprietários de qualquer área rural. Defendeu a realização de um convênio possibilitando o aproveitamento, apenas pelos colonos sem terra, de parte da área não explorada pelos índios. (Estado de Minas)

Kaingang

JANEIRO

18

Líder indígena ameaçado de morte

O cacique Kaingang Angelo Cretã, líder indígena de Mangueirinha, no sudoeste do Paraná, após ter sido ameaçado de morte por jagunços, pediu proteção policial à Delegacia Regional da FUNAI, em Curitiba. (ESP) (Ver em **Repressão às Lideranças Indígenas**)

24

Cretã sofre acidente

O cacique Angelo Cretã um dos líderes do povo Kaingang, sofreu um atentado de trânsito, quando retornava da aldeia dos Guarani para a sede do posto da FUNAI, em Pato Branco. Angelo Cretã foi hospitalizado em estado grave, e correndo risco de vida, segundo seus médicos. (ESP)

30

Para a FUNAI, cacique morreu por acidente

O presidente da FUNAI, afirmou inexistir qualquer relação entre as ameaças feitas contra o cacique Cretã e o acidente rodoviário do qual o cacique foi vítima. Afirmou que a posição da FUNAI é entregar o caso à Polícia Civil e à Justiça.

MARÇO

1

Mais de 1 mil índios ameaçam retomar suas terras no Paraná

Ainda que não saibam exatamente quando, os 1 mil 368 Kaingang e Guarani da reserva de Mangueirinha, vão retomar os 8 mil 976 hectares de suas terras, ocupados em 1963 pelo grupo Slavieiro e em litígio desde 1973, garantiu ontem o cacique Joneval Telles dos Santos, cunhado do anterior, Angelo Cretã,

morto há um mês numa emboscada. Em outubro passado, Cretã enviou um abaixo-assinado ao presidente da República, pedindo apoio à luta dos índios pela retomada das terras e ameaçou invadi-las até maio de 1980, caso a Justiça nada resolvesse. No total, a reserva tem 17 mil 780 hectares e a área em litígio abriga 150 mil pinheiros — a maior reserva do mundo — e 80 mil imbuías, que os índios pretendem preservar. (JB)

JUNHO

1

O Paraná quer vender terras reivindicadas por índios

A Assembléia Legislativa do Paraná vota amanhã projeto pelo qual o governador solicita autorização para vender uma área de dois mil hectares da colônia de São Jerônimo da Serra, no Norte do Estado, que segundo a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), o CIMI e a Comissão Justiça e Paz do Paraná pertencem aos Kaingang desde 1859, quando lhes foi doada pelo barão de Antonina. Em documento que será entregue amanhã aos deputados, a Anai, o CIMI e a Comissão Justiça e Paz manifestaram estranheza pelo fato de o governo pedir regime de urgência à aprovação do projeto. Asseguram que a área que o governo considera devoluta faz parte de 33.800 hectares doados pelo barão de Antonina para o estabelecimento do aldeamento indígena de São Jerônimo da Serra. (ESP)

AGOSTO

14

Cacique quer atendimento

O cacique Pagungue ou Mário Farias (nome cristão), da tribo dos Kaingang da reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, pediu ontem, em Porto Alegre, ao delegado regional da FUNAI, assistência médica e licença para vender três mil metros cúbicos de madeira de lei que foram cortados pelos colonos brancos, quando estes ocupavam a área e que estão apodrecendo na reserva. Pagungue disse que sua gente está preocupada com o atraso no início do plantio da soja, milho, feijão, batata inglesa e mandioca para esta safra. Embora tenham tratores e todo o equipamento necessário para o cultivo de suas lavouras, falta-lhes dinheiro para comprar combustível. Com a venda da madeira, com a qual obteriam Cr\$ 2 milhões, teriam recursos suficientes não só para isto, mas também para comprar um carro que os levasse à cidade de Nonoai (a nove quilômetros da reserva) em caso de emergência. (ESP)

19

Índios se unem no Paraná e retomam terra

Pela primeira vez na história da reserva índia do Paraná, 1 mil 200 Kaingang e Guarani se uniram, numa decisão unânime, e começaram a retomada pacífica de quase 9 mil hectares de terras, em Mangueirinha, que haviam sido tituladas e vendidas no Governo Moisés Lupion, há 31 anos, hoje de propriedade da Slaviero Indústria de Madeira. Quinze famílias de índios entraram na área para fazer a limpeza e advertiram que se forem atacadas, vão reagir. (JB)

22

Associação repudia intervenção da FUNAI de afastar Kaingang

A Associação Nacional de Apoio ao Índio do Paraná, distribuiu nota repudiando a intenção da FUNAI em afastar os Kaingang da área, invadida pela Slaviero, uma vez que o próprio órgão

tutelar “não considera legítima a propriedade dos Slaviero, tanto assim que entrou na Justiça”, observa ainda que questão de terra indígena não se resolve com Polícia Federal, “como tem sido a prática ultimamente usada pela FUNAI nos casos de maior conflito, como por exemplo em Boca do Acre”. A entidade considera a presença de policiais na reserva “uma intimidação para que os índios abandonem a área em litígio e em nada assegurando a tranquilidade da região”. Para a associação o anúncio do projeto de lavouras em Manguaerinha “é uma dessas formas usadas pela FUNAI para desviar a atenção do índio de sua luta maior, que é a luta pela terra”. Acrescenta ainda que “ao índio basta a terra, sem necessidade de projeto”. No final, pede que a FUNAI esclareça ao público o andamento do inquérito para apurar a morte do ex-cacique de Manguaerinha, Angelo Cretã, morto quando liderava a luta pela reconquista da área agora em conflito. (ESP)

23

Kaingang podem deixar Manguaerinha

Um assessor da presidência da FUNAI, e mais alguns técnicos da Delegacia Regional do órgão, passaram o dia ontem dialogando com as lideranças Kaingang da reserva indígena de Manguaerinha. Mas até o final da tarde os índios ainda não haviam decidido se abandonariam ou não a área em litígio, reivindicada pela firma Slaviero e invadida por eles na semana passada. O padre Natalício Welschenfelder, coordenador do CIMI no Paraná, contudo, acredita que os índios acatarão as ordens da FUNAI, retirando-se do local. (ESP)

26

Os índios desocupam terra com promessa de atendimento de reivindicações

Depois de muito diálogo e várias promessas, a FUNAI conseguiu convencer os índios de Manguaerinha, no último fim de semana, a deixar as terras que são objetos de disputa judicial com a madeireira Slaviero, ocupadas por um grupo de Kaingang há 15 dias. A decisão foi tomada após uma reunião entre representantes indígenas e funcionários da Fundação Nacional do Índio, tornando-se desnecessário, assim, o envio de policiais para a reserva, como chegara a prometer o presidente do órgão. Os índios, contudo, só atenderam ao pedido da Fundação após apresentar uma série de reivindicações que ficaram de ser cumpridas pelo assessor da presidência da FUNAI, que participou da reunião de mais de quatro horas em Manguaerinha, no Paraná. (ESP)

Terena

FEVEREIRO

19

PDS se aproveita dos índios Terena

Os líderes Terena da aldeia de Taunay, em Aquidauana (MS) denunciaram ontem manobras realizadas pelo PDS local que, há mais de um mês recolhe índios que trabalham em Campo Grande para se alistar no cartório eleitoral de Aquidauana. Posteriormente ao registro eleitoral os índios são deixados na aldeia de Taunay. O responsável por esta situação é o delegado da FUNAI em Campo Grande, Jair Oliveira, cujo irmão é vereador pela Arena em Aquidauana. Tanto o delegado como o vereador são índios Terena.

Com a chegada dos índios na aldeia houve um desequilíbrio uma vez que a comunidade e sua principal base de sustentação,

a lavoura de amendoim, não estão em condições de receber mais pessoas. A lavoura de amendoim está paralisada por falta de financiamento do Banco do Brasil. (FSP)

Xokleng

OUTUBRO

24

Pedido de emancipação tem interesse de empresas por trás

O delegado regional da FUNAI em Curitiba, José Carlos Alves, e os dirigentes da ANAI/PR declararam que são contra o projeto da comunidade indígena Xokleng, de Ibirama, de pedir a emancipação por julgarem que eles estão sendo manobrados por empresas interessadas na exploração da madeira da reserva indígena. Quatro líderes indígenas levam hoje à FUNAI em Brasília o pedido de emancipação para os índios da reserva, com o qual esperam anular a ordem de embargo da madeira da reserva feito pelo IBDF.

Com o pedido de emancipação eles esperam ter mais liberdade não só para realizar a comercialização da madeira com as madeiras mas também dividir os 14.100 ha. da reserva entre as famílias e receber indenização pelo alagamento de 800 ha. de suas terras pela barragem de Ibitirama. (A Tribuna — Santos)

27

Indígenas dão prazo de 30 dias à FUNAI

Os caciques Nuno Faoro e Olímpio Veitcha, da tribo Xokleng (SC), suspenderam o pedido de emancipação encaminhado à FUNAI na semana passada: dando um prazo de 30 dias ao presidente da FUNAI para que cumpra suas promessas. O pedido fora apresentado “face à ausência de solução, recursos e assistência por parte da FUNAI”, obrigando os indígenas a trocarem a madeira existente na reserva por “comida, dinheiro, casas pré-fabricadas e serviços de terraplanagem” — segundo denunciou o Conselho Indigenista Missionário, em nota oficial assinada por seu secretário-executivo, Paulo Suess. O CIMI, em sua nota, acusa a FUNAI de “agir em conluio com madeiras de Santa Catarina pretendendo transformar numa autêntica cilada a crítica dos índios Xokleng por melhores condições de vida e sua intenção de exigir justa indenização pela área de sua reserva a ser inundada em razão da barragem em construção no rio Erçílio”. Para o CIMI, a FUNAI “está, na verdade, obrigando os índios a pedir sua emancipação, por causa dos constantes maus-tratos que os índios vêm recebendo do órgão tutelar”. Desta forma “a FUNAI conseguiria que os índios passem da tutela mal exercida para serem usados como mão-de-obra barata e explorada no mercado madeireiro de Santa Catarina, o que seria realmente o grande cemitério dos índios Xokleng do posto de Ibitirama”. (FSP)

NOVEMBRO

5

Índios recuam do pedido de emancipação

As trezentas famílias de índios Kaingang e Xokleng afastaram definitivamente o pedido de emancipação feito anteriormente à FUNAI, que liberou 1,3 milhão para serem aplicados em projetos na reserva. A FUNAI garantiu aos índios que os recursos da Sudesul referentes à indenização de áreas atingidas pela barragem de Ibitirama seriam geridos pela própria comunidade indígena. (Jornal da Bahia)

SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

ABRIL

17

Em Brasília índios estudantes lançam a UNIND

Foi lançada, ontem, em Brasília a União das Nações Indígenas (Unind), sob a liderança de nove índios que aqui estudam. Estes índios representam as nações Terena (de Mato Grosso do Sul), Xavante e Bororó (Mato Grosso), Pataxó e Tuxá (Bahia). De acordo com o porta-voz do grupo, Marcos Terena, de 25 anos e estudante do curso de Administração da Faculdade Católica de Brasília, o movimento tem como objetivo "congregar esforços dos índios para que lutem por uma política indigenista em benefício do próprio índio". Uma das primeiras providências tomadas pelos componentes da Unind foi pedir apoio da FUNAI. Segundo Marcos Terena, o apoio foi negado como foi negada, também, a participação dos índios-estudantes na elaboração do programa para a Semana do Índio. Ele acredita que a FUNAI não aceita a participação dos índios "porque nos considera crianças, sem condições de pensarmos por nós mesmos". Na primeira manifestação pública a União das Nações Indígenas denunciou a ameaça que paira sobre os Nambiquara, que vivem entre Rondônia e Guaporé, cujas terras serão atravessadas por uma variante de BR-364, estrada que liga Cuiabá a Porto Velho. A comunicação diz, ainda, que o corte em pleno território tribal foi cedido sob pressão das grandes agropecuárias que invadiram a terra Nambiquara em 1972. (FSP)

JUNHO

10

No Mato Grosso do Sul indígenas fundam entidade nacional vetada ao branco

Após três dias de reunião em Campo Grande (MS), representantes de diversas nações indígenas decidiram criar, ontem, a União das Nações Indígenas (UNI), entidade de âmbito nacional destinada a "promover a autonomia e a auto-determinação, recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras e assessorar os índios no reconhecimento de seus direitos, elaborando e executando projetos culturais e de desenvolvimento comunitário". Ao mesmo tempo, o cacique Xavante Mário Juruna convocou os participantes da reunião para irem a Brasília solicitar ao governo federal o afastamento do presidente da FUNAI. O índio Terena Domingos Veríssimo Marcos foi eleito presidente da entidade, cujo estatuto de 16 artigos distribuídos em seis capítulos veta a participação de qualquer branco. A primeira reunião da União das Nações Indígenas está marcada para o primeiro domingo de setembro, em Campo Grande, quando os seus dirigentes esperam contar com a adesão de outras nações indígenas de todo o País. (FSP)

17

FUNAI ocupada por 40 índios

Quarenta índios, representando 12 nações, ocuparam pela manhã e até o final da tarde a sede da FUNAI. Depois exigiram, sem conseguir, a demissão dos coronéis Ivan Zanoni, diretor do Departamento Geral de Projetos Comunitários, Nestor Silva,

assistente do DGO, e do coronel Nobre da Veiga, presidente do órgão. Após quatro horas de encontro com as lideranças, interrompida somente quando os índios pretenderam que a imprensa participasse — mas o coronel Nobre da Veiga não permitiu — o presidente da FUNAI disse que conseguiu tranquilizá-los e atribuiu o movimento a "pessoas interessadas em tumultuar o órgão, sem razões". Em menos de dois meses é a quarta vez que o fato se repete. O cacique Mário Juruna, escolhido porta-voz das nações Xavante, Guajajara, Terena, Carajá, Kraô, Mundurucu, Bacairi, Trumai, Bororó, Tirió, Maxacali e Fulniô, afirmou, após o encontro, que "se o Governo não tomar conhecimento do que estão fazendo, podemos expulsar eles no tapa; não interessa se a gente vai morrer nessa sala ou se vai preso: nós podemos derramar sangue em frente à FUNAI e isso vai ser uma vergonha para nosso país". (JB)

JULHO

9

Quinze nações indígenas apóiam a criação da UNI

Quinze nações indígenas já estão comprometidas com a criação da UNI — União das Nações Indígenas — lançada no dia 7 de junho na aldeia Terena do Mato Grosso do Sul e divulgada ontem na conferência "Criação da Federação Indígena Brasileira" por Mário Juruna (Xavante), Domingos Veríssimo Marcos (Terena, presidente provisório da UNI), Paulo Miriatureu (Bororó), José Augusto (Potiguar) e o representante da Federação Schuar, do Equador, Ampam (Jivaro). A UNI é o resultado da fusão da Unind, criada por estudantes indígenas de Brasília, em abril, com o projeto da federação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, convocada pelo chefe Terena Domingos Marcos. A data de 19 de abril de 1981 será marcada para a realização da assembléia de nações, onde formalmente serão aprovados estatutos e eleita a diretoria da UNI. Os índios reivindicam o apoio da FUNAI e das várias entidades, mas ressaltam, enfáticos, que não dependem delas. (FSP)

11

Papa receber carta com os nomes dos maiores inimigos do índio no Brasil

Uma lista de 15 políticos e autoridades considerados os maiores inimigos do índio no Brasil, foi anexada à carta que o cacique Lino Pereira dos Sataré-Maué, entregou ao Papa João Paulo II.

Tanto a carta lida pelo cacique Lino, como a relação dos políticos anti-indigenistas foram feitas pelos próprios índios, ao final de uma assembléia realizada no Colégio Preciosíssimo Sangue, que reuniu por 3 dias 60 representantes de mais de 18 nações indígenas. (Estado — Florianópolis)

25

É inconstitucional a União dos Índios, diz Villas Boas

Para o delegado da 12ª Delegacia da FUNAI, em Bauru, Alvaro Villas Boas, essa anunciada União é inconstitucional. "O Brasil é dividido em Estados, Territórios e um Distrito Federal, e depois vem a divisão em Municípios. Se todos resolvessem fundar uma confederação, poderiam surgir confederação dos italianos,

dos japoneses e outras, o que é totalmente impossível. O que pode ocorrer, é um índio achar que tem condições para viver na cidade e pleitear sua emancipação junto à FUNAI". (Folha da Tarde — SP)

SETEMBRO

6

Campo Grande reúne caciques

Alguns dos principais chefes indígenas brasileiros participarão hoje e amanhã de um encontro na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para discussão, em estágio mais avançado, da criação da Uni — União das Nações Indígenas. A idéia da organização nacional dos índios brasileiros foi lançada durante a realização da "Semana do Índio", no primeiro semestre deste ano. Desde então os articuladores da Uni desenvolveram campanha em todo o País, promovendo a formação de um organismo próprio, representando todos os segmentos da sociedade nativa nacional. (FSP)

21

Índios ameaçados por participarem da UNI

O índio Terena Calixto Francelino, denunciou ontem que chefes de postos indígenas de Mato Grosso do Sul estão ameaçando os índios de prisão, espancamentos e expulsão das aldeias, caso eles manifestem interesse e insistam em participar das reuniões da União das Nações Indígenas. (Diário Popular)

24

Índios advertem FUNAI para perigo de choques

Em carta aberta dirigida ao presidente da FUNAI, os índios Wapixana, Macuxi e Yanomami, de Roraima — depois de vá-

rios dias reunidos em Surumu para decidir que posição adotar em relação à suspensão da demarcação de suas terras — estão alertando o governo contra a invasão de suas reservas e ameaçam "lutar pelos nossos direitos sem derramamento de sangue, como ocorre em todo o País, onde nossos irmãos derramam seu sangue pelos seus direitos e muitos não conseguem". (ESP)

DEZEMBRO

9

Juruna quer federação de índios

O cacique Xavante Mário Juruna se recusa a discutir as intenções da FUNAI de emancipá-lo a partir de estudos sobre a responsabilidade civil do índio. O importante, disse, é que os índios criem uma federação como as existentes em outros países. Passeando pela superquadra na qual está hospedado — no apartamento do deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ), seu advogado junto ao TFR — o cacique era cumprimentado por todos. E dizia: "Veja. Como a FUNAI pode dizer o contrário?" Por enquanto o cacique Xavante não pensa em atender os convites que recebeu para conferências na Alemanha, Suíça, França e Canadá. Ele quer desfazer mal-entendidos em Brasília e na aldeia Namucurá (MT) pelo que chama "uma campanha da FUNAI" contra sua liderança. (JB)

16

Líderes de nações indígenas reclamam do tratamento da FUNAI

Tukuna, Sataré-Maué e mais 33 líderes indígenas das nações Apurinã, Tembê, Karipuna, Tikuna, Munducuru, Wapixana, Kanamari, Miranha e Tukano condenaram a falta de higiene na assistência médica e no tratamento que os funcionários da FUNAI dão aos doentes da Casa do Índio em Manaus. (JB)

FRASES DO CACIQUE XAVANTE MÁRIO JURUNA

Cacique Xavante da aldeia de Namunkurá (MT). É, provavelmente, o índio mais conhecido no Brasil e que encarna, de maneira carismática, o surgimento de uma consciência reivindicatória por parte dos índios.

"Se o governo resolver mesmo emancipar o índio, aí sim é que ele vai morrer em maior número, não só de fome, mas também nas mãos dos fazendeiros, dos pistoleiros e da polícia."

A respeito do senador Jarbas Passarinho

"Olha, eu conheço muito tipo de passarinho, mas este eu não conheço não. Por isso eu vou até a gaiola dele amanhã, para saber porque ele está me atacando tanto."

Na Câmara Federal

"Índio no Brasil não pode acabar. Se índio acabar, acaba FUNAI e o emprego do coronel."

"... A FUNAI está querendo tirar a liberdade indígena. Parece que o indígena é irresponsável. Ocorre que se aprendermos a vida do branco incomodaremos mais a FUNAI, pois faremos mais queixas contra ela. Se não aprendermos nada da linguagem do branco, para a FUNAI é melhor, porque a gente não fala nada. É mais positivo porque não fazemos queixa. Falaríamos como a FUNAI quer. Não sei como a FUNAI vive hoje. Ela não dá satisfação para o índio. Para ela o índio não é importante, e não devemos aprender nada sobre a linguagem do branco. Enfim somos instrumentos. Somos objetos que se prega na parede e fica bonito..."

"A FUNAI põe minhocas na cabeça dos índios, procura comprar caciques, enquanto o governo trata o índio como criança, mesmo que ele tenha 50 ou 80 anos de idade."

"Minhoca cava por baixo, destrói choupana de índio e depois desaparece. Assim é a FUNAI. Foi criada para proteger índio mas hoje quer acabar com índio..."

Sobre o caso do padre Miracapillo

"Branco muito burro. Padre não queria viajar, branco obrigou ele ir. Juruna queria viajar, branco não deixa ele ir."

"Toda autoridade engana a gente. Se governo está prometendo resolver problema da gente, a gente ouve e espera, até perder a paciência e resolver no tapa, na briga."

Juruna no Tribunal Russel

"O Brasil vai ficando cheio de problemas com os índios, tratados até hoje como vencidos (...). A nação espera que pelo menos hoje e pelo menos aqui esses vencidos sejam vencedores."

Na partida para a Holanda

"Vou falar do sofrimento e da fome do índio. Vou falar também da associação de pistoleiros, que funciona muito melhor que a FUNAI."

"A Fundação Nacional do Índio deveria mudar de nome para Fundação Nacional dos Coronéis."

ASSEMBLÉIAS INDÍGENAS

JANEIRO

22

Lideranças indígenas exigem demarcação de suas terras

Mais de 60 tuxauas reunidos em assembléia, no Surumu, em Roraima, decidiram que “se dentro de dois meses não tivermos uma resposta positiva da FUNAI, nós iremos demarcar as nossas áreas e não nos responsabilizaremos com o que vai acontecer com o branco fazendeiro”. (Porantim – Manaus)

FEVEREIRO

29

19 Congresso de Movimentos Índios da América do Sul, em Cuzco – Peru, antiga capital do Império Inca

O congresso encerrou-se ontem condenando a civilização ocidental por ter produzido “sociedades desumanizadas que vão contra as leis da natureza” e destruindo grande parte do planeta, a declaração final apoiada por 500 representantes de 29 milhões de índios – a maioria de países sul-americanos – manifestaram sua determinação de lutar pelo cumprimento da Declaração Universal dos Direitos dos Povos subscrita na Argélia em 1976. (ESP)

JUNHO

26

Representantes de várias tribos realizam II Assembléia Indígena

II Assembléia Indígena do regional CIMI Norte I ocorreu de 28 a 30 de junho. Em Moronawa, aldeia dos índios Kulina, com representantes das nações Kulina, Kaxinawá, Apurinã, Paumari, Jaruara e Jamamadi.

Os índios vindos do médio Purus, da região de Lábrea (AM), fizeram uma viagem de 23 dias para chegarem ao local da reunião.

“Então todos nós queremos um lugar tranquilo para poder viver tranquilos como os nossos avós viveram, sem fazendeiro” – Apurinã Amadeu – essas palavras expressam a aspiração dominante dos representantes indígenas. (Porantim – Manaus, nº 22)

30

14ª Assembléia de Chefes Indígenas realizada em Brasília

A necessidade de organizar uma entidade a nível nacional – Unind ou Uni – foi o grande tema dessa assembléia, realizada em Brasília de 26 a 30 de junho, na sede da CONTAG, com a participação de 54 líderes de 25 povos diferentes, além de um líder Shuar do Equador.

Problemas de terra, saúde, autodeterminação, FUNAI, Missões, educação, foram abordados também. A FUNAI tentou, sem êxito, impedir a realização do encontro que aprovou a redação de uma carta ao Papa. (Porantim – Manaus, nº 21)

NOVEMBRO

9

Em Alagoas o I Encontro Estadual de Indígenas

Nos dias 8 e 9 de novembro, foi realizado em Maceió o I Encontro Estadual de Indígenas de Alagoas, numa promoção da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos.

Com a participação dos Kariri-Xocó, Xucuru-Kariri, Wassu e Tingui de Alagoas e outras tribos nordestinas Fulniô, Xocó, Pankararu e Potiguara.

Foi aprovado um documento com as reivindicações: necessidade urgente de legalização e demarcação das terras indígenas de Alagoas, respeito aos direitos humanos indígenas, intercâmbio de reuniões entre as nações. Aprovação e criação do Conselho Estadual das Nações Indígenas de Alagoas, com participação dos caciques, pagés e conselheiros indígenas, participação efetiva de representantes indígenas das nações na diretoria da Comissão Pró-Índio de Alagoas, apoio integral à União das Nações Indígenas. (Porantim – Manaus)

DEZEMBRO

12

Lideranças indígenas se reúnem no Amazonas

No período de 10 a 12 deste mês, na aldeia do Simão dos Sataré-Maué, município de Barreirinha (AM), estiveram reunidos todos os 26 tuxauas Sataré e 33 tuxauas e líderes das nações Apurinã, Tembê, Kapurina, Tikuna, Munduruku, Wapixada, Kanamari, Miranha e Tukano.

Em documento final do encontro os índios denunciam a política indigenista da FUNAI, as estradas que vão cortar os territórios indígenas, invasões de suas terras, roubo de madeiras, falta de liberdade para participar de reuniões indígenas, e a má assistência aos doentes da Casa do Índio em Manaus. (Porantim – Manaus)

REPRESSÃO ÀS LIDERANÇAS INDÍGENAS

DEZEMBRO 79

27

Cacique Pankararé assassinado

O cacique dos Pankararé de Brejo do Burgo (BA), Angelo Pereira Xavier, foi assassinado com um tiro por um pistoleiro quando estava indo para o trabalho numa plantação. O cacique liderava o grupo indígena na tentativa de recuperar as terras perdidas desde o século XVII, quando os índios, após serem expulsos de outros locais, chegaram à região.

Para a FUNAI tudo não passa de um crime passionai. As entidades ligadas à defesa da causa indígena (CPI's e ANAI's de todo Brasil) além do CIMI responsabilizaram a FUNAI pelo assassinato, acusando o órgão de omissão. (ESP)

JANEIRO

24

Cacique é vítima de emboscada

Vítima de emboscada ao entardecer de terça-feira, o chefe da tribo dos Kaingang, cacique Angelo Cretã, 39 anos, está em estado grave num hospital de Pato Branco, sudoeste paranaense. A luta pela terra da reserva de Manguueirinha, naquela região, que transformou o cacique no único índio vereador do país, foi a razão do atentado. A questão da terra vem de 1949, quando o então governador Moisés Lupion transferiu para a iniciativa privada parte da reserva de Manguueirinha. O cacique Cretã assumiu a luta pela terra há mais de seis anos, quando se lançou candidato a vereador pelo município de Chopinzinho. Além de receber, constantemente, ameaças de morte, ele evitou que a tribo entrasse em guerra com posseiros e fazendeiros da região. (JB)

30

Cacique morre no Paraná e o presidente da FUNAI silencia

A presidência da FUNAI não se manifestou sobre a morte do cacique Angelo Cretã, ocorrida ontem, às 16:30h, na Policlínica de Pato Branco, oeste do Paraná. O cacique estava ameaçado de morte pelo pistoleiro Vadinho há mais de um mês. Há duas semanas acompanhado por dois soldados da PM, Angelo se dirigia para a reserva indígena quando o carro em que se encontrava foi "fechado" por outro, indo de encontro a uma carreta, Angelo teve as pernas quebradas, algumas costelas, e um braço, além dos dois fêmur. Além deles, um dos soldados que o acompanhava foi também ferido e no local do acidente a polícia encontrou os documentos de "Vadinho", que jurara o cacique de morte, desde que este decidiu recuperar as terras indígenas, nas mãos de alguns posseiros e da empresa Slaviero Comércio e Indústria S.A. (FSP)

FEVEREIRO

1

Kaingang elegem novo cacique com a PM de prontidão

Tristes e revoltados, os 1 mil Kaingang da reserva de Manguueirinha, começam hoje a escolher seu novo cacique, para substituir

Angelo Cretã, morto terça-feira. Ontem, um pelotão da Polícia Militar permaneceu na reserva. Em Pato Branco, a 60 quilômetros da reserva, o III Batalhão da PM continua em prontidão. Angelo morreu uma semana após sofrer uma emboscada, preparada por jagunços e grileiros. Seu irmão, Roberto Cretã, de 46 anos, mais reservado do que ele, é o candidato mais forte. O clima é tenso na reserva, mas as promessas de vingança, gritadas logo após a morte do cacique, só poderão ser cumpridas com a indicação do novo cacique, que pode demorar uma semana. (JB)

Os índios não aceitam versão dada pela FUNAI

A nota oficial da Superintendência da FUNAI em Brasília dando a morte do cacique Cretã como resultado de um "acidente automobilístico" não convenceu índios e funcionários do próprio órgão indigenista. O chefe do Posto de Manguueirinha, Isaac Bavaresco, comentou: "Todas as evidências mostram que o acidente aconteceu porque um carro estava de tocaia na estrada. Há testemunhas que confirmam que três ou quatro homens, armados, fugiram quando viram a aproximação de outras pessoas no local do acidente". (ESP)

6

Ameaças contra líderes indígenas

Em Vitória (ES), o chefe da tribo dos Tupiniquim, José Sizeando, pediu garantia de vida à Polícia Federal e enviou carta ao presidente da FUNAI, informando que está sendo ameaçado de morte pelos colonos brancos que habitam a aldeia de Caieira Velha, a 80 quilômetros de Vitória. O líder indígena acusou também o chefe do posto da FUNAI, Jeorgino Martins Fagundes, de haver incompatibilizado os brancos com os índios. (ESP)

MARÇO

30

PM acusada pela morte de indígenas

O seqüestro e assassinato dos líderes Guajajara, Mateus e Moacir, ocorrido no último dia 26 de fevereiro, é responsabilidade da Polícia Militar da Barra do Corda (MA). A denúncia foi feita ontem pelos missionários do Maranhão e Goiás, que estão reunidos desde sexta-feira no encontro da Comissão Nacional do Conselho Indigenista Missionário, em Brasília. Segundo os padres Odilo Erhardt e Carlos Ubbiali, a polícia maranhense "foi co-autora do crime, pois sem motivos justificáveis seqüestrou os dois índios em parceria com o fazendeiro José Maria Barros e permitiu, sem nenhuma reação, que os índios fossem assassinados". (FSP)

ABRIL

23

Ameaça a cacique é denunciada

Dois índios Kiriri denunciaram ontem que o cacique da tribo, Lázaro Gonçalves de Souza, foi ameaçado de morte por resistir

à invasão das terras indígenas, comandada pelo fazendeiro Pedro Souza. O cacique vive na aldeia de Mirandela, no município baiano de Ribeira do Pombal, e atualmente está em Brasília tratando da demarcação das terras da tribo. A ameaça, segundo os índios Carlos Batista e Agripino Gregório, foi feita também ao chefe do posto da FUNAI em Mirandela. Ambos manifestaram-se preocupados com o que possa acontecer ao cacique, já que, segundo rumores, as ameaças de morte partiram do próprio prefeito de Ribeira do Pombal, Edval Calazans de Macedo. Ao fazer a denúncia ontem em Salvador, durante comemorações da Semana do Índio, eles lembraram a morte do cacique Angelo Xavier, dos Pankararé, assassinado no ano passado uma semana depois de pedir garantia de vida à Secretaria de Segurança. Esta, segundo os índios, não levou a sério as ameaças ao cacique. (ESP)

25

Chefe Wassu ameaçado de morte

O chefe dos índios Wassu, Paulo Rufino, denunciou estar ameaçado de morte pelos grileiros que tomaram as terras da tribo, em Alagoas, depois que a FUNAI mandou um topógrafo medir a área para demarcação, em fevereiro deste ano. (Diário do Comércio – Belo Horizonte)

JUNHO

5

CIMI denuncia assassinato

Em Manaus, CIMI-Norte 1, denunciou oficialmente, ontem, à 1ª Delegacia Regional da FUNAI, o assassinato, em fins de abril, do líder Apurinã, José Ribeiro, de 50 anos, espancado até morrer pelo comerciante Antônio Mariano e cinco jagunços armados, na localidade de Jaburu de São João, município de Tapauá. (FSP)

AGOSTO

3

A morte do cacique: inquérito reaberto

O inquérito sobre a morte do cacique Angelo Cretã concluído em fevereiro pela Polícia Civil, foi reaberto a pedido da promotoria, que solicita novos depoimentos dos acusados e das testemunhas. (O Estado de Minas)

SETEMBRO

15

Índio sofreu ameaça antes do acidente

O índio Norberto de Paulo Gabriel, o Paraguaio – que permanece em estado de coma profundo desde quinta-feira, quando

capotou com seu Volks – havia sofrido ameaças de morte segunda-feira. Por isto sua mulher, Alzira, não acredita na versão de acidente, divulgada pela Polícia Técnica, após as primeiras investigações no local. “Ele não falou de quem desconfiava, mas disse que já estava na trilha”, lembrou sua mulher. Paraguaio, 36 anos, era líder da reserva de Manguairinha (PR) e, ao lado do cacique Angelo Cretã – morto em janeiro em misterioso acidente automobilístico a 70 quilômetros do local onde houve a capotagem da semana passada – lutava pela retomada dos 3 mil 700 alqueires da reserva titulados e vendidos durante o governo Moisés Lupion, há 20 anos, e hoje do grupo Slaviero. (JB)

OUTUBRO

8

Policiais seqüestram dois índios Potiguara na Paraíba

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba denunciou, através de nota à imprensa, que no último dia 29 de setembro, policiais militares invadiram a reserva de Baía da Traição e seqüestraram os índios Daniel dos Santos (cacique) e Ednaldo Alves. (FSP)

NOVEMBRO

26

Assassinato de cacique foi previsto

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) denunciou baseado em documentos ontem na Câmara Federal que “dez dias antes do assassinato do cacique Angelo Cretã, em janeiro de 1980, a FUNAI sabia que o crime ocorreria”. O parlamentar qualificou de “farsa” o inquérito oficial que concluiu pela morte acidental do cacique. A morte do cacique ocorreu a 29 de janeiro de 1980, na reserva de Manguairinha, no Paraná. (FSP)

DEZEMBRO

31

Mais um índio morre depois de receber ameaças

Depois de passar mais de três meses em estado de coma, em consequência de ferimentos provocados por um acidente automobilístico, morreu ontem em Curitiba, o índio Guarani Norberto de Paula Gabriel, líder da reserva indígena de Manguairinha, no Paraná. (A Gazeta – ES)

POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL

FUNAI E MINTER

A política indigenista posta em prática pelo governo com o Ministério do Interior e através da FUNAI foi pautada em quatro diretrizes básicas: regionalização (ou estadualização), estudos para a emancipação de líderes e comunidades indígenas, grandes projetos de demarcação de terras e projetos de desenvolvimento comunitário. São essas 4 diretrizes anunciadas pela FUNAI/MINTER como linhas de ação (embora não concretizadas em resultados práticos) que mais afetaram e afetam a vida das comunidades indígenas no Brasil.

ABRIL

18 Reestruturação da FUNAI é aprovada pelo presidente da República

A proposta de reestruturação da FUNAI foi aceita ontem pelo presidente da República, anunciou o ministro do Interior. Disse o ministro: a reestruturação objetiva “um melhor desempenho das atribuições da FUNAI mediante o fortalecimento das unidades executivas regionais; (...)”.

Esta reestruturação, prossegue o ministro, tem como ação prioritária a demarcação das terras indígenas, “e somente com esse objetivo o presidente Figueiredo autorizou o Ministério do Interior a destinar à FUNAI, já em 1980, o montante de 252 milhões de cruzeiros, valor que corresponde a um incremento de 500% em comparação aos recursos disponíveis em 1979.”

O total do orçamento da FUNAI que é 881 milhões para 1980 está dividido da seguinte forma: demarcação de terras (252 milhões), desenvolvimento da comunidade (380 milhões) e saúde, educação, pesquisa, estudos, atração de grupos arredios, manutenção de postos indígenas e manutenção de aeronaves (249 milhões). (Correio Brasiliense)

JUNHO

17 Índios invadem FUNAI e retiram coronéis à força dos gabinetes

A FUNAI foi invadida ontem por 40 índios representantes de 12 nações que exigiram as demissões dos coronéis João Carlos Nobre da Veiga, presidente da FUNAI, do coronel Ivan Zanoni, diretor do Departamento Geral de Projetos Comunitários e do coronel José Rodrigues Godinho, diretor do Departamento Geral de Operações. Os índios afirmaram que estão “cansados de esperar por promessas que nunca se cumprem” e asseguraram que “pode haver derramamento de sangue se suas reivindicações não forem atendidas”.

O coronel Zanoni afirmou às lideranças que “os antropólogos tiveram peito para pedir demissão, vocês também têm que pedir”. Os índios, liderados por Mário Juruna ficaram cientes de que a FUNAI não reconhece a legalidade da União Nacional das Nações Indígenas — UNIND — porque o governo não admite a formação de nenhuma entidade a nível nacional, que a lei não permite. (O Liberal — PA)

18 Ministério dá apoio à FUNAI

O Ministério do Interior distribuiu nota afirmando que a orientação seguida pelo presidente da FUNAI, obedece às diretrizes

do Ministério, “onde ele conta com apoio integral para a solução dos problemas indígenas”. (JB)

20 Presidente da FUNAI é apoiado por Apoena Meirelles

Até o momento, segundo o sertanista Apoena, o presidente da FUNAI, “não tomou nenhuma atitude contra os interesses da causa indígena”. Nos últimos dois dias, a FUNAI vem divulgando radiogramas e telegramas enviados por alguns de seus funcionários que hipotecam apoio ao presidente do órgão. (Folha da Tarde — SP)

21 FUNAI recebe o apoio dos Villas Boas

Os sertanistas Orlando e Claudio Villas Boas enviaram ontem um radiograma ao presidente da FUNAI, reafirmando seu apoio à atual administração da FUNAI. Eles acreditam que “esta posição intransigente dos índios poderá levar os líderes a indesejada emancipação”. (ESP)

22 FUNAI diz que antropólogos insuflam e orientam índios

O presidente da FUNAI, afirmou anteontem que os índios que tem se deslocado até Brasília para apresentar suas reivindicações “são insuflados e orientados para fazer arruaças, por antropólogos e indigenistas, maus brasileiros que querem perturbar a vida nacional”, mas não os identificou. (A Gazeta — Vitória)

JULHO

2 Funcionários são demitidos na FUNAI

Com base no artigo 482, letra h da Consolidação das Leis do Trabalho — “justa causa por insubordinação” — a FUNAI demitiu ontem 21 funcionários como reação a uma carta enviada por esse grupo de funcionários ao ministro do Interior acusando a direção do órgão de incompetente. (JB)

18 FUNAI vê demagogia na denúncia ao Papa

O presidente da FUNAI, disse ontem, que o documento assinado por líderes de 26 tribos brasileiras e uma do Equador, entregue ao Papa pelo bispo D. Tomas Balduino, foi elaborado por pessoas que não tem intenção de ajudar ao índio. “Foi apenas para provocar sensacionalismo, pura demagogia que não interessa ao problema do índio”. (Jornal de Brasília)

19 Ministro reconhece que FUNAI passou certidões ilegais

O ministro do Interior reconheceu ontem, que o erro da FUNAI, ao expedir certidões negativas, há seis anos, de que não havia índios nas terras ocupadas pelos Txucamãe, pode ser a razão do conflito no Mato Grosso, que acabou com a morte de 11 peões. (A Gazeta — Vitória)

20

Antropólogos têm proibido o acesso às áreas indígenas

Os antropólogos brasileiros e a imprensa estão sem permissão governamental para ingressar nas áreas indígenas. Essa denúncia foi feita ontem pela presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Profa. Eunice Durhan, da Universidade de São Paulo. Os antropólogos realizaram, de 14 a 17 deste mês, sua reunião nacional no Rio de Janeiro e expuseram os problemas pelos quais vêm passando. (FSP)

SETEMBRO

11

FUNAI vinculada aos órgãos de segurança

A FUNAI, o Conselho de Segurança Nacional e o Serviço Nacional de Informações vão trabalhar juntos a partir de agora. Na tarde de ontem, o ministro do Interior classificou essa nova fase de trabalhos como “uma ação conjunta que vai buscar soluções que se enquadrem na legislação vigente”. O ministro do Interior, no entanto, negou que a FUNAI esteja sob intervenção. (FSP)

18

FUNAI admite que não regularizou reservas indígenas

“A posse da terra é o problema mais sério dos índios, uma vez que até hoje a FUNAI não conseguiu regularizar nenhuma das suas 250 reservas”, admitiu o presidente da Fundação Nacional do Índio na Câmara, em Brasília, revelando ainda que “há conflitos em quase todas as 250 reservas indígenas do país”. (JB)

OUTUBRO

15

FUNAI ameaça religiosos de expulsão de áreas indígenas

Todos os membros de missões religiosas que atuam diretamente nas áreas indígenas estão ameaçados de expulsão desses locais, se não responderem ao ofício enviado pela 8ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede em Porto Velho, Rondônia, para que identifiquem junto à direção do órgão, em Brasília, não só os que estejam trabalhando nessas áreas, mas também os projetos que vêm aplicando. (ESP)

NOVEMBRO

2

Adiada a expulsão de missionários

O presidente da FUNAI, decidiu suspender, temporariamente, a expulsão de 12 missionários ligados ao CIMI, que atuavam no Acre sem a autorização do órgão. O coronel recebeu ontem o vice-presidente do CIMI, D. Thomas Balduino, e o presidente interino da CNBB, D. Celso Queiroz. D. Thomas Balduino disse que os entendimentos mantidos com o coronel foram positivos, mas deixou claro que o CIMI está disposto a apoiar a permanência dos missionários nas áreas indígenas, caso o presidente da FUNAI, que pretende agora estudar os currículos dos missionários ameaçados, volte atrás na sua decisão. “O assunto é grave — afirmou o bispo —, pois esta é a primeira vez que missionários são expulsos, em bloco, de áreas indígenas. Por este motivo ele será levado à reunião do episcopado brasi-

leiro em Itaici, no início do próximo ano, pois a Igreja, que cumpre um trabalho secular junto aos índios, não pode sofrer uma pressão policial por parte da FUNAI”. D. Thomas manifestou, também, a preocupação da Igreja com os rumos da política indigenista, agora ligada diretamente à atuação do Conselho de Segurança Nacional e SNI. “Disse ao presidente da FUNAI — afirmou o bispo — que esta nova orientação vai repercutir negativamente junto à opinião pública do País”. (ESP)

4

Projeto Rondon participará de missões na área indígena

O ministro do Interior anunciou ontem a implantação de um sistema de informações de áreas indígenas. O projeto Rondon vai executar o sistema, vinculado à FUNAI, fazendo o levantamento nas áreas indígenas e junto às populações próximas. Andrezza negou que a participação dos universitários do Rondon venha substituir os 52 funcionários demitidos recentemente pelo órgão tutelar.

O ministro anunciou ainda que dentro em breve o sistema de identificação de invasões das terras indígenas pelos satélites Intelsat estará funcionando e a FUNAI terá de 18 em 18 dias as fotos das áreas onde há tensão pela posse da terra. (Jornal de Brasília)

13

Presidente da República autoriza viagem ao México de índios e antropólogos

O presidente da República autorizou a ida de uma delegação de representantes da FUNAI, índios e antropólogos ao VIII Congresso Indigenista Interamericano que se realizará no México de 17 a 21 de novembro.

O chefe da delegação da FUNAI será o presidente da FUNAI. Os demais membros são os seguintes: Orlando Villas Boas, Carlos de Araujo Moreira Neto e Hildegart Rick, antropólogos. Mariano Justino Marcos, membro da tribo Terena; o cacique Aritana da tribo Iaulapiti; e o ministro conselheiro da embaixada do Brasil no México, Antonio Amaral de Sampaio. Nesse interim o processo de liberação do passaporte do Xavante Mário Juruna está tramitando no Tribunal Federal de Recursos. (A Gazeta — ES)

DEZEMBRO

21

Governo quer mudar estatuto do índio

A partir da jurisprudência firmada pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR) ao conceder habeas corpus para o cacique Xavante Mário Juruna comparecer ao Tribunal Betrand Russel, em Roterdã, Holanda, o Governo achou necessário reformular o Estatuto do Índio para evitar que tais fatos se repitam e os índios tenham responsabilidade civil perante o Estado. Já em fevereiro de 81 o Conselho Indigenista da FUNAI deverá se reunir para tratar do assunto, enquanto que no Ministério do Interior há uma comissão estudando como reformular o texto em vigor. É sabido — o próprio presidente da FUNAI foi quem revelou — que os estudos iniciais procuram definir “critérios de indianidade” e a possibilidade jurídica de conferir emancipação ex-officio. (JB)

TRIBUNAL RUSSEL E A QUESTÃO INDÍGENA

Tribunal internacional realizado em Roterdã, na Holanda, e que julga simbolicamente denúncias de agressões e etnocídio praticados contra povos indígenas americanos.

Os veredictos são baseados em atas e acordos internacionais como a ata final de Helsinque, em 1975, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos firmada pelos países participantes da ONU.

AGOSTO

3 Denúncia atribui massacre indígena aos Salesianos

“Racismo”, “negligência genocida”, “apropriação ilícita de terras tradicionais e legalmente indígenas” e “atos etnocidas sistemáticos” contra a população de quase 17 mil índios do Vale do Rio Negro, no Estado do Amazonas. Estas são as principais acusações que pesam contra as missões dos padres salesianos da Prelazia do Rio Negro e seu bispo D. Miguel Alagna — que atuam na região desde 1915 — junto ao Tribunal Bertrand Russel. As denúncias estão contidas num documento assinado pelo escritor amazonense Márcio de Souza, já entregue e aceito pelo Tribunal Internacional Bertrand Russel que vai julgar as acusações sobre a atuação dos padres na área do Rio Negro em princípios de novembro. (FSP)

OUTUBRO

30 FUNAI proíbe Juruna de participar como jurado do Tribunal Russell

O Conselho Indigenista da FUNAI proibiu o cacique Mário Juruna de participar como jurado do Tribunal Bertrand Russell, para debater o “etnocídio e genocídio dos povos indígenas da América”. Juruna protestou e disse que vai “brigar até onde puder”. O Brasil estará representado no Tribunal Russell pelo presidente do CIMI, D. José Gomes; pelo secretário-geral, D. Thomas Balduino; e pelo escritor Márcio de Souza. Além dos casos específicos dos índios Aruac, Nambiquara e Yanomami, haverá um relato sobre a situação da reserva de Mangueirinha (PR), que era liderada pelo cacique Angelo Cretã. (JB)

NOVEMBRO

4 Juruna não sai do Brasil, decide ministro

Embora o presidente da FUNAI tenha prometido ao cacique Mário Juruna a concessão de passaporte para que o chefe Xavante possa participar do 6º Tribunal Russell o ministro do Interior, afirmou ontem que “Juruna não irá”. (FSP)

9 Juruna espera passaporte antes de apelar à Justiça

O deputado José Costa (PMDB-AL) decidiu ontem aguardar a resposta do Departamento de Polícia Federal negando ou não o passaporte ao cacique Xavante Mário Juruna para entrar com o pedido de habeas corpus na Justiça assegurando-lhe

o direito de viajar à Holanda. Depois de um encontro com o cacique, o deputado informou que pretende aguardar pelo menos 72 horas a expedição do documento, pois a “omissão pode caracterizar também uma negativa”. O Sr. José Costa considera que o índio mesmo sendo tutelado tem direito ao passaporte, pois “é um mero documento de identificação policial e não um título de nacionalidade”. (JB)

10 Caciques dão apoio a Juruna

Quatro caciques de tribos alagoanas, reunidos no 1º Encontro Indígena de Alagoas, instalado sábado em Maceió, iniciaram movimento em favor da viagem do cacique Mário Juruna à Holanda.

11 Juruna entra com recurso para viajar

O cacique Xavante Mário Juruna entrou ontem, em Brasília, através do advogado Caio Lustosa, com mandado de segurança junto ao Tribunal Federal de Recursos contra o ato do ministro do Interior, que o proibiu de viajar à Holanda para participar como jurado do Tribunal Russel. (FSP)

12 Juruna tem apoio internacional

Os seis partidos políticos holandeses, a Sociedade Americana da França e Sociedade Belga de Apoio às Causas Indígenas endossaram o telegrama do 4º Tribunal Bertrand Russel pedindo a ida de Juruna. A passagem, concedida pelo Tribunal para o cacique Juruna ir a Roterdã, na Holanda, será entregue amanhã pela Varig. Juruna, que impetrou mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos segunda-feira, contra a decisão do Ministro do Interior de proibir a sua viagem, espera a concessão da liminar até o dia da entrega da passagem, a fim de que possa preparar os documentos, se a decisão lhe for favorável. (JB)

15 Cacique afirma que governo teme que ele denuncie na Europa situação do índio

Ao chegar no Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, o cacique Mário Juruna disse que o Governo não quer que ele compareça ao Tribunal Russel, na Holanda, porque sabe que ele vai “abrir a boca lá fora e contar a pobreza e péssima situação do índio brasileiro”. Se eu não falasse dos problemas do Brasil, tenho certeza que conseguiria o passaporte. (JB)

19 Juruna acusa Villas Boas de safadeza e de viver à custa dos indígenas

O cacique Juruna acusou o sertanista Orlando Villas Boas de estar “fazendo safadeza”, por se ter manifestado contrário à sua viagem à Holanda. “Villas Boas nunca defendeu os interesses dos índios. Ele tira proveito à custa do povo indígena”,

disse Juruna. A declaração foi feita durante um debate promovido pela Universidade de Brasília, na presença de seis caciques Xavante, o antropólogo Cláudio Romeiro e 300 universitários. (JB)

21 Tribunal Federal de Recursos nega liminar a Juruna

“Sou mais brasileiro do que todos eles”, afirmou ontem o cacique Xavante Mário Juruna, depois do julgamento em que o Tribunal Federal de Recursos lhe negou em Brasília medida liminar que o autorizaria a participar, como jurado, do Tribunal Bertrand Russell, que terá início no próximo domingo. (ESP)

24 Tribunal vê denúncias sobre índio

O Tribunal Russell de Direitos Humanos vai julgar amanhã, em Roterdã, Holanda, simbolicamente as denúncias sobre a situação dos índios no Brasil. As sessões do Tribunal começam hoje, examinando as queixas sobre a situação dos índios na Colômbia e Peru. No próximo domingo, o Tribunal divulgará suas resoluções e pronunciará suas recomendações. (FSP)

25 Juruna escolhido para presidir o Tribunal Russell

O cacique Xavante Mário Juruna foi eleito ontem presidente do Júri do Tribunal Bertrand Russell de Direitos Humanos, por seus companheiros jurados, em sua maioria vindos da América Latina. Enquanto o cacique está retido no Brasil, por ordem do Ministério do Interior, a presidência dos trabalhos está sendo exercida pelo antropólogo mexicano Guillermo Bonfil Batalla. Na inauguração dos trabalhos do Tribunal, Batalla considerou que a proibição do governo brasileiro a Juruna, impedindo-o de viajar para Roterdã, foi o último exemplo de desrespeito à autodeterminação dos povos indígenas. (FSP)

26 Bispo denuncia empresas e estrada que ameaçam índios

O bispo de Goiás Velho, D. Tomás Balduino, denunciou ontem, perante o Tribunal Bertrand Russell, a ameaça de extinção que paira sobre os índios Nambiquara, habitantes do Vale do Guaporé, no Mato Grosso, representada pela ocupação de suas terras por 22 empresas agropecuárias e pelo projeto de construção da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). A ação dos padres salesianos no Alto Rio Negro, prejudicando os índios Tucano e Aruac, a ocupação de terras dos Kaingang, no Paraná, e a situação dos Yanomami, ao Norte de Roraima foram os demais casos brasileiros apresentados ontem, no segundo dia de reunião do Tribunal. (FSP)

28 Tribunal Federal de Recursos autoriza Juruna a ir para Roterdã

No mais longo julgamento de sua história (6 horas e 5 minutos), o Tribunal Federal de Recursos concedeu ontem, por 15 votos a 9, habeas corpus ao cacique Xavante Mário Juruna para que ele possa deixar livremente o Brasil e viajar a Roterdã, na Holanda, onde assumirá a presidência da parte final dos trabalhos do 4º Tribunal Bertrand Russell. (FSP)

29 Após muitos embarços, Juruna viaja

Após receber muitos aplausos e cumprimentos de grande número de pessoas que estavam no aeroporto do Galeão, o cacique Xavante Mário Juruna embarcou às 22:30h de ontem, no Rio, rumo à Holanda, com conexão em Madri, a fim de participar, das sessões finais do Tribunal Bertrand Russell. Antes, em Brasília, Juruna viveu, juntamente com seus advogados, um dia bastante tenso, pois somente às 17 horas conseguiu o passaporte para viajar. (FSP)

30 Juruna assume em triunfo a presidência do Tribunal

Após permanecer significativamente vazia durante toda a semana de sessões, a cadeira da presidência de honra do Tribunal Bertrand Russell foi finalmente ocupada ontem, último dia de reuniões da corte, pelo cacique Xavante Mário Juruna, cuja chegada foi triunfal. Todos os membros da corte e a assistência, de pé, o receberam com prolongado aplauso. Juruna agradeceu, primeiro, em seu idioma e depois em português, no momento mais carregado de emoções de toda a atual sessão do Tribunal Russell. Antes, ao desembarcar em Amsterdã, ele havia declarado que “a decisão judicial deve ser vista como uma advertência, para a FUNAI, de que os índios não podem mais ser tratados como minoria”. Acrescentou que as pressões exercidas pelos organizadores do Tribunal Russell foram decisivas para a concessão do seu passaporte. (JB)

DEZEMBRO

2 Tribunal condena Brasil

O 4º Tribunal Russell terminou no domingo na Holanda acusando alguns países, inclusive o Brasil, de praticar genocídio contra índios. Outras graves violações dos direitos humanos foram atribuídas aos governos de nações das Américas do Norte, Central e do Sul, além de autoridades regionais, organizações religiosas e diversas entidades. “As provas orais e escritas apresentadas neste tribunal testemunham inimagináveis tragédias e crimes” — declarou o júri internacional, integrado por nove membros, entre antropólogos, escritores, índios e juristas. No caso do Brasil, o júri considerou o governo e a ordem católica dos padres salesianos, especialmente seu bispo D. Miguel Alagna, como “culpados de genocídio pela destruição de bases físicas de subsistência e a sobrevivência do povo indígena do rio Negro, e do etnocídio pelos esforços sistemáticos e continuados para desintegrar a cultura, proibir os hábitos, perseguir as tradições e impedir o uso das línguas desses índios”. A declaração final do tribunal também culpou o governo brasileiro de redução deliberada das terras das quais depende a sobrevivência dos Nambiquara, e denunciou o Banco Mundial por financiar a construção de uma rodovia que provocou uma série de problemas para essa tribo. “O governo brasileiro e a agência brasileira para os assuntos indígenas (FUNAI) — acusa ainda o documento — habitual e ilegalmente encorajam a colonização de terras ocupadas pelos índios e se omitem em proteger os interesses dos índios nas terras, autorizando que empresas particulares tirem vantagem de incentivos tributários altamente favoráveis para iniciar projetos agrícolas nessas terras”. O júri, cuja última sessão foi presidida pelo cacique Xavante Mário Juruna, ocupou-se de 14 casos, sendo seis dos EUA e Canadá, dois da América Central e seis da América do Sul. Seu veredito baseou-se em tratados e acordos internacionais, inclu-

sive a ata final de Helsinque, de 1975, o convênio internacional sobre direitos cívis e políticos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (ESP)

5 Índio afirma que sua ida à Holanda foi para ajudar brasileiros injustiçados

Álvaro Sampaio, o índio Tucano que depôs no Tribunal Russell, afirmou, ao retornar ao Amazonas, que a sua participação no encontro de Roterdã visou ao interesse coletivo do povo brasileiro, que a seu ver tem injustiçadas algumas de suas parcelas, com os índios, os operários e estudantes. O tucano chegou a Manaus em companhia de outro representante brasileiro no tribunal, o missionário Egídio Schwade, que levou dois casos para Roterdã, um dos quais relativo a situação dos Waimiri-Atroari, que vivem em uma área cortada pela rodovia Manaus-Boavista e que nos últimos anos diminuíram em número. (JB)

ENTIDADES CÍVIS DE APOIO AO ÍNDIO

Entidades que congregam profissionais liberais, antropólogos e pessoas ligadas à questão indígena. Surgiram principalmente a partir do ato público realizado na Semana do Índio de 1979, em São Paulo. A atuação dessas entidades está ligada a uma fiscalização das obrigações prescritas que a FUNAI e MINTER devem às populações indígenas no Brasil. Além da crítica à política indigenista oficial as entidades de apoio ao índio veiculam, através da imprensa, as denúncias de agressões sofridas por estas populações por parte da sociedade nacional.

JANEIRO

31 Comissão Pró-Índio se manifesta com relação à morte de Cretã

Em nota distribuída, ontem, a Comissão Pró-Índio de São Paulo, depois de lamentar a morte do cacique Angelo e se solidarizar com o povo Kaingang, afirma que este quadro é decorrência “da falta de capacidade da atual presidência da FUNAI, em definir e executar uma política indígena, de acordo com as reivindicações dos próprios índios e também de setores significativos da sociedade brasileira”. (FSP)

MARÇO

17 Manifesto de treze entidades pede a luta a favor do índio

Treze entidades classistas, encabeçadas pelo GAI (Grupo de Apoio ao Índio) assinaram manifesto divulgado em Belém (PA) convocando a população a lutar “não apenas em favor do índio, mas por todos os brasileiros oprimidos”. Lembram a morte dos caciques Angelo Cretã e Angelo Xavier, denunciam que uma empresa do sul quer instalar 2.000 colonos na área dos índios Arara ainda não contatados e que a Eletronorte está se recusando a pagar indenização pretendida pelos índios Gavião que terão suas terras atravessadas por uma linha de transmissão

7 Juruna retorna, fazendo críticas a militares

Confessando-se chocado com as denúncias que ouviu de índios de outros países, no Tribunal Bertrand Russell, desembarcou ontem no Rio, o cacique Mário Juruna. Ficou muito surpreso ao saber que há índios em piores condições que os brasileiros e por essa razão — além do fato de ter chegado praticamente no final dos trabalhos do tribunal — falou pouco no encerramento da reunião. Mas acha que disse o essencial: “Eu expliquei que, no Brasil, os militares querem prender as pessoas no País com cadeado e ficar com as chaves. Parece até que não existe povo e que só os militares têm capacidade para dirigir. Disse que os militares mandam no civil porque não há um acordo entre grandes e pequenos. Fiz denúncias, mas não falei tudo que queria. Se eu soubesse que pessoas falaram mal de mim, depois que fui embora, eu teria metido o pau neles”. (FSP)

de energia de Tucuruí. O documento condena também o Programa de integração proposto pelo 1º Comar à Universidade do Pará, Delegacia Regional do MEC e missões salesianas. (O Liberal — PA)

ABRIL

13 Ato público pelo índio, em São Paulo

Um ato público pela criação de uma comissão parlamentar permanente de defesa dos direitos indígenas será realizado amanhã, no Teatro da Universidade Católica (Tuca). Promovido pela Comissão Pró-Índio de S. Paulo, o ato público terá como objetivo principal a afirmação de um compromisso, por parte de parlamentares sensíveis ao problema indígena, de lutar pela constituição dessa comissão. Entre os parlamentares que participarão da solenidade, estão Audálio Dantas, Modesto da Silveira, Airton Soares, Franco Montoro, Evandro Carrera e Santili Sobrinho. Estarão presentes também D. Tomás Balduino, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); D. José Brandão, bispo de Propriá; D. Paulo Ayres Matos, da Igreja Metodista do Rio de Janeiro; representantes de entidades de apoio ao índio, e representantes de comunidades indígenas. O jurista Dalmo Dalari apresentará um parecer jurídico encomendado pela Comissão Pró-Índio, a respeito da viabilidade legal de constituir-se a comissão parlamentar permanente, já que dispositivos regimentais do Congresso Nacional limitam a criação dessa espécie de comissão. Segundo Carlos Alberto Ricardo, da diretoria da Comissão Pró-Índio, a comissão parlamentar permanente teria duas funções básicas: servir como canal de expressão do problema indígena a nível parlamentar e fiscalizar a política da FUNAI, “que não presta contas a ninguém e ninguém tem como cobrar”. A comissão trabalharia diretamente assessorada por entidades de apoio ao índio. Antes do ato público, às 18 horas, os parlamentares estarão

concedendo entrevista coletiva à imprensa no saguão do Tuca, para falar sobre a comissão parlamentar permanente de defesa dos direitos indígenas. Alguns deputados estaduais também foram convidados a participar da solenidade, segundo informou Carlos Alberto Ricardo, para “sensibilizarem-se contra a política de estadualização da FUNAI, que é uma nova e disfarçada de emancipação do índio” (FSP)

14

Semana do Índio em Manaus começa com missa

Coordenada pelo Grupo Kukuro e o Regional Norte I do CIMI teve início a Semana do Índio, com a celebração da Missa da Terra Sem Males na Catedral de Manaus. Na seqüência da programação haverá palestras, show de música e a pré-estreia do filme “Terra dos Índios”. (A Crítica – Manaus)

15

Ato público pela defesa dos índios

Em ato público, realizado, ontem à noite, no teatro da Universidade Católica de São Paulo (Tuca), um grupo de parlamentares, entre eles senadores, deputados federais e estaduais, assumiu o compromisso “perante o Congresso Nacional e a opinião pública”, de formar uma frente de defesa do índio e agilizar a criação de uma subcomissão permanente – que funcionará junto à Comissão de Interior, do Congresso – para tratar exclusivamente da questão indígena. Segundo os políticos presentes ao ato – organizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo – o compromisso assumido ontem tem a finalidade de sensibilizar todos os setores da sociedade brasileira sobre o estado atual das populações indígenas no País. Durante a manifestação foi distribuído um documento por meio do qual os parlamentares afirmam que “o maior extermínio de culturas e grupos de seres humanos conhecido pela História se deu e ainda se dá nos países da América, sendo o Brasil um dos palcos de maior tragédia, sob a responsabilidade de minoria dominante da sociedade, que teima na ironia de se chamar cristã, enquanto assassina sistematicamente os seus irmãos indígenas, rouba seus bens e destrói a sua cultura”. O documento distribuído pelos políticos compromissados com a criação da frente de defesa do índio afirma ainda que, “embora jamais possamos resgatar integralmente a dívida que a sociedade nacional e a ocidental têm para com as civilizações indígenas de nosso planeta, devemos nos somar a todas as organizações existentes e personalidades responsáveis para impedir a continuação do genocídio e da destruição das culturas silvícolas”. Afirma, também, que os índios estão sendo vítimas da “ganância desenfreada e brutal das multinacionais e seus associados nacionais, estimulados ou protegidos pela ação ou omissão de autoridades que têm o dever de protegê-los”. Denuncia que os índios estão sofrendo um acelerado processo de dizimação, “inclusive por processos químicos e bacteriológicos e outros meios criminosos que não se podem aplicar mesmo em estado de guerra declarada entre nações “civilizadas” A iniciativa dos parlamentares foi elogiada pelo vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), D. Tomás Balduino, para quem o compromisso assumido representará mais um passo para a tomada de consciência sobre o problema do índio brasileiro. Para o bispo de Propriá, D. José Brandão, também presente ao ato, a mobilização de parlamentares em defesa do índio é “uma grande força no momento em que está em vias de se efetivar a geral estadualização do problema indígena”. (FSP)

16

Várias entidades lançam documento de apoio ao índio

Divulgado na íntegra documento intitulado “Posição das Entidades de Apoio ao Índio Frente a Política Indigenista Oficial”, assinado pelas Comissões Pró-Índio de SP, RJ, MA, BSB, ANAI-PR, GREQUI-MG, ANAI-DF, IECLB-RS, e GAI de Belém, como parte da programação da semana do índio. (A Província do Pará)

18

Documento denuncia deturpação da semana do índio

Em documento intitulado Carta de Campo Grande, mais de 150 bispos, padres, advogados, engenheiros, políticos e jornalistas de Mato Grosso do Sul condenam e denunciam a Semana do Índio promovida pelo governo do Estado como “interferência político-eleitoral, negociando os 6 mil votos indígenas em favor dos grupos governistas”, enquanto “outros 6 mil índios desterrados vivem em MS à margem de qualquer proposta ou sistema constituído de assistência e orientação. (JB)

19

Comissão rejeita novo estatuto da FUNAI

“Afirmaremos apenas agora que, diante de todos os brasileiros, a Semana do Índio de 1980, ironicamente a mais festejada a nível oficial, ficará marcada na história pelo opróbrio de se ver um governo entregando os destinos dos índios aos seus piores inimigos”. Este é um trecho da nota oficial, divulgada ontem à imprensa pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, repudiando a assinatura, pelo presidente da República, do novo estatuto da FUNAI, delegando maiores poderes às suas delegacias regionais. (FSP)

MAIO

3

Comunidades indígenas serão manipuladas, afirmam entidades gaúchas

Entidades gaúchas, entre as quais ANAI de Porto Alegre e Ijuí, denunciam a manipulação das populações indígenas por parte do governo estadual e da FUNAI, através do projeto que prevê a passagem da tutela das comunidades indígenas da esfera federal para a estadual. A participação dos índios nesse processo se dará apenas como mão-de-obra, num esquema de economia competitiva e consumista. (O Liberal – PA)

10

Várias entidades criticam a forma como a FUNAI trata crise com os Xavante

Cinco entidades de apoio – SBI, CIMI, CTI, ANAI e CPI/SP – divulgam nota criticando a forma como a crise entre a FUNAI e os Xavante vem sendo conduzida pelo órgão estatal. Ao invés de demarcar as terras a FUNAI convoca os índios para deporem suas armas, sob forte esquema de proteção policial, diz a nota. E ainda acusa a inoperância da FUNAI em não apurar as denúncias de corrupção interna no órgão, de tentar corromper os líderes indígenas com a liberação de vultosas verbas. (ESP)

29

**Comissão quer reabrir
processo de Angelo Cretã**

Três meses após a polícia concluir que o cacique Angelo Cretã, da reserva de Mangueirinha, não morreu em consequência de um possível atentado — hipótese levantada na época pela própria FUNAI e lideranças indígenas — a Comissão de Justiça e Paz do Paraná enviará hoje à Secretaria de Segurança e à Delegacia Regional da FUNAI parecer sugerindo novas investigações por entender que houve falhas no processo. Segundo parecer da comissão, a polícia abandonou a hipótese de uma emboscada contra o cacique apesar de algumas testemunhas ouvidas do processo levantarem a questão. “O inquérito preferiu discutir apenas o acidente automobilístico em si e não levou em consideração as ameaças de atentados que Angelo Cretã vinha sofrendo antes do desastre”, observou ontem, em Curitiba, o advogado Wagner D’Angelis, presidente da Comissão de Justiça e Paz. (ESP)

JUNHO

13

**Comissão Pró-Índio protesta
contra arbitrariedades**

A Comissão Pró-Índio, de Mato Grosso protestou ontem, em nota oficial, contra as “arbitrariedades na FUNAI”, citando especificamente o caso de sucessivas demissões de funcionários graduados. Para a Pró-Índio-MT, esses funcionários estão comprometidos com a causa indígena e foram acusados de “indisciplinados, agitadores e desobedientes”. Afirma a nota que o traçado da BR-364 (Cuiabá—Porto Velho) atravessa a reserva dos Nambiquara no vale do Guaporé, e a ação repressiva contra os índios Xavante da região e Barra do Garças é digna de repúdio. (JB)

28

**Pedido de garantia para território
Krenack é encaminhado ao Minter**

O GREQUI e outras entidades encaminharam ao ministro do Interior um abaixo assinado pedindo que ele garanta a integridade do território dos índios Krenack recuperado no final de maio. Esse abaixo assinado com 2.075 assinaturas resultou do seminário “A Terra Indígena” realizado em Belo Horizonte nos dias 2/3 de junho. (Diário do Grande ABC — SP)

JULHO

23

**Entidades de apoio ao índio não
vão participar de debate**

Divulgado na íntegra documento assinado pela Associação Brasileira de Antropologia, CIMI, Comissões Pró-Índio de SP e RJ, Comissão pela Criação do Parque Yanomami, GREQUI e ANAI de Porto Alegre, no qual estão as razões que levaram essas entidades a não mais participar de um seminário promovido pela Fundação Roberto Marinho e FUNAI. A decisão decorreu do não cumprimento pela FUNAI de exigências mínimas formuladas pelas entidades convidadas para um encontro cujo tema principal era “Qual a política indigenista mais adequada?”. (O Globo — RJ)

AGOSTO

24

**Política indigenista em
discussão em Brasília**

A política indigenista brasileira começou a ser discutida ontem, em Brasília, por 25 entidades de apoio de todo o país. Em pauta a situação das terras indígenas, o assassinato de pelo menos 12 líderes indígenas no último ano e a crise interna da FUNAI que demitiu, em poucos meses, 37 funcionários, entre técnicos indigenistas, antropólogos e médicos. As entidades pretendem chegar a uma estratégia comum frente à política da FUNAI, como também formas de apoiar os movimentos autônomos dos grupos indígenas e formar uma opinião junto à sociedade civil e demais movimentos sociais a respeito da questão indígena. (Jornal de Brasília)

26

**Apoio ao índio tem
secretaria executiva**

Ficou definida pelas 33 entidades de apoio ao índio reunidas na sede da CONTAG em Brasília a criação de uma secretaria-executiva nacional. (ESP)

27

**Documento critica
política indigenista**

O documento final do II Encontro Nacional das Entidades de Apoio aos Índios denuncia a política indigenista oficial como “trama dos coronéis da FUNAI que tem como objetivo claro o etnocídio progressivo dos povos indígenas”. Dirigindo-se aos povos indígenas, à população brasileira e às autoridades, os 80 participantes do encontro manifestam preocupação e repúdio pelo agravamento da situação dos povos indígenas do Brasil, fruto da presença “destes militares, estranhos e insensíveis à problemática indígena que vem agindo de forma cínica e violenta, usando inclusive de força policial contra reivindicações legítimas e legais de comunidades indígenas e demitindo indigenistas de reconhecida competência”. As entidades exigem das autoridades “antes de mais nada, a destituição da atual cúpula da FUNAI, confiando a direção deste órgão a indigenistas e especialistas provados”. (Jornal de Brasília)

SETEMBRO

13

**Comissão prevê
conflito armado**

A Comissão Pró-Índio do Maranhão advertiu ontem que o não cumprimento do convênio, assinado há um ano entre a FUNAI e o governo do Estado, para remanejar 1 mil 200 famílias de colonos dos povoados de Alto Alegre e S. Pedro dos Cacetes, em Barra do Corda (MA), “ambos encravados na reserva Canabrava, dos Guajajara, poderá resultar, a qualquer momento, em conflito armado entre índios e posseiros”. A Comissão, que esteve esta semana na área, constatou que os lavradores, devido a demora do convênio, estão derrubando extensas áreas de mata da reserva e organizando grupos de homens armados contra possíveis represálias indígenas. (JB)

NOVEMBRO

12

Comissão Pró-Índio de São Paulo divulga crítica à FUNAI

A Comissão Pró-Índio de São Paulo divulgou ontem nota oficial considerando ilegal “e prejudicial aos interesses que deveria atender” a decisão da Presidência da FUNAI que proibiu o cacique Juruna de viajar à Holanda para participar como jurado do Tribunal Bertrand Russell. Segundo a Comissão, essa proibição traz o público dos problemas: o primeiro relativo “ao abuso de poder por parte da FUNAI, no exercício da tutela”, e o segundo refere-se “à não identidade dos interesses do tutor e tutelado”. A Comissão Pró-Índio paulista considera que o índio, na qualidade de relativamente incapaz, deve ser assistido e não representado pelo tutor, o que significa que “a FUNAI não pode prescindir da manifestação de vontade do tutelado substituindo-se a ele”. (JB)

13

Antropóloga denuncia dificuldade no Xingu

A antropóloga Eunice Durham, presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em reunião com o presidente da FUNAI, em Brasília, denunciou as dificuldades encontradas

pelos pesquisadores indígenas no Parque do Xingu e confirmou o apoio da Associação ao cacique Juruna, para viajar a Roterdã, na Holanda. “A ABA manifestou oposição à decisão do ministro do Interior, de negar a viagem a Mário Juruna, como também apoiou a pretensão dele de sair do país”, declarou a presidente da Associação. O argumento da ABA para a manifestação de apoio foi por considerar a tutela para com o índio simplesmente uma “proteção num confronto desigual com a sociedade envolvente”, e que nunca poderá ser usada como instrumento para cercear a liberdade e a autonomia indígena. Segundo Eunice Durham, os índios têm o mesmo direito dos demais cidadãos, inclusive a liberdade de expressão e locomoção. A ABA propôs ao Presidente da FUNAI o condicionamento dos projetos ligados aos índios à efetiva participação do próprio índio no projeto, e à possibilidade dos pesquisadores acompanharem a execução do projeto, para evitar que as recomendações feitas por eles sejam manipuladas, distorcidas ou simplesmente ignoradas. (JB)

Os Índios, a Oposição e a Democracia

Rubem César Fernandes

Se os índios são tão poucos, por que se incomodar tanto? Se via de regra não votam, por que haveriam os políticos de se interessar por eles?

Em primeiro lugar, é preciso relativizar estes números. Mais de 150 línguas faladas não é nada pouco para um só país. Oito mil Yanomami, perambulando à cata de frutos e caça, enchem de gente as florestas de Roraima e Amazônia na vizinhança da Venezuela. Impossível chegar perto sem povoar toda a imaginação com o nome “Yanomami”! Impossível sair da estrada em certa área da Rondônia sem pensar “Surui”! Os colonos e as empresas que ocupam o Mato Grosso aprenderam a se incomodar com os Xavante. Os produtores de soja do Mato Grosso do Sul valorizam o trabalho dos Guarani e cobriam diariamente as suas terras.

Eis portanto um bom motivo para os políticos da oposição atentarem para a questão indígena: são, fisicamente, força ponderável nas regiões das chamadas frentes de expansão da sociedade nacional. Quem anda por lá sabe deles e sempre de maneira atravessada, como um grupo social que não se ajusta e resiste aos padrões de ocupação favorecidos pelo governo. Delfim conta com as frentes de expansão para amarrar a sua solução para o problema agrário; a oposição deveria poder contar com os índios para encaminhar uma outra amarração.

Há um outro motivo: “índio” mobiliza. De fato, são diferentes entre si em muitas maneiras, seja quanto à organização social, à mitologia, à prática política, ao tipo de inserção na sociedade regional etc. Mas para nós, em contraste com o nosso sistema, é difícil deixar de pensá-los em conjunto e quase sempre de forma passional. Há os que os querem com fúria, como a bichos selvagens ou a espíritos do mal. E há os que por eles se enamoram perdidamente. Observando este estranho envolvimento emocional, já se comentou que os índios são “o divã da civilização” — eles induzem às mais íntimas confissões.

Em outras palavras, a questão indígena tem um elevado valor simbólico e, portanto, ideológico. Por exemplo: a sociologia do conhecimento ensina que o trabalho voluntário é particularmente expressivo dos valores constitutivos de uma dada sociedade. Pois nos

Estados Unidos, de todas as agências promotoras de vocações voluntárias, as missões para a conversão dos “selvagens” de além-mares são de longe as que maior apoio recebem das comunidades locais. Há sempre recursos e uma longa lista de candidatos à espera da licença para abrir, por exemplo, mais uma base missionária no interior da Amazônia. É sobre os índios que a ideologia do destino civilizador da América do Norte projeta suas convicções mais profundas.

Outro exemplo: as missões indígenas católicas, que andavam meio esquecidas ainda na década de 1960, saltaram para o primeiro plano com o movimento de renovação eclesial dos últimos anos. Com a liderança do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o questionamento interno à Igreja descobriu no índio um dos seus maiores desafios. Para os missionários das mais diversas orientações, os índios representam o humano que está nos limites últimos da civilização cristã, colocando pois em questão os próprios fundamentos do “nosso” mundo. Os políticos à procura de grandes causas deveriam refletir sobre o impacto mobilizador que a questão indígena apresenta para as Igrejas cristãs.

Um último ponto: os democratas lembram com horror dísticos do tipo “ame-o ou deixe-o” e a glorificação da bandeira que escondia a idolatria do Estado autoritário. Pois bem, ao símbolo da “Nação” uniformizada em obediência submissa ao Estado é preciso contrapor outros que valorizem a diversidade e os direitos da sociedade civil. Entre eles, o direito à sobrevivência dos povos indígenas é dos mais significativos, ilustrando com imagens candentes o princípio da pluralidade cultural que é constitutiva da sociedade brasileira. Este princípio interessa a outros grupos e deve já ter valor evidente para um projeto democrático. Se é assim, devemos reconhecer ainda que, invertendo a lógica dos números, os “poucos” índios podem contribuir em muito para a redefinição de princípios tão básicos como o da cidadania e dos seus direitos no Estado brasileiro.

Rubem César Fernandes é professor de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor-visitante do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

DEZEMBRO

6

Concentração no Rio em defesa dos índios

A CPI-RJ e o Comitê de Defesa da Amazônia promoveram na noite passada uma concentração que reuniu mil pessoas na Cinelândia, Rio. O movimento denominado MAÍRA (Movimento de Apoio ao Índio e à Região Amazônica) constou de um show de música e discursos. (JB)

17

Quase 11 mil fazem pedido por índios Yanomami

Um abaixo-assinado contendo 10 mil 737 assinaturas — encabeçado pelo ex-ministro Afonso Arinos — foi enviado ontem ao presidente da República, solicitando a criação urgente do Parque Yanomami, em Roraima. Junto com a reivindicação, o presidente recebeu carta assinada pela coordenadora da CCPY Cláudia Anjudar em que ela lembra as promessas feitas pelo governo de criar o Parque até o final deste ano. Na carta, Cláudia Andujar, em nome da Comissão Pró-Índio de São Paulo e da Comissão Pró-Parque Yanomami, assinala ao Presidente que a criação da área indígena “tem até mesmo o apoio da comunidade internacional, porque o Parque pode evitar a extin-

ção e a desagregação dos quase 10 mil índios Yanomami de Roraima e do Amazonas”. O abaixo-assinado contém nomes de antropólogos, jornalistas, médicos, ecólogos, membros da Igreja e cidadãos comuns, além da assinatura de 106 entidades científicas, particulares e defensores dos Direitos Humanos do Brasil e do Exterior. Tanto o abaixo-assinado como a carta lembram ao presidente da República as reiteradas promessas feitas pelo ministro do Interior — em 28 de junho de 79, 30 de julho e 10 de outubro de 1980 — de que “até o final de 1980, o governo criaria através de decreto presidencial o Parque Yanomami, tornando intocável a área dos índios, atualmente ameaçada de invasão por parte de madeireiras e mineradores”. “E com base nestas promessas que solicitamos a V.Excia. — afirmam — o seu cumprimento no interesse dos índios; é com base nestas promessas o seu sentido de humanidade que aguardamos”. A solicitação é feita em caráter de “urgência” pois as ameaçadas aos índios Yanomami têm sido constantes, de tal forma que várias organizações internacionais encaminharam pedidos oficiais à ONU, no sentido de que “o Brasil seja pressionado a proteger a área indígena de inestimável valor cultural e humano”. (FSP)

Sociedade Brasileira de Indigenistas

Entidades formadas por funcionários da FUNAI e que objetivava desde questões meramente a nível de categoria (como regulamentação da profissão de indigenistas) até um acompanhamento e fiscalização da política indigenista aplicada pela FUNAI.

ABRIL

12

Criada a Sociedade Brasileira de Indigenistas

A Sociedade Brasileira de Indigenistas, criada recentemente para congregar os funcionários da FUNAI que atuam diretamente com índios e já contam com 80 associados, criticou ontem a política oficial do órgão como desrespeitosa ao Estatuto do Índio. O presidente da SBI, José Porfírio de Carvalho, disse também que a entidade pretende regulamentar a profissão de indigenista. (ESP e FSP)

JUNHO

5

Ex-funcionários contestam ministro e acusam a FUNAI

Os sete funcionários que pediram demissão da Fundação Nacional do Índio, por discordarem da atual política indigenista, distribuíram ontem documento denunciando mordomias e corrupção no órgão. O documento é uma reação à atitude do ministro do Interior, que negou a existência de crise na FUNAI e qualificou os ex-funcionários de “desordeiros”. “A FUNAI comprou um veículo Fiat para a repre-

JULHO

2

Funcionários demitidos condenam política da FUNAI

21 funcionários da FUNAI — todos membros da SBI e com cinco, oito e até 15 anos de trabalho — foram demitidos pela direção do órgão. Desde que, há dois meses, quando esses indigenistas criaram a SBI, não reconhecida pela FUNAI, e denunciaram a militarização do órgão, a crise interna começou a aumentar. Contribuiu também a intensa movimentação de índios em Brasília, os quais pediram o afastamento dos militares em cargos de direção do órgão. Muitos desses funcionários demitidos trabalhavam com esses índios e a FUNAI os acusou de estarem incitando-os. Na carta que entregaram ao ministro do Interior, ao presidente do Senado e da Câmara, os membros da SBI afirmaram que a FUNAI não observa os princípios firmados por Rondon, condenaram os projetos de “estadualização” através dos quais a FUNAI entrega sua responsabilidade de tutela aos governos estaduais. Mencionam a presença de tropas de choque quando os índios foram a Brasília pedir a demissão do coronel Nobre da Veiga, como também a repressão policial em postos indígenas e o descaso do órgão em apurar a responsabilidade pela morte de índios Kaingang, Guajajara, Tikuna, Apurinã e Pankararé. (JB)

IGREJAS E ÍNDIOS

Infelizmente o espaço desta publicação, não permite retratar a atuação do CIMI, em sua totalidade. Foram inúmeras as notas oficiais do CIMI à imprensa durante o ano de 1980, praticando dessa forma, uma vigilância constante à política indigenista da FUNAI. Neste "Aconteceu" as notícias e/ou denúncias veiculadas através do CIMI foram anexadas aos grupos indígenas a que dizem respeito.

JANEIRO

10

CIMI cobra da FUNAI a demarcação das reservas indígenas

O presidente do CIMI, D. José Gomes, disse ontem que até o momento não viu qualquer atitude defesa intransigente da causa indígena por parte do presidente da FUNAI, D. José Gomes afirmou que o coronel "é cumpridor de ordens", mas espera dele coragem para levar adiante a promessa de demarcar todas as áreas indígenas até 1982. D. José Gomes informou que chegou ao seu conhecimento, na Diocese de Chapecó (SC), denúncias de que o delegado da FUNAI no Paraná, Sr. José Carlos Alves, e o chefe do posto indígena do Mangueirinha (PR), Sr. Isaac Bowaresco, estariam recebendo Cr\$ 40 mil por mês de madeiras locais para extraírem imbuia e pinho em terras dos índios Guarani e Kaingang. (JB)

FEVEREIRO

2

Luteranos pedem investigação sobre morte de cacique

O presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pastor Augusto Ernesto Kunert, enviou carta ao presidente da República pedindo investigações — como aconteceu no caso Aézio no Rio — sobre a morte do cacique Angelo Cretã, ocorrida terça-feira na reserva indígena de Mangueirinha, no Paraná. O pastor apela em nome de "milhares de vozes ligadas à causa indígena no país", acrescentando que o Brasil não pode "consentir que se inscreva em sua História mais uma página negra, devendo, antes, cumprir e fazer respeitar os legítimos direitos das minorias raciais". (JB)

11

Projeto é genocida para índios, diz D. Mongiano

Calunioso e genocida foi como o bispo prelado de Rondônia, D. Aldo Mongiano, classificou ontem o projeto de lei apresentado pelo deputado e coronel Hélio Campos (PDS-RR) pelo qual as populações indígenas seriam desalojadas de uma faixa de 150 quilômetros de largura a partir da fronteira com a Venezuela. O bispo informou ter feito relatório à assembléia geral da CNBB, pedindo que tanto ela como a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil "intercedam para que este projeto de lei genocida não seja levado à frente". Dom Mongiano também defendeu a criação do Parque Nacional Yanomami. (FSP)

15

CIMI discute sua ação no Cone Sul

"É preciso que nos demos conta de que o trabalho missionário frequentemente está à margem da política, o que no fundo vem a reforçar as linhas dominantes do processo histórico que

leva ao extermínio dos povos indígenas." Esta é a conclusão de um dos grupos de trabalho do encontro dos missionários do Cone Sul, reunidos em Barueri (SP) traçando uma linha comum de ação junto aos povos indígenas do Brasil, Bolívia, Chile, Argentina e Paraguai.

Os 18 missionários reunidos em Barueri, atenderam um convite do Regional Sul do CIMI, sob a presidência de D. José Gomes, presidente do CIMI. (FSP)

MARÇO

30

CIMI reage a acusações de "comunização"

A direção do CIMI — que está reunida em Brasília, respondeu ontem às acusações feitas pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura Flávio Brito, que apontou a Igreja como responsável pela subversão no meio rural. "Esta provocação — disse D. Tomás Balduino — está sendo conduzida pelos latifundiários que se estão organizando e usando 'a bruxa comunista' para justificar os problemas que ocorrem no campo, que só terão uma solução quando o governo e demais setores que atuam a serviço do povo passarem a acreditar nele e em seu futuro, associando-se ao camponês para derrubar a impostura que aí está como desordem estabelecida". (ESP)

ABRIL

2

CIMI critica estadualização

A Diretoria do CIMI reunida em Brasília distribuiu nota denunciando a Semana do Índio da FUNAI e responsabilizando os coronéis pela execução do projeto da "Estadualização". Este programa da abdicação das responsabilidades, posto em marcha pelos coronéis entronizados na direção do órgão oficial, dá passos no sentido de entregar o mais depressa possível o destino das populações indígenas do País às mãos dos seus piores inimigos: os latifundiários e seus representantes nos governos estaduais". (A Crítica — Manaus)

16

Presidente do CIMI se pronuncia sobre tutela dos índios

"O Conselho Indigenista Missionário acha que o projeto que devolve a tutela dos índios ao Estado é uma maneira velada de acabar com o problema indígena no Brasil, acabando com o próprio índio". A afirmação foi feita ontem em Porto Alegre, durante as comemorações da "Semana do Índio", pelo presidente do CIMI e bispo de Chapecó (SC), D. José Gomes, referindo-se ao projeto do governo gaúcho que assumirá as funções até agora desempenhadas pela FUNAI. Segundo o bispo, "o passado já mostrou suficientemente que o Estado não tem condições de tutelar os índios" (ESP)

18

CIMI quer interditar área de tribo descoberta em 1978

O CIMI Norte I pediu à FUNAI que interdite a área entre o rio Riozinho e o Igarapé Pretinho, na região Lábrea-Canutama, no Amazonas, onde foi descoberto, em setembro de 78, um grupo indígena ainda desconhecido. Os técnicos do CIMI su-

põe que o grupo pertence à comunidade de índios Marimã. Na região sobrevoada pelo CIMI, há mata derrubada e roças cultivadas pelos índios, que cortam o cabelo em forma de cuia e segue um tuxaua que usa uma faixa preta no peito. (O Globo – RJ)

20

Governo que superpor ao Estatuto do Índio um estatuto da FUNAI

A primeira manifestação contrária à reestruturação administrativa da FUNAI, divulgada ontem, partiu do secretário geral do CIMI, Paulo Suess, que em nota oficial, acusa o governo de superpor ao Estatuto do Índio um estatuto da FUNAI. Ele se baseia em dois itens para confirmar sua denúncia: no artigo 4/5 deste estatuto da FUNAI (reestruturação) onde se lê “constitui patrimônio e recurso da Fundação o dízimo da renda líquida do patrimônio indígena”, o que contradiz segundo a nota os artigos 39 e 40 do Estatuto do Índio, onde são os únicos titulares do patrimônio indígena ao qual pertencem suas terras, o usufruto das riquezas naturais e os bens móveis, a população indígena do país, o grupo tribal e a comunidade indígena. (ESP)

JUNHO

8

Será lançada a campanha pelo Bananal

O CIMI lança em Brasília durante ato público, uma campanha nacional voltada para a preservação da Ilha do Bananal, acusando que ela “que já foi o paraíso dos Karajá, hoje é o paraíso do boi” e onde a sobrevivência de 1.500 índios e de quase 14 mil sertanejos está ameaçada “pela falta de escrúpulos da FUNAI em explorar seus habitantes, índios e sertanejos”. (O Popular – GO)

14

CIMI repele demissão de indigenistas

O CIMI (MT) distribuiu um comunicado, em Brasília solidarizando-se “com os indigenistas da Sociedade Brasileira de Indigenismo, por fidelidade a causa indígena, se demitiram ou foram demitidos da FUNAI”. (ESP)

25

Padre acusa CIMI

O presidente do Instituto Anthropos do Brasil e ex-presidente do CIMI pe. João Vicente César, encaminhou ontem, carta ao Papa João Paulo II, através da Nunciatura Apostólica denunciando que a CNBB, a Comissão Pastoral da Terra e o CIMI, vem assumindo posições de caráter político-contestatório que desgastam a autoridade moral de que a Igreja católica sempre gozou entre o povo brasileiro. (ESP)

26

CNBB rejeita crítica e diz seguir doutrina

O representante da Congregação do Verbo Divino na CNBB, pe. José Weber, rebateu críticas feitas pelo pe. José Vicente. Pe. Weber o considerou “um conservador que não evoluiu”, explicando: “Ele está com saudade de uma Igreja que não existe mais”. Segundo ele, a Igreja escolheu como caminho a doutrina social, sendo sua função, pois, denunciar todos aqueles que prejudicam os pobres e oprimidos”. (ESP)

JULHO

1

Índios denunciam

9 assassinatos

O assassinato dos líderes indígenas Angelo Cretã (Kaingang do Paraná), Angelo Xavier (Pankaré da Bahia), Mateus e Moreira (Guajajara do Maranhão) e cinco Tikuna do Amazonas, é a principal denúncia feita pelos índios na carta encaminhada ontem a João Paulo II. A carta foi entregue por D. Tomás Balduino na CNBB. Os 60 líderes indígenas representando 25 nações reunidos em Brasília desde o final da semana passada, com o objetivo de apresentarem um documento ao Papa, criticaram o encontro entre João Paulo II e os índios em Manaus. Indagaram eles se o Papa “não ficar triste e até chorar quando souber que um povo não pode cantar e dançar quanto estão roubando as terras, matando os chefes e obrigando milhares de nossos patrícios e trabalharem como escravos”. (FSP)

11

D. José Gomes defende índios em organização nacional

“Não será o Papa quem vai salvar os índios, nem muito menos, nós, missionários. Em termos de futuro, quem vai se salvar são os próprios índios, se eles conseguirem aqui o que estão se-meando: a idéia de se unirem numa organização a nível nacional”. A afirmação é do presidente do CIMI, D. José Gomes, Bispo de Chapecó (SC), que ontem, juntamente com uma comissão de índios, esteve com o Papa. O presidente do CIMI considera que o índio é o autor de sua própria história e não está a reboque dos missionários. Daí por que entregar-lhes a vitória pelo encontro com o Papa: “Se houve alguma vitória, foi dos próprios índios, que tiveram a oportunidade de serem recebidos pessoalmente e poder lhe levar, com mais liberdade, sua palavra”. (JB)

12

Índio fala ao Papa da situação das tribos brasileiras

“As tribos indígenas brasileiras – disse Marçal de Souza, índio Guarani – estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo à margem deste país, sem nenhuma condição de vida. Hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, assassinados que somos pelos que têm o nosso chão desse grande Brasil, chamado de país cristão”. (FSP)

Na última missa, Papa improvisa a favor do índio

O Papa João Paulo II em sua homília lida ontem, em Manaus, durante missa campal, a última que realizou em sua visita ao Brasil, que reuniu cerca de 400 mil pessoas na praça Pereira da Silva, “Bola da Suframa”, acrescentou um trecho, previamente, que não constava do original, referindo-se ao problema do índio, quando concitou os poderes públicos e outros responsáveis que “em nome do Senhor, que aos índios, cujos antepassados foram os primeiros habitantes desta terra, seja reconhecido o direito de habitá-la na paz e na serenidade. Sem o temor, verdadeiro pesadelo de serem desalojados em benefícios de outrem, mas, seguros de um espaço vital que será a base não somente para a sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como um povo”. Ao fazer esse pronunciamento, o Papa foi bastante aplaudido com o povo gritando “João, João, o índio é nosso irmão”, obrigando-o a parar a leitura da homília por alguns minutos. (FSP)

AGOSTO

29

Bispos reúnem-se com CIMI para ajudar índio

O CIMI e os bispos, em cujas prelazias existem índios, vão se reunir para traçar um plano comum de ação da pastoral indígena. O encontro foi sugerido pela Comissão Permanente da CNBB, segundo informou o bispo de Manaus, D. Milton Correa. Um dos motivos do Encontro é superar as divergências existentes entre o CIMI e alguns bispos. Disse D. Milton Correa que o "CIMI como órgão da CNBB pode ajudar muito os missionários na descoberta de novos caminhos para a evangelização". (Jornal de Brasília)

SETEMBRO

14

Filho de ministro é acusado

O SBI e a ANAI, em nota conjunta distribuída ontem, acusam o filho do ministro do Interior como um dos invasores de terra indígena. De acordo com a nota, "enquanto a FUNAI nega, através de seus coronéis, o caráter político e assassino dos atentados contra os índios, empresas como a Slaviero e Atlântica Boa Vista, cujo diretor é filho do ministro do Interior, continuam a ocupar e invadir terras indígenas com a convivência e participação direta de agentes terroristas engajados oficialmente nos quadros da FUNAI". (FSP)

OUTUBRO

5

Enfermeiras do CIMI expulsas pela FUNAI no Acre

Duas enfermeiras do CIMI, Laurita Chitto e Gema Pivatto, foram expulsas anteontem da área dos índios Catukina, no município de Feijó, por um funcionário da FUNAI no Acre e dois agentes da Polícia Federal, sob a alegação de que não tinham permissão para trabalhar na área. (JB)

11

CIMI condena a decisão da FUNAI

"Não podemos submeter a pregação do Evangelho a estruturas ideológicas ou políticas. A Igreja não necessita de licença para pregar o Evangelho e essa é uma lei universal que não depende de política, mas de aceitação dos povos". A afirmação é do presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. José Gomes, ao criticar a decisão do presidente da FUNAI, de expulsar das áreas indígenas os missionários que nelas atuam sem autorização de seu órgão. Para o presidente do CIMI, "através da decisão da FUNAI há uma ideologia, um sistema político-social e econômico que menospreza o pobre para proteger e beneficiar os que detêm o poder econômico". "A FUNAI está muito mais preocupada com a ação missionária do que com a invasão feita dos fazendeiros. Há uma contradição entre as declarações do coronel Nobre da Veiga em dizer que os missionários podem trabalhar junto com os índios, desde que sejam aceitos por eles, e a posição assumida agora" — observou D. José. (FSP)

16

CIMI denuncia militar na FUNAI

O CIMI em nota distribuída ontem em Brasília após o encerramento de sua reunião extraordinária, denuncia a "crescente militarização da FUNAI, que coloca em prática um programa de demissões de antropólogos e indigenistas para executar a ocupação sistemática do órgão por elementos das Forças Armadas num momento em que oficialmente se declara a volta dos militares aos quartéis". Na atual administração encontram-se 17 coronéis da reserva, enquanto foram afastados, em três meses, 41 técnicos e indigenistas. Para o CIMI, "soma-se a isso a intervenção do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações no órgão tutelar e a instrumentalização de universitários que participam do Projeto Rondon como informantes dos órgãos de segurança através de relatórios secretos, enquanto realizam seu trabalho em área indígena". (JB)

21

CIMI não vai retirar missionários do Acre

A Regional Norte-1 do CIMI e a Prelazia do Acre-Purus decidiram não retirar nenhum de seus missionários que atuam em áreas indígenas no Estado do Acre. A decisão contraria ofício da presidência da FUNAI em que foi fixado prazo de 10 dias para a retirada dos missionários da região. Em nota divulgada no final da semana passada, o CIMI e a Prelazia do Acre-Purus justificam sua decisão "reafirmando o compromisso histórico e evangélico" da Prelazia, que há 60 anos atua junto aos índios e demonstra, através de exemplos, que a missão dos sacerdotes e religiosos do CIMI é necessária para a sobrevivência de tribos indígenas que habitam a região. (FSP)

27

Luteranos defendem os índios

No encerramento do 12º Concílio Geral Extraordinário da Igreja Evangélica de Confissão no Brasil em Porto Alegre (RS) os 90 participantes aprovaram uma moção de repúdio aos responsáveis pela retirada de madeira da área indígena de Toldo Guarita, cuja denúncia à Polícia Federal resultou em ameaças de morte a cinco missionários da igreja. (JB)

NOVEMBRO

2

Índios brasileiros são 187.801

A atual população indígena do Brasil é de 187.801 pessoas, das quais 30.000 são destribalizadas, segundo levantamento feito pelo CIMI divulgado em Manaus (AM). A pesquisa abrangendo as sete regiões de atuação do CIMI, aponta que a maior concentração de indígenas se verifica na região Norte-1 (Amazonas-Roraima), onde vivem 72.026 índios. Dos 30.000 destribalizados, 10.000 estão em Manaus. Ao divulgar esses dados, o jornal "Porantim" criticou o recenseamento feito pelo IBGE junto aos indígenas, afirmando que ele não segue nenhum critério específico para mostrar a situação real desses povos. O recenseamento do IBGE exclui toda e qualquer pergunta sobre o nível de organização dos índios, seu regime de propriedade coletivista, sua economia e sua relação de parentesco — fatores que, segundo o CIMI, são importantes para se traçar o quadro real da situação dos indígenas. (FSP)

8

Garimpo gera protesto

O CIMI Norte I divulgou nota em Manaus (AM) em que protesta contra a presença de garimpeiros em uma área indígena da região do rio Uraricá (Território de Roraima) onde milhares de pessoas vêm procurando ouro. Segundo o CIMI, há alguns anos garimpeiros foram os responsáveis por doenças que dizimaram 30% da população Yanomami, que tradicionalmente vive em terras do Uraricá, Uraricoera, Mucajai e Serra do Parima. O CIMI afirma que a invasão dos garimpeiros foi estimulada pelo Governador de Roraima e que o fenômeno revela “mais uma vez a falta de interesse e total omissão do Governo, bem como a inoperância da FUNAI quando se trata de preservar da invasão áreas habitadas pelos Yanomami”.

20

Defesa dos índios da Amazônia

A criação de uma Comissão Permanente de Defesa dos Povos Índios da região amazônica é um dos principais objetivos da atual reunião de 32 representantes das Igrejas Evangélicas e da Igreja Católica que atuam, através de missões, junto aos índios da Amazônia nos seguintes países: Brasil, Equador, Colômbia, Peru, Venezuela e Bolívia. O encontro prosseguiu, ontem, em Manaus numa promoção do Conselho Indigenista Missionário da Regional Norte 1 da CNBB e vai até o dia 23.

Além de padres, bispos e missionários — entre os quais D. Pedro Casaldáliga, D. José Gomes e Pe. Paulo Suess — do encontro participam também 15 índios de várias nações amazônicas que analisam as dificuldades para sua sobrevivência como povo diante da invasão constante de suas terras daqueles países. A Comissão Permanente atuará na defesa intransigente das populações indígenas contra “a cobiça internacional pela Amazônia e pelas terras indígenas”, segundo revelou ontem o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, Pe. Paulo Suess. (FSP)

25

Manifesto pede pelos índios da Amazônia

O Encontro Ecumênico Pan-amazônico de Pastoral Indigenista, encerrado domingo em Manaus (AM) e que reuniu missionários cristãos da Venezuela, Peru, Equador, Colômbia e Brasil, divulgou manifesto dirigido aos povos indígenas da Amazônia, denunciando uma série de arbitrariedades contra os índios da região. Participaram do encontro representantes de diversas nações indígenas. Depois de se referir à “situação de desintegração, miséria e extermínio” dos índios, o documento afirma: “Rejeitamos como genocida a cobiça das grandes empresas nacionais e multinacionais, que devastam os territórios de vocês, explorando as minas, derrubando a floresta e criando o gado de latifúndio”. (FSP)

Siglas

ANAI Associação Nacional de Apoio ao Índio
CCPY Comissão pela Criação do Parque Yanomami
CHESF Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIMI Conselho Indigenista Missionário
CODEVASF Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI Comissão Pró-Índio
CPIB Comissão Pró-Ilha do Bananal
CSN Conselho de Segurança Nacional
DGO Departamento Geral de Operações (da FUNAI)
DGPC Departamento Geral de Planejamento Comunitário (da FUNAI)
FUNAI Fundação Nacional do Índio
GAI Grupo de Apoio ao Índio
GETAT Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins
GREQUI Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena
HA Hectare
IECLB Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Ministro do Interior Mário David Andreazza
MINTER Ministério do Interior
OPAN Operação Anchieta (Organização de Missionários leigos)
P.I. Posto Indígena
Presidente da FUNAI Coronel João Carlos Nobre da Veiga
SBI Sociedade Brasileira de Indigenistas
SNI Serviço Nacional de Informações
SUDECO Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDESUL Superintendência de Desenvolvimento do Sul
Tuxaua Líder indígena
UNI União das Nações Indígenas
UNIND União das Nações Indígenas

Vale a Pena Ler Vale a Pena Ler

MISSA DA TERRA SEM MALES

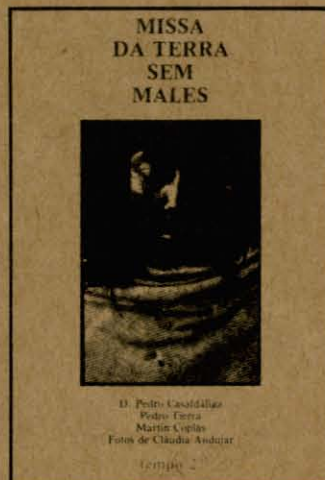
Ed. Tempo e Presença
Rio de Janeiro, 1980.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação, pela editora Tempo e Presença Ltda., acaba de publicar a **Missa da Terra sem Males** escrita pelo bispo D. Pedro Casaldáliga e pelo poeta Pedro Terra. Este poema litúrgico foi musicado pelo compositor Martin Coplas e apresentado na catedral de São Paulo em 1979.

Esta publicação vem enriquecida pelas fotos de Claudia Andujar e pelo fac-símile das partituras e dos arranjos corais feitos por Pery Alves de Souza.

O trabalho apresentado é de uma beleza indescritível. Sobre ele assim pronunciou-se o bispo poeta Casaldáliga: "O CEDI conseguiu com esta publicação as duas coisas mais importantes na minha vida: a beleza e o povo".

Esta publicação está ao preço de Cr\$ 150,00 o exemplar. São 92 páginas em papel couché.



As Edições Paulinas editaram uma fita cassete com a música da Missa que está custando Cr\$ 350,00.

Vocês não podem deixar de ter em sua casa estas duas edições importantes dentro do processo da Igreja no Brasil.

O CEDI sente-se imensamente feliz de ter conseguido editar num preço absolutamente acessível esta Missa da Terra sem Males.

Ela está à sua disposição no CEDI Rio e no CEDI São Paulo e nas livrarias Paulinas.

1	INTRODUÇÃO
2	Quadro Geral e Mapa da Distribuição da População Indígena no Brasil em 1980
3	POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO NORTE / ÁREA I
24	POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO LESTE / ÁREA II
34	POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO SUL / ÁREA III
38	SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS
40	ASSEMBLÉIAS INDÍGENAS
41	REPRESSÃO ÀS LIDERANÇAS INDÍGENAS
43	POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL / FUNAI E MINTER
45	TRIBUNAL RUSSEL E A QUESTÃO INDÍGENA
47	ENTIDADES CIVIS DE APOIO AO ÍNDIO
52	IGREJAS E ÍNDIOS